INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

CAMPUS JAGUARI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MIRIAN MARCIANE BARTH

POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS

Jaguari

2021

MIRIAN MARCIANE BARTH

POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profª. Drª. Neiva Maria Frizon Auler

Jaguari

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

B284p Barth, Mirian Marciane

Política de cotas na educação profissional e tecnológica : um olhar sobre os Egressos / Mirian Marciane Barth - Jaguari, RS: [s.n.], 2021.

117f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientadora: Profª. Drª. Neiva Maria Frizon Auler.
Inclui bibliografia e apêndice.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Política de cotas. 3. Inserção Profissional. I. Título. II. Série.

CDU: 377

Índice para o catálogo sistemático:

Política de cotas 37.014.5

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MIRIAN MARCIANE BARTH

POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 20 de janeiro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Neiva Maria Frizon Auler
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Instituto Federal Farroupilha

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MIRIAN MARCIANE BARTH

VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE COTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA?

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Validado em 20 de janeiro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Neiva Maria Frizon Auler
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Instituto Federal Farroupilha

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria

Dedico este trabalho ao meu pai Egon (*in memoriam*), por todas as boas lembranças que deixou. À minha mãe Nilse, por ser meu exemplo de força para seguir em frente sempre, independente do que acontecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela vida que tenho.

À minha orientadora, Dra. Neiva Maria Frizon Auler, por todos os ensinamentos, pelo incentivo, disponibilidade, e, principalmente, por estar comigo até o final.

A todos os egressos que colaboraram com esta pesquisa por meio de seus valiosos relatos sobre o transcurso acadêmico.

Aos servidores do IFFar que auxiliaram na obtenção dos dados.

Ao Diego dos Santos Comis que colaborou no desenvolvimento do Produto Educacional e esteve sempre disponível.

A toda minha família pela compreensão nos momentos que estive ausente, em especial ao meu marido Bruno, por todo amor, parceria, compreensão e aconchego. À minha filha Milena, que nasceu junto com o desafio do mestrado, tão pequena, mas com tanta luz e alegria, que já me ensinou muito mais do que eu poderia imaginar... Amo vocês!

Aos professores do PROFEPT, por abrir meus horizontes e agregar conhecimento para minha vida, me fazendo acreditar que posso e devo contribuir com as mudanças que almejo na sociedade.

Aos colegas da Turma 2 do PROFEPT, pelo coleguismo, compreensão e prontidão em ajudar, especialmente à amiga Cilene, que dividiu comigo as angústias e alegrias dessa jornada, e me incentivou inúmeras vezes. Espero que seu caminho seja de muito sucesso, você merece!

RESUMO

A Política de Cotas trouxe significativas mudanças no cenário do acesso à educação pública de ensino técnico e superior. Nesse contexto, a presente pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Campus Jaguari, teve por objetivo conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos egressos que ingressaram pelo Sistema de Cotas em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica. Nessa linha, os objetivos específicos foram: compreender o que significou o ingresso pelo Sistema de Cotas; identificar aspectos importantes da trajetória acadêmica; detectar as questões que contribuíram para permanência no curso; conhecer as expectativas dos alunos após a conclusão do curso; e desenvolver um Produto Educacional relacionado à pesquisa. A investigação foi conduzida por uma abordagem quantitativa-qualitativa, por meio da análise de documentos, aplicação de questionários e realização de entrevistas, tendo como foco os cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio, Superior em Licenciatura e Superior Bacharelado ofertados em dois campi do IFFar. Inicialmente foi efetuada a Análise Documental dos editais de ingresso referente às turmas participantes da pesquisa. Logo após, procedeu-se a Análise Descritiva dos dados dos questionários, seguida da interpretação e discussão dos dados das entrevistas por meio da Análise Textual Discursiva. Os resultados evidenciaram um índice superior ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) de vagas destinadas às cotas, nos editais analisados; interesse da maioria em continuar os estudos, a fim de conquistar uma maior qualificação; oportunidade de acesso a uma Instituição Federal de Ensino por meio das cotas, para muitos que de outra forma não conseguiriam; sentimento de satisfação e orgulho de ter realizado o curso em uma Instituição Federal de Ensino. Também foram relatadas algumas dificuldades enfrentadas pelos participantes da pesquisa no transcorrer do itinerário acadêmico, além do papel relevante dos auxílios financeiros recebidos e do essencial apoio dos professores para que a caminhada fosse concluída com sucesso. Ademais, observou-se uma necessidade de interação cada vez maior com os alunos recém chegados, a fim de acolhê-los e orientá-los, assim como o apoio da família e da instituição que foi determinante na persistência para concluir o curso com êxito. Considerou-se bastante relevante a necessidade de implantação de ações que visem o acompanhamento dos cotistas durante seu itinerário na instituição e a criação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores que estudam, a fim de possibilitar a sua permanência. Percebeu-se que a qualificação conquistada, representa, para a maioria, a perspectiva de crescimento pessoal para além da formação profissional, o que contribui para o acesso a melhores oportunidades. A partir dos resultados, foi desenvolvido um Produto Educacional com o intuito de divulgar a Política de Cotas desta Instituição Federal de Ensino e ampliar o diálogo com a comunidade. Por haver uma carência de pesquisas relacionadas a esse tema nessas instituições, acredita-se que conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos egressos cotistas foi de grande importância a fim de contribuir com o êxito da Política de Cotas da instituição.

Palavras-chave: Política de Cotas; Lei N°12.711/2012; Inserção profissional; Educação profissional e tecnológica.

ABSTRACT

The Quota Policy brought about significant changes regarding access to technical and higher public education. In this context, the present research was carried out within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (PROFEPT) from the Farroupilha Federal Institute (IFFar), Jaguari Campus. It aimed to understand the academic pathway and the expectations of graduates admitted to a Professional and Technological Education Institution through the Quota System. Following this line, the specific objectives were to understand what the entry through the Quota System meant, to identify important aspects of the academic pathway, to detect issues that contributed to staying in school, to learn students' expectations after completing the course, and to develop an Educational Product related to the research. The investigation was conducted by a quantitative-qualitative approach through the analysis of documents, application of questionnaires, and interviews. The focus was on Technical Courses Integrated into High School, Licentiate degrees, and Bachelor's degrees offered on two IFFar campuses. Initially, the Documentary Analysis of the admission notices referring to the classes participating in the research was carried out. Afterward, the Descriptive Analysis of the questionnaire data was carried out, followed by the interpretation and discussion of the interview data through the Discursive Textual Analysis. The results showed an index higher than the minimum of 50% (fifty percent) of vacancies allocated to quotas in the analyzed notices. Also, most students showed interest in continuing education to gain a higher qualification. There was an opportunity to access a Federal Educational Institution through quotas that many of them would not be able to do so otherwise. There was also a feeling of satisfaction and pride in having taken the course at a Federal Educational Institution. Some difficulties faced by the research participants during the academic program were also reported. Besides, they mentioned the relevant role of the financial aid they received and the essential support from teachers to conclude the course successfully. In addition, there was a growing need for interaction with newly arrived students to welcome and guide them, as well as the support of the family and the institution that was decisive in the persistence to complete the program with success. The need to implement actions aimed at supporting quota holders during their program at the institution and the creation of public policies aimed at working students was considered quite relevant to enable their endurance. It was noticed that, for most of them, the qualification achieved represents the perspective of personal growth beyond professional training, which contributes to access to better opportunities. From the results obtained, an Educational Product was developed to promote the Quota Policy of this Federal Educational Institution and expand the dialogue with the community. As there is a lack of research related to this theme in these institutions, it is believed that knowing the academic pathway and the expectations of graduates was of great importance to contribute to the success of the institution's Quota Policy.

Keywords: Quota Policy; Law No. 12,711/2012; Employability; Professional and technological education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD	Análise Textual Discursiva
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constitutição Federal
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
PcD	Pessoa com Deficiência
PPI	Preto, Pardo ou Indígena
PROFEPT	Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das vagas para ingresso em um Curso Superior em Licenciatura e Superior Bacharelado do Campus B e Curso Superior em Licenciatura do Campus A do Instituto Federal Farroupilha 47

Gráfico 2: Distribuição das vagas para ingresso em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha - Seleção 2017/I 48

Gráfico 3: Forma de ingresso dos participantes da pesquisa em um Curso Superior em Licenciatura, Superior Bacharelado e Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha 50

Gráfico 4: Tipo de cota pelo qual ocorreu o ingresso em um Curso Superior em Licenciatura e Superior Bacharelado do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha em 2016/1 51

Gráfico 5: Tipo de cota pelo qual ocorreu o ingresso em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio no Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha em 2017/1 52

Gráfico 6: Total de participantes da pesquisa por tipo de cota 53

Gráfico 7: Recebimento de auxílio financeiro durante o curso pelos participantes da pesquisa 54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Busca Sistemática realizada nos Portais OASIS BR e BDTD, com os respectivos resultados 30

Tabela 2: Número de questionários analisados por curso 41

Tabela 3: Número de participantes da entrevista por curso 42

Tabela 4: Número de vagas disponibilizadas pelo Instituto Federal Farroupilha e número de concluintes no prazo normal dos cursos 56

Tabela 5: Número de entrevistados por tipo de cota 83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 REFERENCIAL TEÓRICO 18

2.1 A educação integral e o trabalho como princípio educativo 18

2.2 O Instituto Federal Farroupilha 21

2.3 As Ações Afirmativas 23

2.4 Estado do conhecimento 29

3 METODOLOGIA 39

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES 46

4.1 Sobre o ingresso 46

4.2 Conhecendo os cotistas 49

4.3 Compreendendo a trajetória e as expectativas dos egressos cotistas 58

4.3.1 Estudar em uma Instituição Federal: aumento na autoestima 59

4.3.1.1 Sem as cotas muitos não teriam conseguido entrar em uma Instituição Federal 59

4.3.1.2 Sentimento de estar em uma Instituição Federal 61

4.3.2 Permanência na instituição 64

4.3.2.1 Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico 64

4.3.2.2 Persistência dos estudantes e estrutura de apoio da instituição 71

4.3.3 Necessidade de políticas públicas que acolham o esforço dos trabalhadores 79

4.3.4 Cotistas aceitos sem discriminação 82

4.3.5 Formação pessoal/profissional 84

5 PRODUTO EDUCACIONAL 90

5.1 Etapas para elaboração do produto 90

5.2 Detalhamento da proposta 91

5.3 Avaliações do Produto 92

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS 100

APÊNDICES 108

ANEXOS 137

1 INTRODUÇÃO

O direito à educação é assegurado pela Constituição Federal que confere a ela *status* de direito fundamental, além de ser garantido por diversos outros instrumentos legais como, por exemplo, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que afirma o dever do Estado de ofertar educação escolar pública de qualidade.

Nesse sentido, a ampliação da Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), trouxe por missão o compromisso de intervenções regionalizadas, por meio da identificação de problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusão social (PACHECO, 2011).

Os IFs permitiram a democratização do acesso à educação e por meio das Ações Afirmativas garantiram a concretização desse direito. De acordo com Rocha (1996), as ações afirmativas possuem por objetivo conferir benefícios a certos grupos sociais em desvantagem com a maior parte da sociedade, a fim de que tenham seus direitos fundamentais garantidos. Elas transformam a igualdade meramente formal, que é aquela prevista no sistema jurídico, em uma igualdade material, concreta, chamada de discriminação positiva, que faz com que as minorias superem o isolamento social e tenham acesso aos direitos assegurados pela Constituição.

Em vista disso, a Lei 12.711 de 2012, também conhecida como Lei das Cotas, estabeleceu que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio devem reservar 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para as cotas.

No Instituto Federal Farroupilha (IFFar) as Ações Afirmativas foram implementadas muito antes da criação da Lei das Cotas, por meio da Resolução nº 005/2009 de 23 de novembro de 2009, que foi sucedida por outras resoluções que ampliaram o acesso aos cursos e o estímulo à permanência e êxito no percurso formativo, estando atualmente regulamentadas pela Resolução Consup n° 029/2019, de 07 de agosto de 2019.

Nesse cenário, esta pesquisa objetivou inicialmente “compreender os desafios enfrentados pelos estudantes egressos do Sistema de Cotas do IFFar para a inserção no mundo do trabalho” referindo-se ao acompanhamento da inserção sócio profissional dos cotistas egressos. No entanto, ao iniciar a primeira etapa da pesquisa, surgiram muitas dificuldades

para coleta de dados dos egressos cotistas, como, por exemplo, a não existência de banco de dados com informações relevantes como a forma de ingresso e tipo de cota. Os relatórios disponibilizados pelo Sistema de Gestão Acadêmica do IFFar continham apenas informações gerais sobre todos os egressos, sem identificação da forma de ingresso e o tipo de cota. Em contato com as Coordenações de Registros Acadêmicos dos *campi* em que foi realizada a pesquisa, foi informado que essas informações de anos anteriores não estão totalmente inseridas no sistema, mas que referente às turmas atuais, essas informações já estão sendo inseridas assim que ocorre o ingresso.

Havia ainda a possibilidade de consulta às pastas dos egressos, no entanto, em razão do número elevado de egressos a serem consultados e também em razão de que autora realizou o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, concomitantemente às atividades profissionais, isso se tornou inviável. Ademais, mesmo que fosse realizado um pedido para acesso a essas informações, como estabelece a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), o tempo de resposta seria de até 30 dias, o que poderia gerar um atraso na pesquisa. Somando-se a isso, por estarem formados já há alguns anos, os contatos poderiam estar desatualizados o que também dificultaria a coleta de dados.

A melhor alternativa vislumbrada nessas circunstâncias foi adaptar o objetivo geral, com foco nos alunos cotistas formandos e possíveis egressos, considerando que a coleta de dados seria muito mais exequível, por ser presencial, inicialmente, através da aplicação de questionário aos cotistas formandos no final do segundo semestre de 2019.

A partir de então, definiu-se que objetivo geral seria ajustado a essa realidade, passando a ser o seguinte: "*Conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos formandos/egressos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha"*. Assim, a pesquisa voltou-se aos alunos do último semestre, formandos cotistas, de seis cursos de dois *campi* da instituição, sua trajetória e expectativas, sendo importante salientar que a aplicação dos questionários ocorreu quando os alunos estavam finalizando o curso, no final do segundo semestre de 2019, como possíveis concluintes. Já a realização das entrevistas ocorreu em março e abril de 2020, quando a maioria dos alunos que responderam aos questionários já havia concluído o curso e já eram, portanto, egressos.

Seguindo essa linha, os objetivos específicos também foram adequados, mudando para: *1 - Compreender o que significou o ingresso pelo Sistema de Cotas; 2 - Identificar aspectos importantes da trajetória acadêmica; 3 - Detectar questões relevantes que contribuíram para permanência no curso; 4 - Conhecer as expectativas dos alunos após a*

conclusão do curso; 5) Desenvolver um produto educacional relacionado à pesquisa. O título, portanto, também foi adequado aos novos objetivos da pesquisa: "Política de Cotas na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre os egressos".

Importante salientar que a pesquisa foi concentrada em dois *campi* do IFFar, que ofertam as mesmas modalidades de cursos, objeto desta pesquisa. Para tanto, optou-se por três cursos, em três modalidades de ensino. O centro da pesquisa, por conseguinte, foram os formandos/egressos cotistas de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, um Curso Superior em Licenciatura e um Curso Superior Bacharelado do Campus A e do Campus B do IFFar. Portanto, a amostra se consubstanciou com os formandos/egressos cotistas de seis cursos, escolhendo-se estes cursos específicos por serem ofertados nos dois *campi* em que foi realizada a pesquisa.

Considerando o exposto, o estudo desenvolvido versa sobre a seguinte questão: **"Quais são as trajetórias e as expectativas dos formandos/egressos cotistas do Instituto Federal Farroupilha?"**. A realização da pesquisa foi essencial para conhecimento desta realidade, e justifica-se na medida em que há um número não muito expressivo de pesquisas que se voltam às cotas em IFs, e nenhuma, especialmente no IFFar, que se debruça sobre a trajetória dos cotistas e suas expectativas pós conclusão de curso. Ademais, a partir dos resultados desta dissertação, poderão ser propostas, pelo IFFar, diversas ações de acompanhamento dos cotistas durante seu itinerário acadêmico e na sua caminhada pós conclusão de curso, para inserção no mundo do trabalho, embora seja evidente que esta pesquisa não almeja encerrar a discussão acerca de um tema tão amplo e complexo, muito pelo contrário, objetiva instigar a realização de novos estudos voltados ao assunto.

Com base nos resultados da pesquisa, foi elaborado um Produto Educacional denominado: **"Você conhece a Política de Cotas do Instituto Federal Farroupilha?"**, em formato de *site*, de acordo com o Art. 2º do Regulamento Geral do PROFEPT. O objetivo foi divulgar a Política de Cotas, assim como a Política de Assistência Estudantil do IFFar e apresentar os principais resultados da pesquisa, para que os discentes que ingressaram pelo Sistema de Cotas, e todos aqueles que ainda desejam ingressar, possam conhecer mais sobre essas políticas.

Cabe expor que a escolha do tema voltado às expectativas profissionais dos formandos/egressos cotistas e o mundo do trabalho, se deu também, em virtude da formação da autora, graduada em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), tendo realizado o trabalho de conclusão deste último na área do Direito do Trabalho. Nessa perspectiva, possui grande

interesse em pesquisar a repercussão da política de cotas, que visa não só ofertar ensino, mas a inclusão desses sujeitos no mundo do trabalho. O percurso profissional da autora, da mesma forma, é voltado à área da educação, tendo atuado no Centro Universitário Franciscano, hoje denominado de Universidade Franciscana, localizada na cidade de Santa Maria/RS, por 5 anos como técnica administrativa, estando desde 2010 no IFFar igualmente como técnica administrativa em educação, lotada na Reitoria em Santa Maria/RS.

Para atender aos objetivos propostos, no que tange à estrutura da dissertação, esta foi desenvolvida em cinco capítulos: 1) Introdução: traz uma noção geral da pesquisa a fim de situar o leitor e despertar o interesse para a leitura do texto; 2) Referencial teórico: embasa e contextualiza a pesquisa por meio de estudos na área; 3) Metodologia: descreve os métodos utilizados na pesquisa e as etapas da mesma; 4) Resultados e discussões: expõe o resultado da análise dos dados coletados por meio de documentos, aplicação de questionários e da realização de entrevistas, promovendo discussões pertinentes, com base nas referências bibliográficas utilizadas; 5) Apresenta o Produto Educacional decorrente da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A educação integral e o trabalho como princípio educativo

A educação é um direito fundamental que está previsto na Constituição Federal de 1988 e em diversos instrumentos jurídicos internacionais. De acordo com Ranieri e Alves (2018, p. 16) "as Constituições de 1824, 1891, 1934, 1946 e 1967 [...] enfrentaram desafios educacionais relacionados à equidade, financiamento, acesso e qualidade, sem resultados substanciais". Nesse sentido, os autores expõem que a Constituição de 1988 resistiu a problemas históricos da educação nacional e universalizou a educação básica, obrigatória e gratuita, ampliando a duração da escolaridade obrigatória e determinando prioridades quanto à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade.

O direito à educação está assegurado no art. 6º, Título II da Constituição Federal de 1988, entre os direitos e garantias fundamentais, e seu conceito previsto no art. 205, sendo direito de todos e dever do Estado e da família. Além disso, o art. 227 estabelece que é de absoluta prioridade a educação em relação à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) também tratam do tema como legislação ordinária.

A educação é abordada por Ciavatta (2005), em sua obra "A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade", ao defender que ela é essencial para gerar uma transformação social e embora seja incapaz de mudar a sociedade desigual ela é indispensável para compreender os fundamentos da desigualdade e promover uma nova institucionalidade no país.

Importante salientar que a educação escolar brasileira, conforme Araújo e Frigotto (2015), na pesquisa "Práticas pedagógicas e ensino integrado", teve sua organização curricular marcada pela Pedagogia das Competências, inspirada na Filosofia Pragmática, em que os saberes, habilidades e atitudes serviam apenas para promover capacidades requeridas pelo imediatismo do mercado. Sob outra perspectiva, já no ponto de vista da integração, Araújo e Frigotto (2015, p. 68) apontam que "a utilidade dos conteúdos passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo por referência a utilidade social".

No que se refere à educação integral, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1960), na pesquisa "Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira", acreditam que "ao tratar de educação

intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral". Diante desse contexto, os autores denotam que essa concepção foi denominada de politecnia ou educação politécnica, que Marx associa à ideia de indivíduo integralmente desenvolvido, defendendo a união da educação do corpo, intelectual e tecnológica. Esta importante reflexão sobre a formação integral manifesta que a escola tem papel essencial na sociabilidade humana.

A concepção de politecnia é explanada por Saviani (2003, p. 132), na pesquisa "O choque teórico da Politecnia", ao manifestar-se no sentido de que "a noção de politecnia deriva, basicamente, da problemática do trabalho". O autor vê o trabalho como um princípio educativo geral, ou seja, a educação é fundamentada pelo conceito do trabalho, que por sua vez possui uma ação transformadora sobre a natureza. Para o autor, a ideia de politecnia pressupõe múltiplas técnicas, mas nunca de forma fragmentada e prevê que o processo de trabalho une os aspectos manuais e intelectuais, não havendo assim trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro, sendo a separação destas funções uma criação histórica.

Ao discorrer sobre o tema, Ciavatta (2005, p. 2) acredita que "a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar". Explica que o intuito é unir a educação geral à educação profissional nos processos produtivos ou educativos em seus diferentes níveis, e que o trabalho, como princípio educativo, busca superar a separação entre trabalho manual e intelectual e assim formar trabalhadores que possam atuar inclusive como dirigentes.

Na mesma linha, Pacheco (2011), no livro "Institutos Federais uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica", traz o trabalho como elemento constituinte da educação profissional e tecnológica:

> A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas (PACHECO, 2011, p. 29).

Merece destaque outra inferência de Pacheco (2012), que discorre acerca da formação integral e defende a educação emancipadora e não adestradora, para que os trabalhadores possam interagir com a sociedade munidos com os elementos necessários para entender e discutir a ciência que envolve o processo produtivo e as relações sociais daí provenientes.

Para o autor, o trabalho como princípio educativo permite que o sujeito crie e transforme a sua realidade, ao apropriar-se dela:

> Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa entender o trabalho como princípio educativo, o que não significa aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, apropria-se dela e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade (PACHECO, 2012, p. 67).

Complementando a concepção da integração, Araújo e Frigotto (2015) destacam a promoção da autonomia:

> O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição com as práticas fragmentadas do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos principalmente (ARAÚJO E FRIGOTTO, 2015, p. 63).

Entretanto, no entendimento de Moura, Lima Filho e Silva (2015), a politecnia e a escola unitária ainda não estão consolidadas em suas definições plenas, porém é preciso plantar as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária utilizando-se da contradição do capital.

Em vista disso, a expansão da Rede Federal de Ensino é um marco importante que ocorreu através da Lei n° 11.892 de 2008, criadora dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), e que, de acordo com Moura, Lima Filho e Silva (2015), levou à ampliação do acesso à educação de qualidade, considerando a realidade de localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Sobre o assunto, Pacheco (2012) expõe que a lei que criou os IFs possibilitou o retorno da integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, em uma nova perspectiva:

> Foi a partir dessa convergência mínima entre os principais envolvidos nessa discussão que se edificaram as bases que deram origem ao Decreto 5.154/04 e, posteriormente, permitiram a incorporação de seu conteúdo à LDB pela Lei 11.741/08. Além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção (PACHECO, 2012, p. 28)

Assim, esta acabou sendo uma solução transitória e viável contemplando uma formação integrada, com uma educação tecnológica ou politécnica que atenda à realidade socioeconômica do país, em que muitos jovens não podem se dar ao luxo de iniciar sua vida profissional somente após a conclusão de um curso superior.

2.2 O Instituto Federal Farroupilha

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica, como declara Pacheco (2011), que já foi Secretário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. Ele acredita no restabelecimento do ensino médio integrado, em uma perspectiva politécnica, para transformar a educação em um meio de promover a inclusão e a emancipação humana. Além disso, expõe que o intuito não é formar profissionais para o mercado de trabalho, mas sim cidadãos para o mundo do trabalho, sendo necessário para isso, acabar com o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual ou até mesmo um artista.

A criação dos IFs ocorreu por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O artigo 2° estabelece que se tratam de instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

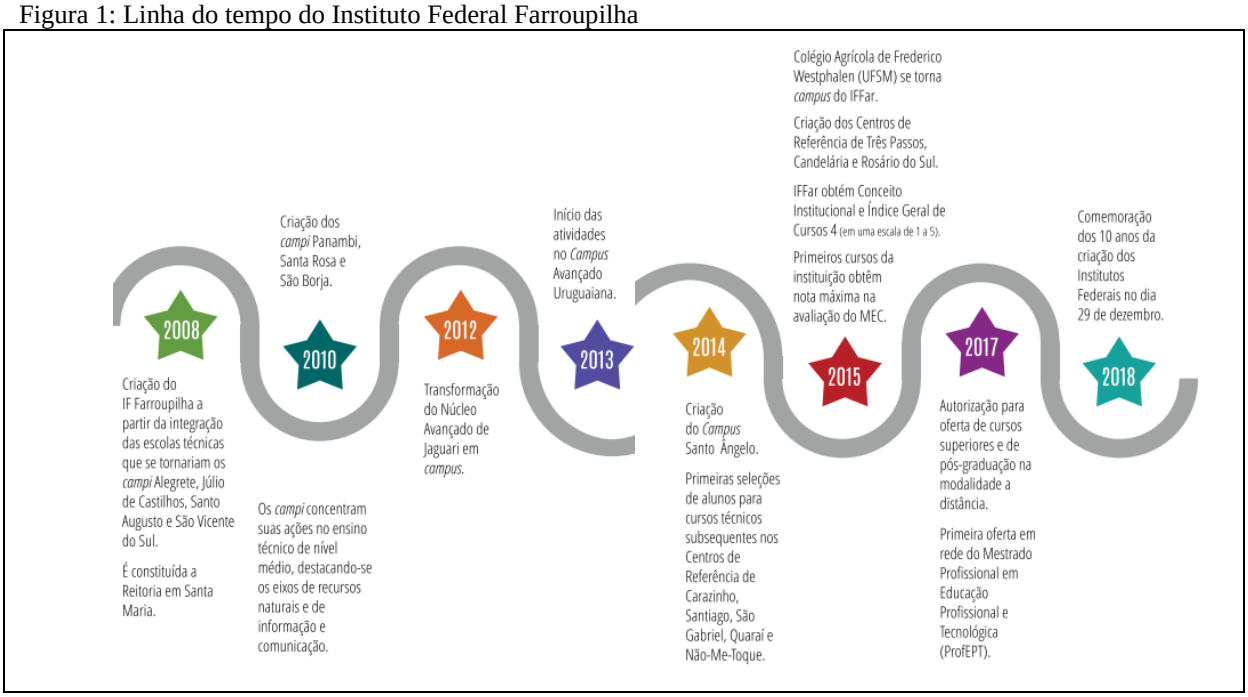
Para Pacheco (2011, p. 64) essa designação “confere aos Institutos Federais uma natureza singular, na medida em que não é comum no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino”. Além disso, o autor enfatiza que o principal objeto dos IFs é a profissionalização e nesse sentido, a proposta pedagógica é pautada no trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção.

Ao realizar uma reflexão acerca do papel dos IFs no cenário educacional brasileiro, Fornari (2018) percebeu que eles interferem na realidade educacional brasileira e que são voltados para uma educação que contribui com o processo de emancipação humana, por meio da verticalização, interiorização e integração do ensino. Para a autora, a existência dessas instituições traz diferenciais como acesso e formação, não se prendendo a mediações que valorizam o capital.

Nesse cenário, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) surgiu por meio da integração de três unidades: a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET) e da Unidade de Ensino Descentralizada de Santo Augusto, que antes pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Com o objetivo de interiorizar a educação, foi constituído, inicialmente, por 07 (sete) *campi*: Alegrete, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, São Borja e São Vicente do Sul e estabeleceu a Reitoria na cidade de Santa Maria-RS, por desempenhar papel reconhecido como polo econômico da região central do Estado (GARCEZ *et al*, 2018).

Ao longo dos anos o IFFar foi se desenvolvendo e aumentando sua estrutura, com a criação de novos *campi*, além de se destacar com ótimo conceito institucional, índice geral de cursos, avaliação do MEC e receber novas autorizações para oferta de cursos superiores e de pós-graduação na modalidade a distância, como ilustra a figura abaixo:

Figura 1: Linha do tempo do Instituto Federal Farroupilha



Fonte: IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória (Garcez *et al*, 2018)

Atualmente, é composto por 11 (onze) *campi*: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana além da Reitoria que continua situada na cidade de Santa Maria-RS. No livro: "IFFar 10 anos - ensaios dessa trajetória" organizado por Garcez *et al* (2018), os autores explicam como se deu a criação dos demais *campi*:

> A criação do Campus Jaguari e do Campus Avançado Uruguaiana, em 2013, o início das atividades do Campus Santo Ângelo e a migração do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen (CAFW), antes pertencente à Universidade Federal de Santa Maria, em 2014, estabeleceram a nova configuração do IFFar, que passou a contar com onze unidades acadêmicas, além da Reitoria. (GARCEZ *et al, 2018, p. 12)*

Além disso, esses autores explicam que a instalação dos Centros de Referência de Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Quaraí, Santa Cruz do Sul, Santiago, São Gabriel, Rosário do Sul e Três Passos e múltiplos Polos de Educação a Distância ampliou ainda mais a atuação institucional, levando a educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade a mais de cinquenta municípios gaúchos.

Portanto, o IFFar abriu novas perspectivas para estas cidades e suas regiões localizadas no interior do estado do RS, trazendo a possibilidade de qualificação a muitos jovens, que de outra forma não teriam acesso a uma educação pública de qualidade. Isso foi otimizado pela Lei das Cotas que viabilizou o acesso a grupos desfavorecidos dessas regiões, provenientes de escolas públicas, dentre eles negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiências.

2.3 As Ações Afirmativas

Por meio de movimentos sociais que exigiram do Poder Público uma posição mais ativa para combater as desigualdades sociais, as ações afirmativas surgem com a redemocratização do país, após a ditadura militar, como expõe Moehlecke (2002), que acredita ser uma ação reparatória e/ou preventiva, considerando passado, presente e futuro:

> Podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (MOEHLECKE, 2002, p. 203).

Quando analisa as ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos, Piovesan (2005), na pesquisa “Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos”, explica que elas são medidas urgentes e necessárias respaldadas na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, constituindo relevantes medidas para a implementação do direito à igualdade. Segundo a autora:

> Constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos (PIOVESAN, 2005, p. 49).

As ações afirmativas aparecem, assim, como forma de promover a igualdade material prevista, democraticamente, no Direito Constitucional Contemporâneo, tal como afirmado por Rocha (1996):

> A ação afirmativa reconstrói o tecido social, introduzindo propostas novas à convivência política, nas quais se descobrem novos caminhos para se igualar, na verdade do direito e não apenas na palavra da lei, o que o preconceito de ontem desigualou sem causa humana digna (ROCHA, 1996, p. 295).

Ao romper com paradigmas ultrapassados, o atual modelo inclusivo prevê, de acordo com Sonza, Salton e Strapazzon (2016, p. 113), que "a sociedade é que deve se modificar para englobar todas as pessoas, principalmente aquelas pertencentes a grupos que sofreram, historicamente, perdas e discriminações [...]".

As ações afirmativas são medidas que beneficiam grupos discriminados pela exclusão social e possuem como principal objetivo, de acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Educação, "eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade" (BRASIL, 2020).

Quanto aos primeiros movimentos de reserva de vagas, Moehlecke (2002), expõe que ocorreu entre 2002 e 2003, quando foi aprovada a primeira lei sobre o assunto no Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo 50% das vagas de cursos de graduação em universidades estaduais para alunos vindos de escolas públicas, sendo aplicada conjuntamente com outra lei que determinou a reserva de 40% das vagas a candidatos negros e pardos. Além de uma lei do Estado do Paraná que entrou em vigência em 2002, garantindo três vagas em cada uma das cinco universidades estaduais à comunidade indígena.

A ausência de uma lei federal que regulamentasse as ações afirmativas, não foi impedimento para que as universidades públicas inicializassem seus programas de ações afirmativas, de acordo com Feres Jr. et al. (2012), na pesquisa "Ação afirmativa no Brasil: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião douta", estes programas passaram a ser adotados por muitas universidades (estaduais e federais) e demais instituições federais pelo país.

Desse modo, as Instituições de Ensino possuem papel fundamental na implementação de políticas que promovam o reconhecimento e valorizem a diversidade em todos os âmbitos

do ensino, objetivando a ampliação do acesso e apoio à permanência, a fim de possibilitar a igualdade de oportunidades a grupos historicamente excluídos (SONZA, SALTON e STRAPAZZON, 2016)

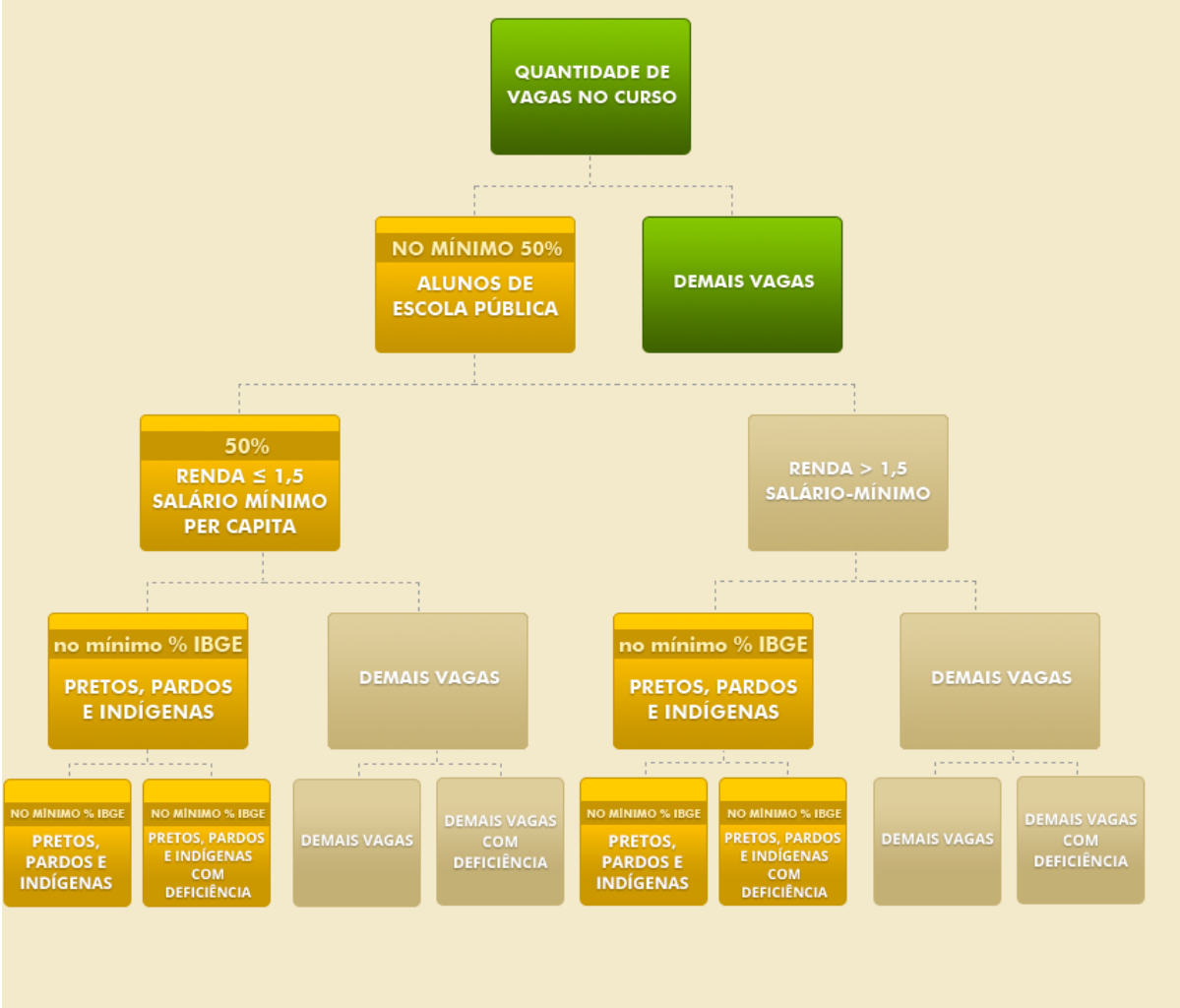
Até a edição da Lei Federal n° 12.711\2012 foi percorrido um longo caminho de movimentos sociais e a proposição de diversos projetos de lei sobre o assunto das cotas, devido a sua imensa complexidade. A referida lei determina a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas das universidades e instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação para os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental/médio em escola pública. Destas, devem ser reservadas vagas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência, proporcionalmente ao número destes na população da unidade da Federação da instituição, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessa conjuntura, importante esclarecer as cotas sociais objetivam compensar a baixa qualidade do ensino público básico, e possibilitam o acesso a cursos em instituições federais de ensino para aquelas pessoas que dificilmente conseguiriam sem a reserva de vagas. Dessa forma, as cotas raciais integram um projeto amplo de acabar com a desigualdade racial, a longo prazo, como assevera Duarte (2005):

> Vale a pena ressaltar que as cotas raciais fazem parte de, um projeto político diferente do projeto que integra as cotas sociais, ainda que ambas as cotas apareçam muitas vezes associadas. As cotas sociais visam compensar a má qualidade do ensino público básico e dar acesso ao ensino superior a pessoas que dificilmente fariam um curso universitário sem tal artifício, por serem vítimas de desigualdades sociais, regionais, e de capital cultural. No entanto, essas cotas não têm a pretensão de erradicar a pobreza que está associada a condições políticas, sociais e econômicas muito amplas e complexas, mas sim pretendem democratizar o acesso ao ensino superior e diversificar o ambiente acadêmico igualando as condições entre os candidatos quando do vestibular. As cotas raciais, por outro lado, fazem parte de um amplo projeto que tem o objetivo de, a longo prazo, acabar com a desigualdade racial e com o racismo no Brasil, ou ao menos reduzi-lo substancialmente (DUARTE, 2005, p. 18).

É relevante salientar também, que a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) só foi garantida por meio da Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei n° 12.711\2012 a fim de oferecer vagas também para este público. O organograma abaixo, disponível no site do Ministério da Educação (BRASIL, 2020), ilustra com bastante clareza a distribuição das vagas reservadas conforme estabelece a Lei das Cotas:

Figura 2: Organograma para cálculo do número mínimo das vagas reservadas de acordo com a Lei n° 12.711\2012



Fonte: BRASIL, 2020.

A Lei das Cotas também prevê que, caso não ocorra o preenchimento das vagas reservadas a um determinado tipo de cota, as remanescentes passam para outro grupo de cotas, tendo a ampla concorrência como última opção.

No Instituto Federal Farroupilha (IFFar), as Ações Afirmativas foram implementadas ainda antes da edição da Lei das Cotas, por meio da Resolução nº 005/2009 de 23 de novembro de 2009. Posteriormente, esta foi revogada por meio da Resolução nº 032/2010, e mudou a denominação para “Política de Ações Afirmativas”, estabelecendo a ampliação do acesso aos cursos e o estímulo à permanência e êxito no percurso formativo. Nesta resolução, no artigo 1º estava previsto o acompanhamento à inserção sócio profissional dos alunos beneficiados pela Política de Ações Afirmativas, o que estava reafirmado no artigo 4º e no artigo 9º, que detalhava como se daria esse acompanhamento, como pode ser visto a seguir:

> RESOLUÇÃO IFFAR N° 32/2010
> Art. 1º - A Política de Ações Afirmativas dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IF-Farroupilha constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos cursos, de estímulo à permanência e êxito no percurso formativo na instituição e de **acompanhamento à inserção sócio profissional.** [Grifo da autora]
> [...]
> Art. 4º - As ações orientadoras da Política de Ações Afirmativas de que trata esta Resolução Normativa, a serem implementadas pelo IF-Farroupilha, são as seguintes:
> [...]
> IV – **acompanhamento da inserção sócio profissional dos estudantes egressos.** [Grifo da autora]
> [...]
> Art. 9 - As ações afirmativas de **acompanhamento da inserção sócio profissional** dos alunos egressos do IF-Farroupilha que aderiram à Política de Ações Afirmativas serão efetuadas a partir da **criação de um banco de dados com informações atualizadas desses alunos e de contatos sistemáticos para obter informações sobre sua inserção sócio profissional.** [Grifo da autora] (BRASIL, 2020)

No entanto, em seguida, sobreveio a Resolução Consup n° 002/2017, de 10 de março de 2017, que revogou a Resolução nº 032/2010, onde se observou, no artigo 1º, que a expressão *"de acompanhamento à inserção sócio profissional"* foi substituída por "*e o acompanhamento do percurso formativo na instituição"*, dando ênfase à questão do acompanhamento do percurso dos cotistas enquanto discentes da instituição, sem fazer referência a sua inserção sócio profissional.

Nesta resolução passou a ser previsto o acompanhamento da Política de Ações Afirmativas por meio da nomeação de uma Comissão Institucional no artigo 13, e o acompanhamento do Percurso Formativo no artigo 15, que se refere ao apoio acadêmico a ser realizado através do Programa de Acompanhamento e Atendimento Pedagógico:

> Art. 13 - Para fins de acompanhamento da Política de Ações Afirmativas, de que trata esta Resolução, será nomeada uma Comissão Institucional para a verificação dos requisitos estabelecidos para esta modalidade de vaga, nos casos controversos, para avaliar a Política de Ações Afirmativas e propor mecanismos relacionados às distintas dimensões e seus resultados.
> [...]
> Art.15 - A Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal Farroupilha prevê o apoio acadêmico estruturado em Programa de Acompanhamento e Atendimento Pedagógico da Política de Ações Afirmativas do IFFar, voltado aos estudantes que ingressarem através da reserva de vagas prevista no Art. 3º da presente Resolução, a ser formalizado em Regulamento próprio (BRASIL, 2020).

Posteriormente sucederam outras resoluções do Conselho Superior que atualizaram a Política de Ações Afirmativas, as quais revogaram as resoluções anteriores: Resolução Consup n° 052/2017, de 22 de agosto de 2017; Resolução Consup n° 073/2017, de 30 de outubro de 2017 e Resolução Consup n° 029/2019, de 07 de agosto de 2019, que é a atual

Política de Ações Afirmativas do IFFar. Nesta última resolução, foi incluída a expressão: *"e das condições das pessoas com deficiência (PcD)"* de acordo com o que leciona a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, ao dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, além de permanecer a previsão da questão do acompanhamento do percurso formativo na instituição. O quadro abaixo expõe, de forma mais objetiva, o comparativo dessas alterações nas três principais resoluções:

Quadro 1: Comparativo do artigo 1º das principais resoluções do IFFar referente à Política de Ações Afirmativas

Resolução IFFar nº 032/2010	Resolução Consup IFFar n° 002/2017	Resolução Consup IFFar n° 029/2019
Art. 1º - A Política de Ações Afirmativas dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IF-Farroupilha constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos cursos, de estímulo à permanência e êxito no percurso formativo na instituição **e de acompanhamento à inserção sócio profissional.**	Art. 1º - A Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal Farroupilha constitui-se em um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a ampliação do acesso aos cursos e o **acompanhamento do percurso formativo na instituição**, com a adoção de medidas que estimulem a permanência nos cursos.	Art. 1º A Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar constitui-se em um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial **e das condições das pessoas com deficiência (PcD),** mediante a ampliação do acesso aos cursos e o **acompanhamento do percurso formativo na Instituição**, com a adoção de medidas que estimulem a permanência nos cursos

Fonte: elaboração da autora.

No Quadro 1 observa-se que o acompanhamento da inserção sócio profissional dos estudantes que ingressarem por meio da reserva de vagas foi, portanto, substituído pelo acompanhamento ao percurso formativo na instituição, que continua previsto na Resolução Consup IFFar n° 029/2019:

> Art. 16. A Política de Ações Afirmativas do IFFar prevê incentivo à permanência voltado aos estudantes que ingressarem através da reserva de vagas, que é implementado por meio da Política de Assistência Estudantil do IFFar.
> Art. 17. A Política de Ações Afirmativas do IFFar prevê o apoio acadêmico estruturado em ações de acompanhamento dos estudantes ingressantes, voltado aos estudantes que ingressarem por meio da reserva de vagas prevista nos Art. 4º e 5º da presente Resolução.

No IFRS visualizamos um bom exemplo de acompanhamento dos alunos ingressantes pela política de ações afirmativas, como expõem AGNOL *et al* (2016), em que existe uma comissão para essa finalidade, denominada de Comissão de Acompanhamento e Avaliação da

Política de Ações Afirmativas, a qual possui como atribuição, dentre outras: propor ações de acompanhamento dos estudantes ingressantes pela política e propor mecanismos para a permanência dos estudantes e/ou fontes de financiamentos.

A Política de Ações Afirmativas integra as Ações Inclusivas no IFFar, voltadas, em especial, para questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero. A instituição possui uma Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) que tem a finalidade de assessorar, subsidiar e fomentar atividades voltadas ao acesso, permanência, participação e formação qualificada, sendo que existe uma CAI na Reitoria e uma em cada campus do IFFar (BRASIL, 2020).

2.4 Estado do conhecimento

No intuito de saber mais sobre o estado do conhecimento referente ao tema das cotas nas instituições federais de ensino, percebeu-se a necessidade de ampliar a pesquisa iniciada, com a definição de critérios mais objetivos, a fim de selecionar pesquisas que se referissem, mais especificamente, à trajetória dos alunos que ingressaram pelas cotas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e suas expectativas pós conclusão de curso.

Nesse sentido, foi realizada uma revisão de literatura, a qual para Galvão e Pereira (2014, p. 183) proporciona "apoiar-se apenas nos estudos de melhor qualidade sobre o assunto". Isso foi possível a partir de uma Busca Sistemática, em que, de acordo com Ferenhof e Fernandes (2016, p. 551) "se estabelece estratégias que definem critérios de inclusão e exclusão dos dados de forma prévia, clara e objetiva".

Para tanto, utilizou-se o Portal OASISBR, Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ambos repositórios digitais concebidos e mantidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Definiu-se a escolha por estes portais por reunirem a produção científica nacional em acesso aberto e permitirem a busca à pesquisa simultânea em diversas pesquisas científicas, proporcionando assim condições para a revisão de literatura.

A partir da definição dos bancos de dados, delimitou-se os descritores que definiram a busca: "**Cotas**" e "**Instituto Federal**"; "**Cotas e Institutos Federais**"; "**Cotas e Educação Profissional**". Usou-se estas expressões, pois, embora o tema das cotas esteja sendo bastante debatido em pesquisas científicas, ele é muito amplo, e por isso buscou-se restringir a busca, especificamente, a pesquisas voltadas às cotas nos IFs, por se aproximar do contexto do

presente trabalho. Além disso, como primeiro critério inclusivo, selecionou-se apenas dissertações e teses no Portal OASIS BR, sendo que o Portal BDTD já é composto apenas por estes dois tipos de pesquisa. Quanto ao segundo critério inclusivo, fez-se um recorte temporal, selecionando-se o período 2013 a 2020, considerando que a Lei das Cotas é de 2012.

Para melhor visualização destes critérios, elaborou-se a Tabela 1, que conta com os resultados das buscas pelos descritores informados:

Tabela 1: Busca Sistemática realizada nos Portais OASIS BR e BDTD, com os respectivos resultados

Banco de dados	**Descritores**	**Critério de Inclusão 1: Período**	**Critério de Inclusão 2: Tipo de pesquisa**	**Resultados**
OASISBR	"Cotas" e "Instituto Federal"	2013 a 2020	Dissertações e Teses	26
BDTD	"Cotas" e "Instituto Federal"	2013 a 2020	-	23
OASISBR	"Cotas e Institutos Federais"	2013 a 2020	Dissertações e Teses	10
BDTD	"Cotas e Institutos Federais"	2013 a 2020	-	8
OASISBR	"Cotas e Educação Profissional"	2013 a 2020	Dissertações e Teses	8
BDTD	"Cotas e Educação Profissional"	2013 a 2020	-	7

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação à busca com os descritores "**Cotas e Institutos Federais**" e "**Cotas e Educação Profissional**", dentro dos critérios descritos, nos dois portais observou-se que os títulos se repetiram e assim, aqueles que seriam utilizados já constam na tabela acima, não tendo sido selecionado nenhum trabalho.

Ao observar a Tabela 1, percebe-se um baixo número de estudos relativos à Política de Cotas nos IFs, o que demonstra que a pesquisa em tela possui bastante relevância, pois vem a corroborar com a pesquisa científica nesta área, que pode servir de base para o desenvolvimento das instituições e de suas políticas de apoio aos estudantes cotistas.

A partir do resultado da busca, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, selecionando-se somente aqueles que se relacionam à presente pesquisa, por abordarem a

questão da trajetória acadêmica e/ou expectativas profissionais dos alunos cotistas da educação profissional e tecnológica. Das 26 pesquisas do Portal OASISBR, foram selecionadas 5 (cinco), e, quanto à busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme os mesmos critérios e descritores, ao realizar a leitura dos títulos dos 23 trabalhos encontrados, observou-se que a maioria das pesquisas se repetiam, ou seja, já haviam aparecido na busca efetuada no Portal OASIS BR, tendo sido selecionado apenas 1 (uma) pesquisa, que não havia sido encontrada na busca anterior, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Pesquisas selecionadas sobre a temática "trajetória acadêmica de alunos cotistas e/ou "expectativas profissionais de alunos cotistas" a partir da Busca Sistemática nos Portais OASIS e BDTD com os descritores "Cotas" e "Instituto Federal", referente ao período de 2013 a 2020

	Portal	**Ano**	**Tipo**	**Título**	**Autor(es)**	**Cidade/Instituição**
1.	OASIS	2014	Dissertação de Mestrado	Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados	Márcio Teodoro Dias	Belo Horizonte Universidade Federal de Minas Gerais
2.	OASIS	2015	Dissertação de Mestrado	Ações Afirmativas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um Estudo no IFPB - Campus João Pessoa	Maria José Pereira Dantas	Recife/PE Universidade Federal de Pernambuco
3.	OASIS	2016	Dissertação de Mestrado	Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto	Aline Rosa Pieroni	Varginha/MG Universidade Federal de Alfenas
4.	OASIS	2017	Dissertação de Mestrado	O Contributo da lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil.	Fernando Francisco Gonçalves	Porto/Portugal Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto
5.	OASIS	2017	Dissertação de Mestrado	O Perfil do Aluno Cotista Negro do IFNMG Campus Januária no Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Ensino Médio	Miriam Rodrigues Guedes Alkmim	Diamantina/MG Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
6.	BDTD	2017	Dissertação	A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência	Emmanuella Aparecida Miranda	Viçosa/MG Universidade Federal de Viçosa
7.	OASIS	2019	Dissertação	Universidade ou Mercado	Natália Gomes	Lisboa/Portugal

			de Mestrado	de Trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil	Pereira Resina	Universidade de Lisboa Instituto de Educação

Fonte: Elaboração da autora

A análise das pesquisas do Quadro 2 iniciou com a identificação quanto ao tipo, autor, ano e título, não necessariamente nessa ordem, seguida da exposição dos objetivos e principais resultados obtidos. Por fim, teceu-se uma breve reflexão acerca da contribuição teórica para a dissertação desenvolvida.

Dentre as produções científicas selecionadas por meio da busca sistematizada relacionadas no Quadro 2, a primeira analisada trata-se de uma Dissertação de Mestrado produzida por Márcio Teodoro Dias em 2014, intitulada “Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma Instituição Federal de Ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados”. O objetivo geral do trabalho foi fornecer subsídios para a tomada de decisão em relação à política de cotas, para o acesso aos cursos do Instituto Federal de Minas Gerais, por meio do estudo dos dados dos últimos processos seletivos.

A pesquisa apresentou como principais resultados: em torno de 20% das vagas reservadas não foram ocupadas por candidatos cotistas, sendo transferidas para a ampla concorrência; menos da metade dos candidatos que poderiam se inscrever a algum tipo de cota, optou por estas; e parte dos candidatos que puderam escolher entre mais de uma opção de cota, concorreu a uma opção diferente da que seria esperada pelo seu perfil. Diante disso, o autor constatou que:

> Não se sabe os motivos que levaram muitos candidatos a optarem pela ampla concorrência tendo os requisitos para concorrer às vagas reservadas ou a concorrer a uma opção de cota diferente da esperada. Pode-se presumir que ao menos em parte, o desconhecimento do seu direito tenha levado a essa situação. Sendo assim, sugere-se um trabalho maior de divulgação do sistema de cotas, por parte da instituição; nesse sentido, seria recomendável que na interface do sistema que gerencia as inscrições fosse indicado com clareza ao candidato o direito que ele possui, inclusive utilizando as respostas do questionário socioeconômico para sugerir as opções mais indicadas (DIAS, 2014, p. 81-82).

Esta pesquisa se correlaciona com a presente dissertação por evidenciar que há um certo desconhecimento dos direitos previstos na Lei de Cotas e de como funciona o Sistema de Cotas na prática, havendo, portanto, a necessidade de uma maior divulgação desse sistema, de forma educativa, a longo prazo, e também de uma forma mais objetiva na hora da

inscrição, com a disponibilização de informações claras no sistema, a fim de que o candidato tome a melhor decisão quanto à concorrência à vaga.

A segunda pesquisa examinada foi a Dissertação de Mestrado de Maria José Pereira Dantas, do ano de 2015, intitulada "Ações Afirmativas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio: um Estudo no IFPB - Campus João Pessoa", que teve por objetivo geral caracterizar a configuração do ingresso em cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFPB, Campus João Pessoa, na vigência da Lei nº 12.711/2012, visão da instituição e de beneficiários, indicadores e efeitos dessa política de ação afirmativa. Dentre os objetivos específicos estavam: averiguar indicadores de desempenho acadêmico e de inclusão em programas de benefícios estudantis (PE); levantar opinião da instituição e dos beneficiários ingressos no IFPB, Campus João Pessoa, em 2013, sobre o instrumento de Ação Afirmativa: sistema de cotas (Lei nº 12 711/2012).

Nos resultados ficou evidenciado que no IFPB-JP não há registro objetivo no Sistema de Controle Acadêmico sobre o ingresso vinculado a grupo cotista, o que dificulta, segundo Dantas (2015, p. 139), o "acompanhamento sistemático e desenvolvimento de políticas internas de qualificação da permanência e êxito acadêmico dos indivíduos desse grupo beneficiário". Além disso, Dantas (2015) chegou ao resultado de que a cota étnico-racial refere-se a uma única categoria, sendo que não há como mensurar as proporções de autodeclarados pretos, pardos e índios, o que impossibilita levantamentos quantitativos por categoria individualmente, isto é, não há dados acerca de quantos ingressantes se autodeclararam pretos, quantos pardos e indígenas, por categoria dentro do tipo de cota PPI. Assim, ainda segundo Dantas (2015, p. 141), "o grupo institucional registra preocupações com o público cotista/ prioritário que não é habilitado oficialmente, para um acompanhamento específico, muitos ficam de fora dos programas de benefícios estudantis". Nessa linha a autora sugeriu:

> a) Garantir o acesso dos estudantes cotistas aos programas de benefícios estudantis, visando a sua permanência e a qualidade desta no processo;
> b) Conforme o despertar do grupo institucional, a habilitação oficial desse público prioritário, para as equipes multiprofissionais realizarem acompanhamento específico com a efetivação do acompanhamento pedagógico e a orientação educacional que vai além dos programas de benefícios da política estudantil (DANTAS, 2015, p. 143).

A autora reafirmou, assim, que a principal dificuldade encontrada foi na coleta de dados oficiais sobre os alunos cotistas, em razão da ausência de informações sobre os tipos de ingresso individualmente no Sistema de Controle Acadêmico, o que só foi possível por ela integrar a instituição e buscar os dados junto aos editais de resultados, chamada pública

confirmação de matrícula. Além disso, expôs outra limitação que se refere ao levantamento do quantitativo de autodeclarados pretos, pardos ou índios, separadamente, por categoria individual.

Uma vez que a presente pesquisa também analisa dados referentes à forma de ingresso e aos tipos de cotas utilizando-se da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com alunos cotistas do IFFar, é importante conhecer a realidade de outro Instituto Federal, como é o caso do IFPB. Nesse sentido, buscou-se conhecer quais dificuldades foram encontradas para coletar dados objetivos, que servem não somente para realização de uma pesquisa científica, mas principalmente para serem utilizados permanentemente na tomada de decisões da instituição.

A terceira pesquisa é uma Dissertação de Mestrado de Aline Rosa Pieroni do ano de 2016, com o título "Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto". Teve por objetivo geral investigar o desempenho acadêmico desses estudantes e, como objetivos específicos, analisar o índice de evasão, o índice de conclusão, o índice de reprovação comparando os dois grupos; o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas e se estes alunos recebiam algum tipo de assistência estudantil.

Os principais resultados evidenciaram que houve um índice menor de evasão no grupo dos cotistas, apesar das dificuldades socioeconômicas, considerando que, entre os evadidos, um baixo número recebia algum tipo de auxílio; no entanto, quanto ao índice de conclusão, este foi maior entre os não cotistas; já no desempenho do processo seletivo, os cotistas tiveram médias significativamente superiores aos demais; e por fim, a autora destacou a necessidade da implementação de ações que visem diminuir a evasão e melhorar o rendimento acadêmico, tanto dos cotistas quanto dos não cotistas.

Esta pesquisa é relevante para o trabalho que está sendo aqui desenvolvido, na medida em que, ao analisar o desempenho acadêmico dos alunos cotistas e demais índices como evasão, conclusão e reprovação, comparando-os com os demais alunos, pode subsidiar esta dissertação, inclusive no que diz respeito ao papel da Assistência Estudantil, para minimizar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos cotistas e garantir sua permanência na instituição.

Na quarta Dissertação de Mestrado de Fernando Francisco Gonçalves do ano de 2017, desenvolvida no Instituto Politécnico do Porto em Portugal, sob o título: "O Contributo da Lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil", o objetivo primordial foi estudar a contribuição da Lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil, por meio da

identificação de semelhanças entre estudantes cotistas e contingente geral, em relação a aspectos como: dificuldades escolares, benefícios trazidos pela Política de Cotas e expectativas após a conclusão do curso. O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, nos Campus Uberaba e Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico, e analisou o perfil social, econômico, racial e familiar dos estudantes de cursos de nível médio técnico profissionalizante.

Como principais resultados, ficou comprovado que a Lei de Cotas contribui para a redução do nível de desigualdades sociais, por permitir o acesso a um sistema de ensino de maior qualidade a alunos que, de outro modo, não teriam acesso. Além disso, os alunos que ingressaram por meio da Lei de Cotas apontaram como dificuldades a econômica e de acompanhamento dos conteúdos programáticos do curso. A frequência foi vista pelos alunos como capaz de promover vários benefícios durante a formação. O autor concluiu que a realização do curso, permitirá aos cotistas a evolução no seu nível de qualificação e acesso a melhores oportunidades profissionais, com a consequente elevação da remuneração. Quanto às expectativas profissionais, tanto para os cotistas quanto para os não cotistas, a maior perspectiva foi de ingresso no ensino superior.

Considera-se a pesquisa acima um referencial significativo para a elaboração da presente dissertação, devido à proximidade dos objetivos e à similaridade do assunto em debate, considerando pontos em comum relacionados aos alunos cotistas, como a importância da oportunidade que a Lei de Cotas trouxe, as dificuldades enfrentadas durante o curso e as pretensões profissionais.

No que tange à quinta pesquisa explorada, trata-se de uma Dissertação de Mestrado de Miriam Rodrigues Guedes Alkmim, do ano 2017, elaborada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri de Diamantina/MG, no Programa de Pós-Graduação em Educação, com o título: “O Perfil do Aluno Cotista Negro do IFNMG Campus Januária no Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Ensino Médio”. O objetivo geral foi analisar o perfil social e a trajetória do aluno cotista negro, oriundo de escola pública no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médiodo IFNMG - Campus Januária, no período compreendido entre 2013 e 2015. E os objetivos específicos se voltaram a investigar as discussões que envolveram o processo de implementação da política de cotas no Brasil pela Lei nº 12.711/12; entender como se dá o ingresso, a permanência e o desempenho do aluno cotista; e compreender o significado que a política de cotas tem para esses alunos.

A autora depreendeu que o programa de cotas tem proporcionado o ingresso de estudantes com perfil diversificado, composto pelos diferentes segmentos da sociedade, e

evidenciou um avanço em relação à democratização do ensino para os grupos historicamente excluídos, sobretudo negros e pobres, pois se não fosse por meio da implementação do programa de cotas, talvez o aluno negro, pardo e indígena não tivessem a oportunidade de ingressar na instituição. No entanto, a autora enfatiza que é necessário que haja um aperfeiçoamento dessa política afirmativa, pois ainda existe pouca representação de cotistas autodeclarados pretos. Outro resultado foi que, quanto ao desempenho dos alunos cotistas durante a vida acadêmica, estes demonstraram coeficientes satisfatórios e até mesmo maiores aos que entraram por ampla concorrência.

Este trabalho serve de base teórica para a análise dos resultados da dissertação em tela, considerando que expõe a realidade da implementação da Política de Cotas em um Instituto Federal de outro estado, com destaque as cotas para autodeclarados pretos, tratando também da questão do desempenho dos estudantes cotistas em comparação com os demais.

A sexta Dissertação de Mestrado investigada, é de Emmanuella Aparecida Miranda, sob o título "A Política de Cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Viçosa/MG no ano 2017. A pesquisa teve por objetivo geral analisar os impactos da Lei de Cotas sobre a permanência e êxito dos estudantes do curso Técnico Integrado em Agroecologia do IF Sudeste de MG - Campus Muriaé e abordou questões importantes que permeiam as cotas, como: temor da queda da qualidade da educação, questionamentos acerca do mérito escolar, direito de acesso e permanência dos estudantes cotistas.

As principais repercussões do estudo foram na acepção de que, primeiramente, as cotas possibilitam o acesso a grupos vulnerabilizados historicamente, no entanto, a autora acredita que não basta a simples positivação do direito, é preciso que se tenha consciência da essência, de seu significado, para além de um mero registro oficial, caso contrário, a conquista poderá cair no esquecimento ou ser usada como moeda de troca por interesses das classes dominantes. Em segundo lugar, o estudo comprovou que os alunos cotistas apresentaram melhores resultados em diversos quesitos, contrariando as ideias pessimistas a respeito dos alunos que ingressam na instituição por meio das cotas. Em terceiro lugar, a autora ressaltou a lenta, porém progressiva compreensão da Lei nº 12.711 por parte dos estudantes. E por fim, ao defender o trabalho como princípio educativo, Miranda (2017, p. 174) assevera: "a educação que possibilita aos educandos compreenderem o trabalho como princípio educativo e não como um fim ao qual devem se sujeitar (como mercadorias a serem exploradas) em sua força produtiva, é a educação que qualifica para a leitura de mundo".

Esta pesquisa teve uma fundamentação teórica bastante robusta, sendo, portanto, um referencial muito significativo para a dissertação que está sendo desenvolvida. Os objetivos também são relacionados ao que se busca, assim como os resultados que poderão servir de base para análise e compreensão dos nossos dados.

A sétima Dissertação é do ano de 2019, desenvolvida no Mestrado em Educação da Universidade de Lisboa/Portugal, por Natália Gomes Pereira Resina, sob o título: "Universidade ou Mercado de Trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil". O objetivo da pesquisa foi conhecer as expectativas escolares e profissionais dos jovens que frequentaram os cursos profissionais de educação técnica de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Sertãozinho. Os objetivos específicos permearam questões como: o perfil socioeconômico e demográfico dos alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio; as suas trajetórias acadêmicas; o processo de escolha pelo curso; opiniões e expectativas sobre os cursos; e as aspirações quanto ao futuro escolar e profissional.

No que tange aos resultados, a autora averiguou que o Instituto Federal de Sertãozinho acolheu jovens com percursos escolares bem sucedidos em escolas públicas, os quais desenvolveram uma relação positiva com a instituição, apesar de virem de grupos sociais de baixa renda e pouca escolaridade. Eles acreditam que a realização do curso no IFSP-SRT é uma oportunidade para ascender socialmente.

No estudo foi detectado o propósito da maioria dos alunos de obter sucesso nas provas vestibulares, para ingresso no ensino superior, por meio da realização do curso técnico integrado ao ensino médio, considerando a sua qualidade. Apenas uma reduzida minoria declarou ter realizado o curso para ingressar diretamente no mundo do trabalho, a fim de contribuir com as despesas da casa. A maioria enalteceu a qualidade dos professores e do ensino proporcionado.

Outro resultado foi que a maior parte daqueles que aspiravam ingressar num curso superior, conseguiu atingir seu objetivo, sendo que, para muitos, isso só foi possível devido à Lei das Cotas. Esta foi reconhecida pelos estudantes como essencial para que jovens desfavorecidos economicamente consigam prosseguir com os estudos. Portanto, a autora concluiu que a implementação dos IFs, associada à Política de Cotas, no caso do IFSP-SRT, facilita o acesso às minorias e contribui para a democratização do acesso aos cursos superiores.

As contribuições desta pesquisa se concentram na relevância da reserva de vagas por meio da Lei n° 12.711/2012 para os grupos sociais desfavorecidos, o que vai ao encontro da presente dissertação, que estuda justamente as mudanças que essa lei promove na vida destes estudantes e como eles veem a oportunidade de acessar os cursos técnicos e superiores. Ademais, assim como nesse estudo, os caminhos escolhidos após a conclusão do curso, também são objeto da presente pesquisa, o que pode vir a corroborar na análise dos resultados.

O levantamento realizado nessa seção de Estado do Conhecimento, em que foram analisados estudos voltados às trajetórias acadêmicas de cotistas nos IFs e suas expectativas pós-conclusão de curso, evidenciou que não há um número expressivo de pesquisas que abordam essa temática nessas instituições, o que justifica a realização da presente pesquisa. Assim, é relevante o desenvolvimento de estudos nessa área, a fim de conhecer, não apenas como ocorre o acesso por meio da Política de Cotas, mas sobretudo, se existe e como ocorre o acompanhamento desses alunos durante seu percurso na instituição e após a conclusão do curso.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa/quantitativa. Em relação ao método qualitativo, Trivinos (1987) explica que este passou a ser empregado na pesquisa em educação, em contraponto à tradicional ideia positivista de aplicar ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios e métodos das ciências naturais. No mesmo sentido, Moraes e Galiazzi (2011, p. 11) sustentam que "a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir da análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação."

A pesquisa qualitativa para Zanette (2017, p. 159) "gera diversas contribuições ao avanço do saber na dinâmica do processo educacional e na sua estrutura como um todo". No entanto, existe uma falsa dicotomia qualitativo-quantitativo segundo Trivinos (1987), em que os menos experientes em pesquisa poderão, sem maior reflexão, querer eliminar a pesquisa quantitativa na investigação. Portanto, esse autor enfatiza que a citada dicotomia não existe, e que toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, como ocorrerá neste estudo. Nesse cenário, a pesquisa foi realizada em quatro etapas, descritas abaixo.

Na *Primeira Etapa* foi realizada a Análise Documental, que, de acordo com Neto (2017), pode ser elaborada a partir de documentos que foram produzidos com intentos diversos, sendo geralmente documentos internos. Essa pesquisa documental também é abordada por Gil (2008), ao expor que:

> O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc (GIL, 2008, p. 51).

Nessa perspectiva, inicialmente, foi realizada uma análise dos editais de ingresso referente às turmas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médioque ingressaram no primeiro semestre de 2017, e concluíram o curso em 2019; e turmas do Curso Superior em Licenciatura e Bacharelado que ingressaram no primeiro semestre de 2016, e concluíram o curso em 2019, referente a dois *campi* do IFFar. O intuito da análise foi averiguar os tipos de cotas e a quantidade de vagas ofertadas no ingresso dessas turmas. Assim, primeiramente, realizou-se a

análise da distribuição das vagas para ingresso no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), constantes no Termo de Adesão ao Edital n° 002/2016 e Edital nº 269/2016.

Na *Segunda Etapa* ocorreu a aplicação do questionário em seis turmas de alunos formandos, nos cursos acima mencionados. O questionário é definido por Marconi e Lakatos (2003, p. 201), como "um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador". Sobre o assunto, Prodanov e Freitas acreditam que:

> O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 108).

Assim, o questionário aplicado foi elaborado de forma mista (Apêndice A), composto por perguntas fechadas e abertas. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), o questionário com perguntas fechadas é limitado e apresenta alternativas fixas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções apresentadas. Já nas questões abertas, os mesmos autores expõem que: "os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas" (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 109).

A elaboração do questionário teve por finalidade atender aos seguintes objetivos específicos: compreender o que significou o ingresso pelo Sistema de Cotas; identificar os aspectos mais importantes da trajetória acadêmica; conhecer questões relevantes que contribuíram para permanência no curso e elencar as expectativas dos alunos após a conclusão do curso.

Optou-se por formular um questionário voltado aos alunos formandos, independente da forma de ingresso, dividindo-o em duas partes: a primeira parte a ser respondida por todos os alunos e a segunda parte apenas por aqueles que ingressaram pelas cotas. Assim, somente os alunos que ingressaram pelas cotas responderiam o questionário de forma completa. A realização nesse formato teve como finalidade não gerar constrangimentos na hora da aplicação nas turmas, para que não fosse necessária a identificação dos cotistas.

Após obter aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, por meio do Parecer 3.777.370 (Anexo 1) e autorização dos Diretores Gerais para realização da pesquisa, entrou-se em contato com as Coordenações de Registros Acadêmicos dos *campi*, a fim de contatar os coordenadores dos cursos e professores das turmas acima mencionadas, para agendar data, local e horário para aplicação dos questionários.

A aplicação dos questionários ocorreu, portanto, de forma presencial nas turmas de formandos dos cursos: Técnico Integrado ao Ensino Médio, Superior em Licenciatura e Bacharelado de dois *campi* do IFFar, aqui denominados de Campus A e Campus B, totalizando seis cursos.

Do total de participantes que responderam aos questionários, foram selecionados apenas os questionários daqueles que preencheram o critério de "ser formando cotista", público-alvo desta pesquisa, totalizando trinta questionários, os quais foram analisados, conforme quantitativos da Tabela 2:

Tabela 2: Número de questionários analisados por curso

Curso	**Questionários analisados**
Curso Superior Bacharelado	5
Curso Superior em Licenciatura	8
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	17
TOTAL	**30**

Fonte: Elaboração da autora

No dia da aplicação dos questionários nas turmas, houve uma breve apresentação da pesquisa, com exposição do objetivo geral e dos objetivos específicos, esclarecendo aos presentes que a participação era voluntária e anônima, sendo a decisão de participar ou não exclusiva dos mesmos. Para tanto, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B).

Na *Terceira Etapa*, com o objetivo de aprofundar as dimensões apontadas nas respostas dadas pelos alunos cotistas ao questionário, foram realizadas entrevistas por meio de um Roteiro de Entrevista (Apêndice E). Gil (2008, p. 109) conceitua a entrevista como "a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação".

A entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema, como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 106), para os quais a entrevista pode ser:

- Padronizada ou estruturada: é quando o entrevistador segue roteiro pré-estabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência. Com a padronização, podemos comparar grupos de respostas;
- Não padronizada ou não estruturada: não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas são abertas;

Na pesquisa em tela, foram utilizados os dois modelos de entrevista de forma composta, chamada de semiestruturada, o que trouxe mais liberdade ao entrevistador e ao entrevistado.

Entre estes, após diversas tentativas de contato, e com o intuito de ter um número equitativo de entrevistados para todos os cursos, foi realizada a entrevista com onze pessoas, sendo duas por curso em cada campus, com exceção do Curso Superior Bacharelado do Campus A, em que houve apenas um aluno cotista formando que respondeu ao questionário. Assim, considerando os seis cursos enquanto objetos da pesquisa (três em cada campus), selecionamos dois egressos por curso, com exceção de um curso, no qual teve apenas um egresso cotista, chegando ao total de onze entrevistados, como pode ser visualizado na Tabela 3:

Tabela 3: Número de participantes da entrevista por curso

Curso	**Entrevistados**
Curso Superior Bacharelado	3
Curso Superior em Licenciatura	4
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	4
TOTAL	**11**

Fonte: Elaboração da autora

As entrevistas foram realizadas por meio de ligação telefônica e gravadas com o uso de aparelho celular, gerando arquivos de áudio que foram transcritos, para posterior análise. Como os participantes já haviam assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar da pesquisa, foram novamente informados que a participação era voluntária e

anônima e que a decisão de participar era exclusiva de cada um. Nessa lógica, a fim de preservar o anonimato, na hora da transcrição, os participantes foram nominados com a letra *E* seguida do número da ordem da realização da entrevista (*E1, E2, E3*...).

É importante enfatizar que a realização das entrevistas ocorreu nos meses de março e abril de 2020, no período pós-conclusão do curso, com exceção de um estudante que permaneceu matriculado, pois não concluiu o estágio curricular obrigatório do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

A partir das informações obtidas nas três etapas, procedeu-se a análise dos dados com a apresentação dos resultados e discussões. Inicialmente, referente a *Primeira Etapa*, durante a Análise Documental, foi realizada uma análise quantitativa dos dados dos editais já mencionados, relativa à distribuição das vagas para ingresso no IFFar. Logo após, no que tange a *Segunda Etapa*, procedeu-se a análise quantitativa dos dados dos questionários, as perguntas fechadas. Ambas as etapas ocorreram por meio da Análise Descritiva, que, de acordo com Gil (2008):

> As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo. (GIL, 2008, P. 28)

Os dados obtidos por meio das entrevistas, relativas a *Terceira Etapa*, foram analisados qualitativamente utilizando-se a Análise Textual Discursiva (ATD), que, para Moraes e Galiazzi (2011), corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos, inserindo-se entre os extremos da análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, representando um movimento interpretativo de caráter hermenêutico. Além disso, Moraes e Galiazzi (2011) também explicitam que:

> (...) a Análise Textual Discursiva pode ser compreendida como um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do "corpus", a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar o emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES E GALIAZZI, 2011, p. 12).

O processo, portanto, iniciou pela definição e delimitação do *corpus*, sendo no caso em tela o texto resultante da transcrição das entrevistas. O primeiro elemento de análise foi a

desconstrução dos textos e sua unitarização, que são, conforme Moraes e Galiazzi (2011, p. 19) “identificadas em função de um sentido pertinente aos propósitos da pesquisa”.

A partir da identificação dos Núcleos de Sentido (Apêndice F), foi realizada a categorização segunda fase da ATD, em que houve um reagrupamento das unidades, isto é, uma reorganização de acordo com os elementos que as unidades possuem em comum. Para Sousa *et al* (2016, p. 325 e 326) “a unitarização e a categorização não são processos lineares e sequenciais a serem cumpridos, mas passos que possibilitam a ampliação do fenômeno investigativo à medida que vão constituindo o metatexto”.

A categorização, para Moraes e Galiazzi (2011), é um processo de comparação constante entre as unidades, levando a agrupamentos de elementos semelhantes, sendo definidas e nomeadas as categorias, que correspondem à síntese dos elementos que mais se destacam no fenômeno investigados.

As categorias na ATD podem ser criadas por diversas metodologias. No processo de análise misto, utilizado na presente pesquisa, os métodos dedutivo e indutivo são combinados, partindo de categorias *a priori*, e transformando-as a partir das informações do *corpus* de análise, como expressam Moraes e Galiazzi (2011):

> [...] processo de análise misto pelo qual, partindo de categorias definidas “a priori” com base em teorias escolhidas previamente, o pesquisador encaminha transformações gradativas no conjunto inicial de categorias, a partir do exame de informações do ‘corpus’ de análise (MORAES E GALIAZZI, 2011, p. 24).

Nesse contexto, os núcleos de sentido foram agrupados em 5 (cinco) categorias mistas, considerando que resultaram dos objetivos da pesquisa, já definidos *a priori*, e/ou emergiram no decurso da análise. Nas categorias 1 e 2 foram constituídas subcategorias para facilitar o processo de análise, conforme segue:

Categoria 1 - Estudar em uma Instituição Federal: aumento na autoestima

1.1) Sem as cotas muitos não teriam conseguido entrar em uma Instituição Federal;

1.2) Sentimento de estar em uma Instituição Federal.

Categoria 2 - Permanência na instituição

2.1) Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico;

2.2) Persistência dos estudantes e estrutura de apoio da instituição.

Categoria 3 - Necessidade de políticas públicas que acolham o esforço dos trabalhadores;

Categoria 4 - Cotistas aceitos sem discriminação;

Categoria 5 - Formação pessoal/profissional.

Após a unitarização e categorização, foi desenvolvido o metatexto, que é o objetivo final da ATD. Para Sousa e Galiazzi (2016, p. 46), “o pesquisador precisa traduzir para si e para outros o que o texto diz, nesta tradução ele coloca um pouco de si, suas vivências, seu contexto interpretativo”. Existe ainda um movimento recursivo entre a palavra e o seu conceito, que pode variar de acordo com as experiências do pesquisador e de suas pré-compreensões, como afirmam Sousa et al (2016), sendo esse processo um mergulho nos sentidos dos textos analisados.

Desse modo, no metatexto, produziram-se novas compreensões e entendimentos acerca do *corpus* de análise, por meio de uma estrutura constituída pelas categorias e subcategorias já estabelecidas, a partir da descrição e interpretação, com base nos objetivos e referenciais teóricos que pautam a pesquisa.

Na *Quarta Etapa* foi elaborado o Produto Educacional (obrigatório para o programa PROFEPT), a partir dos resultados e discussões das três etapas anteriores: *Primeira Etapa* - Análise Documental; *Segunda Etapa* - aplicação dos questionários; e *Terceira Etapa* – realização das entrevistas. Inicialmente, o produto educacional idealizado foi um instrumento (blog, grupo em rede social, dentre outros) onde os formandos que ingressaram pelo Sistema de Cotas pudessem compartilhar suas trajetórias acadêmicas e expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho. No entanto, considerando os resultados da pesquisa, optou-se por criar um *site* como produto educacional, a fim de divulgar a Política de Cotas do Instituto Federal IFFar, para que todos os discentes, que ingressaram pelo Sistema de Cotas, e aqueles que ainda desejam ingressar, conheçam os benefícios que essa política oferece e a rede de apoio disponível na instituição.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEPE, por meio da Plataforma Brasil, no entanto, conforme justificativa exposta acima, houve mudanças nos objetivos da pesquisa, havendo necessidade de nova submissão do projeto, tendo sido este aprovado novamente por meio do Parecer Consubstanciado 3.777.370 (Anexo 1).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

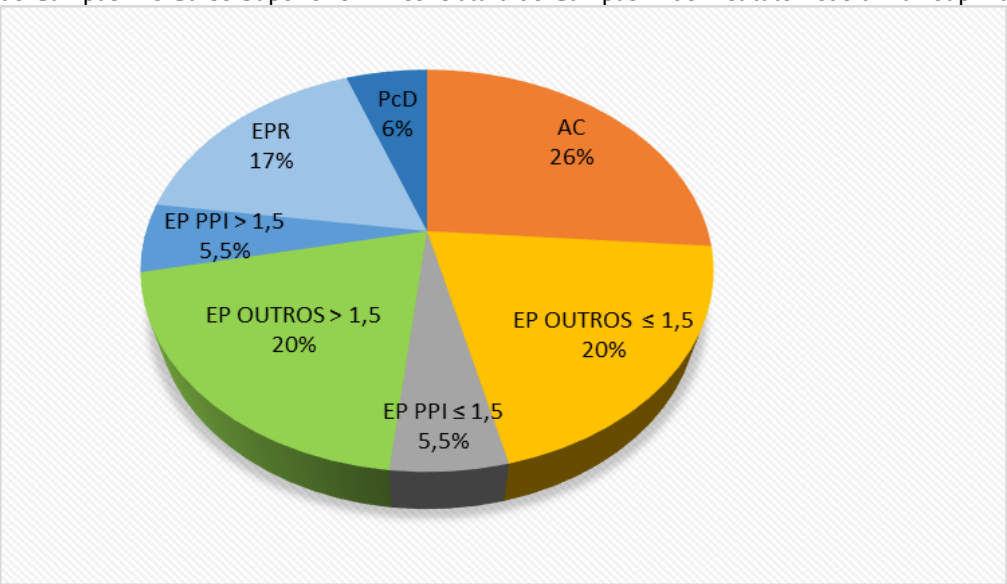
Neste capítulo foram analisados e discutidos os resultados das três primeiras etapas. O primeiro subcapítulo "Sobre o ingresso" trouxe os resultados da Análise Documental, referente à análise quantitativa dos editais de ingresso. No segundo subcapítulo "Conhecendo os cotistas", foi efetuada a Análise Descritiva dos dados quantitativos dos questionários aplicados, no tocante às perguntas fechadas, considerando que os assuntos das perguntas abertas foram aprofundados nas entrevistas, que possuem maior riqueza de informações se comparadas às respostas dos questionários que se mostraram bastante rasas e sem muito conteúdo. Já no terceiro subcapítulo, denominado de "Compreendendo a trajetória e as expectativas dos formandos/egressos cotistas", foi desenvolvida a Análise Textual Discursiva (ATD) com os propósitos de: entender o que significou o ingresso pelo Sistema de Cotas; identificar os aspectos mais importantes da trajetória acadêmica; compreender questões relevantes que contribuíram para permanência no curso; conhecer as expectativas pós-conclusão do curso; e demais questões que emergiram a partir da análise dos discursos.

4.1 Sobre o ingresso

Aqui foram analisados os dados obtidos por meio da Análise Documental, realizada na *Primeira Etapa* da pesquisa, em que examinou-se os dados quantitativos referentes à distribuição das vagas para ingresso no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), pertinente ao Termo de Adesão ao Edital n° 002/2016, que tratou da seleção para Cursos Superiores, para o ingresso no primeiro semestre de 2016; e referente às vagas do Edital nº 269/2016, que norteou o processo seletivo para Cursos Técnicos de Nível Médio, para ingresso no primeiro semestre de 2017.

No Gráfico 1 podemos observar que a seleção para ingresso nos Cursos Superiores do IFFar, no primeiro semestre de 2016, ocorreu pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu, sendo as vagas distribuídas entre ampla concorrência e cotas variadas:

Gráfico 1: Distribuição das vagas para ingresso em um Curso Superior em Licenciatura e Superior Bacharelado do Campus B e Curso Superior em Licenciatura do Campus A do Instituto Federal Farroupilha[1]



Fonte: Elaboração da autora conforme dados do Termo de Adesão referente ao Edital nº 002/2016 do Instituto Federal Farroupilha

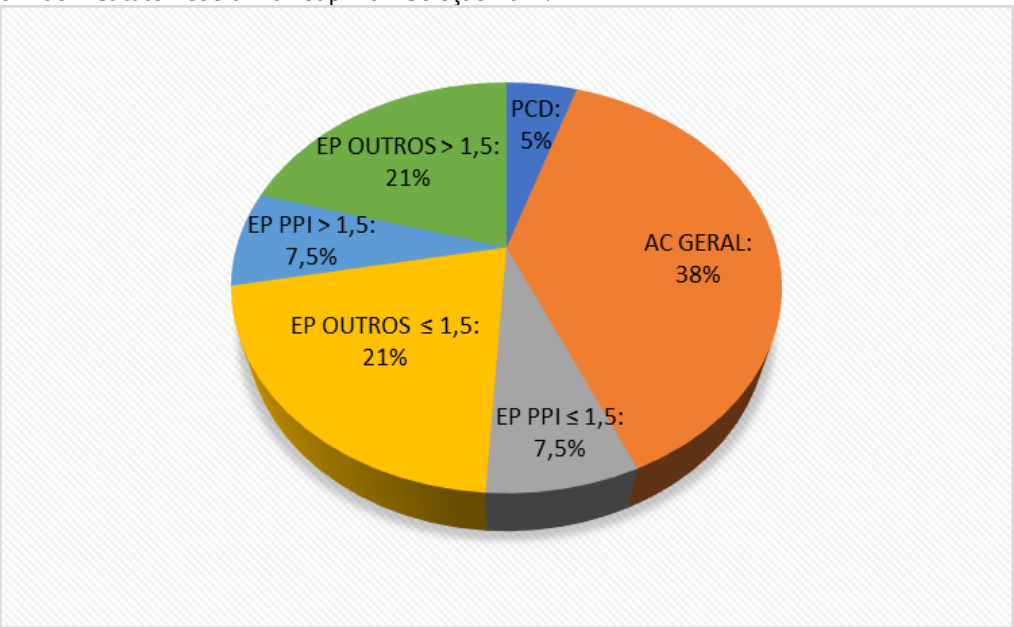
Como demonstrado no Gráfico 1, para os cursos de Licenciatura e Bacharelado do Campus A e Curso Superior em Licenciatura do Campus B, observa-se que a reserva de vagas para as cotas foi superior ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) estabelecido pela Lei n° 12.711 de 2012, totalizando 74% (setenta e quatro por cento).

Da mesma forma, para o curso de Bacharelado do Campus B, embora o número de vagas totais e vagas reservadas seja diferente, o percentual também superou os 50%. Importante salientar que as vagas remanescentes, ou seja, aquelas não preenchidas, foram remanejadas, conforme disposto no edital e na Lei nº 12.711/2012 e a Portaria Normativa nº 018/2012 do MEC.

[1] *Legenda:*
L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L3 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L4 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
A1 - Candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública rural.
A2 - Candidato com deficiência.

Já o Gráfico 2 apresenta a distribuição das vagas para ingresso no primeiro semestre de 2017 no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio no Campus A e B, onde a seleção ocorreu via processo seletivo realizado no IFFar:

Gráfico 2: Distribuição das vagas para ingresso em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha - Seleção 2017/I[2]



Fonte: Elaboração da autora conforme dados do Edital n. 269/2016 do Instituto Federal Farroupilha

No Gráfico 2 podemos observar que a reserva de vagas também foi superior ao mínimo de 50% estabelecido pela Lei n° 12.711 de 2012, totalizando 62% (sessenta e dois por cento). Destaca-se que as vagas reservadas não preenchidas, também foram remanejadas conforme disposto no Edital IFFar nº 269/2016, na Lei nº 12.711/2012 e na Portaria Normativa nº 018/2012 do MEC.

Diante disso, percebe-se que a média das vagas reservadas para as cotas nos dois editais é de 68% (sessenta e oito por cento), sendo dentre estas uma média de 13% (treze por

[2] *Legenda*
PcD - Pessoas com Deficiência;
EP≤1,5 - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
EP≤1,5 PPI - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;
EP>1,5 - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
EP>1,5 PPI - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

cento) reservadas para as cotas PPI (Pretos, pardos e indígenas); 5,5% (cinco e meio por cento) para a cota PCD (Pessoa com deficiência); 41% (quarenta e um por cento) para cota EP outros (Escola Pública - outros) e 8,5% (oito e meio por cento) para a cota EPR (Escola Pública Rural), levando em conta que esta cota foi ofertada somente em um dos editais analisados: edital de ingresso dos cursos superiores – seleção 2016/1.

No entanto, como há a possibilidade de remanejamento das vagas entre os tipos de cotas, e destas para a Ampla Concorrência, acredita-se que seja relevante um maior aprofundamento dessa questão a fim de verificar o percentual de vagas efetivamente ocupado pelas cotas, e em qual das suas categorias. No entanto, em razão de não haver tempo hábil e não ser o cerne deste estudo, não foi possível adentrar nesta seara. Desse modo, acredita-se que pesquisas que analisem e discutam os dados referentes ao remanejamento das vagas são essenciais para averiguar o índice de vagas reservadas que estão sendo efetivamente ocupadas pelos ingressantes, considerando cada tipo de cota individualmente e quantas são remanejadas para a Ampla Concorrência, além das razões que levam a esta situação.

4.2 Conhecendo os cotistas

Nesta seção foi realizada a Análise Descritiva dos dados quantitativos dos questionários aplicados na *Segunda Etapa*, no que se refere às perguntas fechadas. Convém ressaltar, como já exposto, que os questionários foram respondidos pelas turmas de formandos 2019/2 dos Cursos Superiores de Em Licenciatura e Bacharelado e de algumas turmas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médiodo Campus A e Campus B do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), no final do ano de 2019.

Além disso, eles foram aplicados a todos os alunos presentes no dia agendado que aceitaram participar da pesquisa, sem examinar previamente a forma de ingresso, ou seja, se ocorreu por meio de cota ou não. A intenção foi de evitar expor os alunos cotistas a qualquer tipo de constrangimento.

A fim de confirmar as informações prestadas pelos participantes, no que se refere à forma de ingresso e ano de conclusão, foi realizada uma consulta às Coordenações de Registros Acadêmicos do Campus A e B, em que foi solicitada a relação dos alunos por turmas, com sua respectiva forma de ingresso e provável ano de conclusão. Nos casos em que houve divergência entre a cota informada no questionário pelo aluno e a informada pela Coordenação de Registros Acadêmicos, considerou-se como correta a informação fornecida pela instituição.

Após a conferência dessas informações, foi possível organizar os questionários, separando-os de acordo com a forma de ingresso e previsão de conclusão do curso. Assim, do total de 78 (setenta e oito) questionários aplicados, foram desconsiderados aqueles respondidos pelos que ingressaram por meio da Ampla Concorrência, no total de 43 (quarenta e três), e aqueles que, mesmo tendo ingressado pelas cotas não eram formandos do segundo semestre de 2019, isto é, 5 (cinco) participantes. Portanto, do total de questionários respondidos, 30 (trinta) foram objeto de análise, ou seja, somente estes eram formandos cotistas do segundo semestre de 2019, nas turmas em que o questionário foi aplicado, como ilustra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Forma de ingresso dos participantes da pesquisa em um Curso Superior em Licenciatura, Superior Bacharelado e Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha

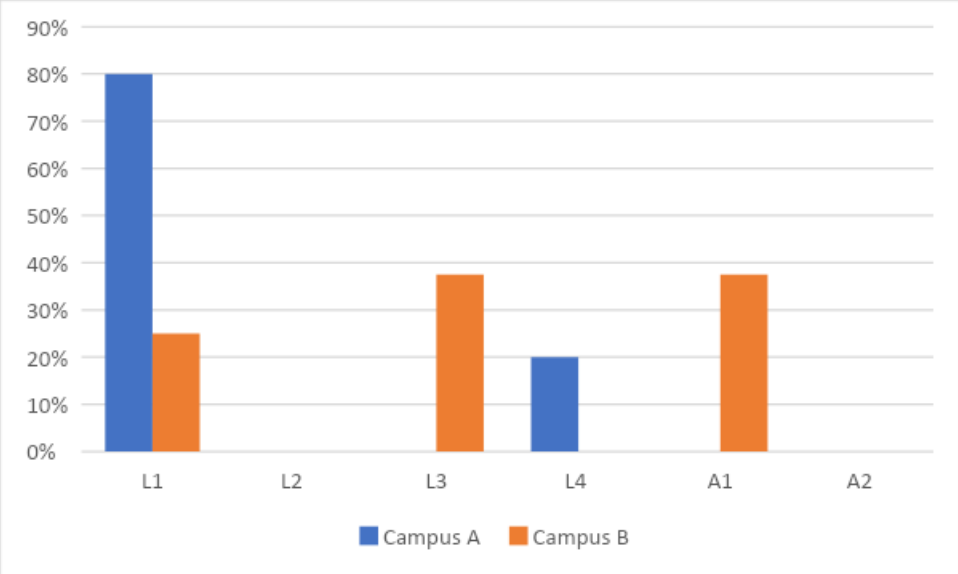
Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado e das Coordenações de Registros Acadêmicos do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha.

Acerca dos tipos de cotas pelas quais ingressaram os participantes da pesquisa, no que se refere às turmas dos Cursos Superiores de Em Licenciatura e Bacharelado, com início no primeiro semestre de 2016, averiguou-se que no Campus A o ingresso ocorreu de forma considerável, 80% (oitenta por cento) na cota L1 (Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas), seguida da cota L4 (Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública), no total de 20% (vinte por cento), não havendo respostas indicativas de ingresso pelos demais tipos de cotas. Já no Campus B, para os mesmos cursos superiores, o ingresso

dos participantes ocorreu de forma equitativa, 37,5% (trinta e sete e meio por cento) nas cotas L3 (Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública) e A1 (Candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública rural), seguida de 25% (vinte e cinco por cento) na cota L1 (Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública).

Não houve ingresso pelos demais tipos de cotas entre os respondentes do questionário, como pode observar-se no Gráfico 4, abaixo, em que não há nenhum participante em ambos os *campi* que tenha ingressado pela cota L2 e também na cota A2:

Gráfico 4: Tipo de cota pelo qual ocorreu o ingresso em um Curso Superior em Licenciatura e Superior Bacharelado do Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha em 2016/1[3]

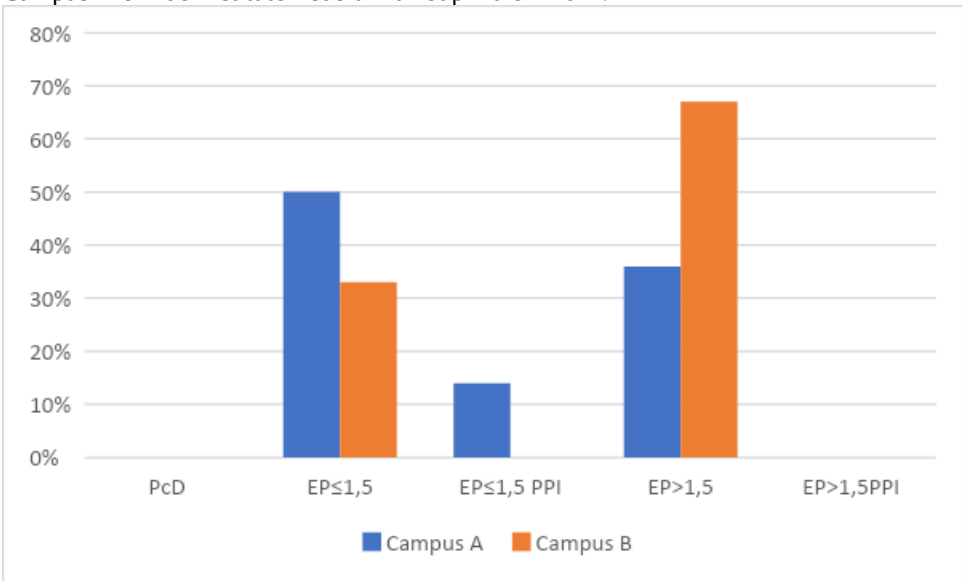


Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado

[3] *Legenda:*
L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L3 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L4 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
A1 - Candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública rural.
A2 - Candidato com deficiência.

No que se refere aos tipos de cotas, pelos quais ingressaram os formandos do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao Ensino Médio, no primeiro semestre de 2017, observou-se que no Campus A o acesso ocorreu de forma expressiva, 50% (cinquenta por cento), por meio da cota EP≤1,5 (Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita). como pode ser observado no Gráfico 5:

Gráfico 5: Tipo de cota pelo qual ocorreu o ingresso em um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio no Campus A e B do Instituto Federal Farroupilha em 2017/1[4]

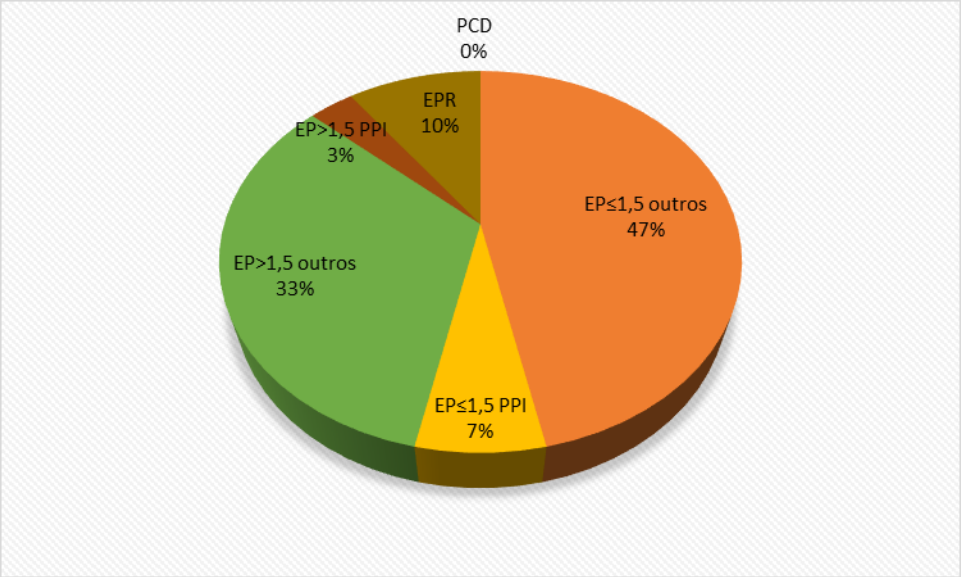


Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado

Para melhor compreensão dos dados em sua totalidade, abaixo foi sintetizado em apenas um único gráfico (Gráfico 6), o quantitativo total de participantes da pesquisa, por tipo de cota, sem considerar o curso e o campus:

[4] *Legenda:*
PcD - Pessoas com Deficiência;
EP≤1,5 - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
EP≤1,5 PPI - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;
EP>1,5 - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
EP>1,5 PPI - Candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Gráfico 6: Total de participantes da pesquisa por tipo de cota[5]



Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado

Isso demonstrou que a maioria dos participantes, 80% (oitenta por cento), ingressou pela cota de Escola Pública – outros, 10% (dez por cento) entraram por meio da cota EPR (Escola Pública Rural) e apenas 10% (dez por cento) são provenientes da cota PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) - Escola Pública. Não há nenhum participante da pesquisa que tenha ingressado pela cota PcD (Pessoa com Deficiência).

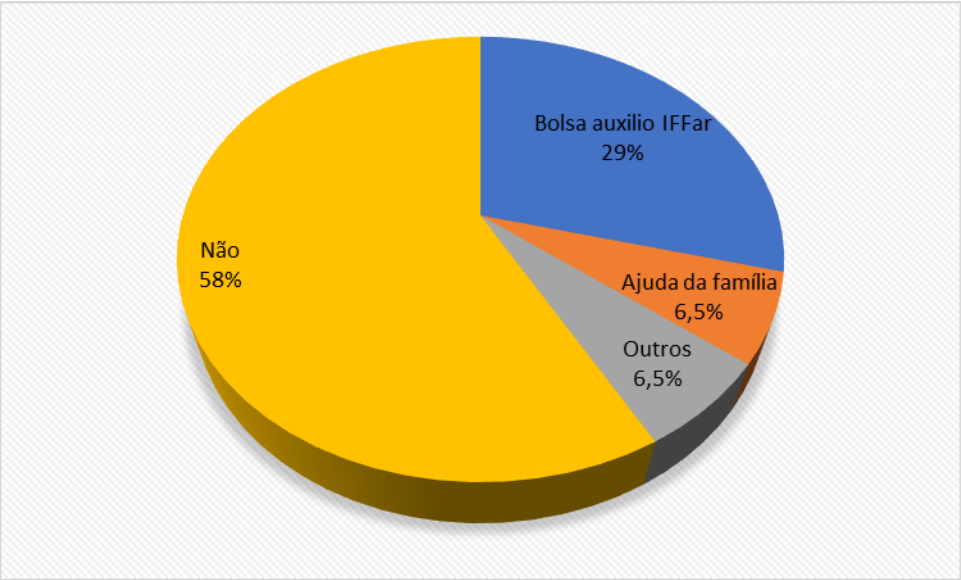
Na pesquisa realizada por Alkmim (2017), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Januária, este considerou ser necessário que haja um aperfeiçoamento da Política de Cotas, pois ainda existe pouca representação de cotistas autodeclarados pretos no contexto do IFNMG. No entanto, estes dados não foram aferidos nesta pesquisa, ou seja, o quantitativo de pretos, pardos e indígenas por grupos separados, considerando que não estão disponíveis no sistema acadêmico.

Quanto ao recebimento de auxílio financeiro para permanência no curso, dentre eles: bolsa auxílio do IFFar, ajuda da família e outros, observou-se que a maioria dos respondentes não recebeu nenhum auxílio, no total de 58% (cinquenta e oito por cento). Entre os que

[5] *Legenda:*
EP>1,5 outros: Cota Escola Pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos;
EP≤1,5 outros: Cota Escola Pública com renda familiar bruta inferior a 1,5 salários mínimos;
EPR: Cota Escola Pública Rural;
EP>1,5 PPI: Cota Escola Pública - Pretos, Pardos e Indígenas, com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos;
EP≤1,5 PPI: Cota Escola Pública - Pretos, Pardos e Indígenas, com renda familiar bruta inferior a 1,5 salários mínimos;
PcD: Pessoa com Deficiência.

receberam auxílio financeiro, a maioria informou ter recebido somente a bolsa auxílio do IFFar, e os demais, ajuda da família e outros auxílios, como pode ser melhor visualizado no Gráfico 7:

Gráfico 7: Recebimento de auxílio financeiro durante o curso pelos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado

Na questão em que foi perguntado se receberam incentivo por parte da instituição em seus estudos, vinda de gestores, professores e técnicos em educação, todos responderam que sim, com exceção de um aluno que não respondeu a questão. Observa-se, portanto, que a instituição promove esse importante apoio aos alunos, e não poderia ser diferente, considerando que possui dentre seus valores a ética, solidariedade, responsabilidade social, comprometimento, respeito e gestão democrática. (BRASIL, 2020)

No que se refere ao questionamento sobre as expectativas após a conclusão do curso, dos formandos cotistas dos cursos superiores, 92% (noventa e dois por cento) informaram que pretendem fazer uma pós-graduação. Isso demonstra que há interesse da maioria dos formandos dos cursos superiores analisados em se qualificar mais, sendo o ingresso no mundo do trabalho em sua área de formação, também bastante citado.

Em relação às expectativas após a conclusão do curso dos formandos cotistas do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio com o Ensino Médio, do total de alunos participantes da pesquisa, 88% (oitenta e oito por cento) manifestaram que pretendem fazer um curso superior, evidenciando que a maioria buscará uma maior qualificação antes de ingressar no mundo do trabalho. Nessa linha, Resina (2009) também evidenciou em sua

pesquisa que a maioria dos alunos, concluintes das primeiras turmas de educação profissional integrada ao ensino médio do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, procuraram ingresso no ensino superior.

No que se refere ao número de concluintes dos cursos em análise, foi solicitado às Coordenações de Registros Acadêmicos do Campus A e B que informassem, em abril deste ano (2020), a relação de alunos que concluíram o curso, a fim de realizar uma comparação entre as vagas ofertadas e o número de alunos que concluíram o curso dentro do prazo. No entanto, salienta-se que foi possível apenas aferir as vagas ofertadas nos editais, como já exposto anteriormente, mas não a forma de ingresso de todos estes alunos, se ocorreu por meio de cota ou ampla concorrência, devido ao grande número: 345 (trezentos e quarenta e cinco).

Para ter acesso a essa informação, seria necessário consultar a pasta física destes alunos, pois com exceção dos que participaram da pesquisa, para os demais não foi possível a disponibilização desta informação pelas Secretarias de Registros Acadêmicos em razão de que os dados ainda não estão todos inseridos no Sistema de Gestão Acadêmica. E se deslocar aos dois *campi* para conferir estas informações nas pastas físicas, além de tomar muito tempo em razão do número de alunos, também se tornou completamente inviável, já que em função da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), a realização de atividades acadêmicas presenciais no IFFar está suspensa por tempo indeterminado, sendo que a maioria das unidades deixou de funcionar presencialmente e o trabalho dos servidores é realizado de forma remota, conforme informação disponibilizada no site institucional do IFFar.

Sendo assim, ao fazer a relação entre a oferta de vagas e a conclusão do curso, sem considerar a sua forma de ingresso, observou-se que o percentual de concluintes foi bastante baixo em todos os cursos, com exceção do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus A, que totalizou 67% (sessenta e sete por cento), que foi o curso com índice mais elevado de concluintes. O curso com o número mais baixo de concluintes foi o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Campus B, sendo que do total de 140 (cento e quarenta) vagas ofertadas, apenas 28 (vinte e oito) alunos concluíram o curso no tempo previsto, como pode ser visto na Tabela 4:

Tabela 4: Número de vagas disponibilizadas pelo Instituto Federal Farroupilha e número de concluintes no prazo normal dos cursos

Campus	**Curso**	**Ano de ingresso**	**Vagas**	**Concluintes em 2019**	**Percentual de concluintes**
A	Em Licenciatura	2016	35	11	31%
B	Em Licenciatura	2016	35	9	26%
A	Bacharelado	2016	35	9	26%
B	Bacharelado	2016	40	21	53%
A	Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	2017	60	40	67%
B	Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	2017	140	28	20%
	TOTAL		**345**	**118**	**34%**

Fonte: Elaboração da autora conforme dados do Termo de Adesão ao Edital nº 002/2016; Edital n. 269/2016; e demais dados disponibilizados pelo Instituto Federal Farroupilha.

Nessa seara, Dore e Lüscher (2011) acreditam que há muitos fatores associados à evasão e retenção dos estudantes e que as causas são de difícil identificação, pois tratam-se de situações bastante complexas que envolvem o estudante, a família, a escola e a comunidade:

> A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno [...] As possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive (DORE E LÜSCHER, 2011, p. 775-776).

Cabe destacar que o IFFar possui o Programa de Permanência e Êxito (PPE), instituído pela Resolução CONSUP n° 178/2014, que tem por objetivo assegurar que o aluno não desista e prossiga seu percurso formativo até concluir o curso, e que, portanto, se refere a essas situações. Percebe-se que o tema permanência e êxito já é bastante discutido na instituição ao se observar as notícias veiculadas no site institucional acerca do assunto, e assim, ao fazer uma busca com a expressão “permanência e êxito” aparecem 51 resultados,

sendo que a maioria se refere a notícias de eventos, reuniões e encontros que possuem o Programa de Permanência e Êxito (PPE) como pauta central, o que evidencia um grande engajamento da instituição na superação dos desafios impostos pela questão.

Diante desse contexto, a partir da análise dos dados quantitativos dos questionários aplicados, observa-se que é baixo o índice de formandos cotistas, participantes da pesquisa, que ingressaram pela cota PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), não havendo nenhum representante da cota PcD (Pessoa com Deficiência), sendo que a maioria entrou através da cota de Escola Pública, como demonstra o Gráfico 6. Nesse sentido, acredita-se que seja relevante uma investigação mais aprofundada para averiguar se esta realidade é semelhante em outros cursos da instituição e se há necessidade de aprimorar a Políticas de Cotas do IFFar em alguns aspectos.

Além disso, no que se refere ao recebimento de auxílio financeiro para permanência no curso, a maioria dos respondentes indicou não ter recebido nenhum auxílio, a exemplo de bolsa auxílio do IFFar e ajuda da família, como consta no Gráfico 7. Isso demonstrou que muitos se mantinham por meios próprios, ou seja, provavelmente precisavam trabalhar para conseguir permanecer na instituição. Essa situação traz à tona a questão da difícil rotina dos estudantes que são trabalhadores e dispõem de pouco tempo fora dos horários de aula para se dedicar aos estudos. Entretanto, para aqueles alunos que receberam os incentivos financeiros, estes se mostraram determinantes para a permanência até o final do curso.

Também foi possível visualizar que os discentes receberam incentivo por parte da instituição em seus estudos, vinda de gestores, professores e técnicos em educação que, portanto, proporcionaram esse importante apoio aos alunos. Já quanto às expectativas após a conclusão do curso, a maioria manifestou que pretende continuar se qualificando, o que é muito positivo, pois evidencia que não há pretensão de parar, mas em ampliar a formação.

Outro aspecto observado através da análise, considerado relevante e merecedor de aprofundamentos futuros, se refere ao fato de haver um baixo percentual de concluintes no tempo esperado, no que concerne aos cursos analisados, como consta na Tabela 4. Nesse sentido, considera-se necessária a realização de pesquisas na instituição para conhecer as situações que possam estar levando a esses resultados, a exemplo da possível dificuldade de conclusão do curso no tempo normal, também conhecida como retenção, e da provável evasão escolar, já que o baixo índice de conclusões no tempo normal dos cursos ocorreu na maioria deles.

4.3 Compreendendo a trajetória e as expectativas dos egressos cotistas

Nesta seção, foi elaborada a Análise Textual Discursiva das entrevistas realizadas, por meio de um roteiro semiestruturado (Apêndice E), com 11 (onze) egressos cotistas, conforme exposto anteriormente. Inicialmente, como já descrito, a partir dos textos que surgiram com as transcrições das falas, que formaram o *corpus* de análise, procedeu-se a unitarização, em que se destacou os Núcleos de Sentido (Apêndice F), com base nos objetivos da pesquisa e nos referenciais adotados. Em seguida, realizou-se a categorização, por meio de um reagrupamento das unidades de acordo com os elementos que elas possuíam em comum, representando a síntese dos componentes que mais se destacaram no texto. Nesse cenário, como já referido anteriormente, chegou-se a 5 (cinco) categorias mistas:

Quadro 3: Categorização a partir das entrevistas realizadas

Categoria 1	**Estudar em uma Instituição Federal: aumento na autoestima**	
	1.1 - Sem as cotas muitos não teriam conseguido entrar em uma Instituição Federal	1.2 - Sentimento de estar em uma Instituição Federal
Categoria 2	**Permanência na instituição**	
	2.1 - Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico	2.2 - Persistência dos estudantes e estrutura de apoio da instituição
Categoria 3	**Necessidade de políticas públicas que acolham o esforço dos trabalhadores**	
Categoria 4	**Cotistas aceitos sem discriminação**	
Categoria 5	**Formação pessoal/profissional**	

Fonte: Elaboração da autora

Com base nisso, foi desenvolvida a elaboração de um metatexto estruturado a partir das categorias e subcategorias citadas acima e conduzido pelos objetivos da pesquisa, em que os elementos destacados nos discursos foram relacionados ao referencial teórico que fundamentou esta dissertação, com o propósito de construir novas compreensões e interpretações acerca da manifestação dos entrevistados.

4.3.1 Estudar em uma Instituição Federal: aumento na autoestima

Dois conjuntos de núcleos de sentido deram consistência a esta categoria, tendo sido por isso dividida em duas subcategorias possibilitando a realização de uma análise mais pormenorizada: ***Subcategoria 1.1*** **-** Sem as cotas muitos não teriam conseguido entrar em uma Instituição Federal e ***Subcategoria 1.2*** **-** Sentimento de estar em uma Instituição Federal.

4.3.1.1 Sem as cotas muitos não teriam conseguido entrar em uma Instituição Federal

As ações afirmativas trouxeram grandes mudanças no contexto do acesso às Instituições Federais de Ensino, no intuito de materializar, pelo menos neste aspecto, o Direito à Igualdade estabelecido na Constituição Federal de 1988, que para Piovesan é de suma importância para a democracia:

> A implementação do direito à igualdade é tarefa fundamental a qualquer projeto democrático, já que em última análise, a democracia significa a igualdade no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A busca democrática requer fundamentalmente o exercício em igualdade de condições dos direitos humanos elementares. (PIOVESAN, 2005, p. 52)

Para Rocha (1996, p. 285) "somente a ação afirmativa, vale dizer, a atuação transformadora, igualadora pelo e segundo o Direito, possibilita a verdade do princípio da igualdade, para se chegar à igualdade que a Constituição brasileira garante". O autor acredita que esta igualação jurídica efetiva é produzida a partir da desigualação positiva, assegurada pelo sistema constitucional democrático, sendo uma forma jurídica de fazer com que as minorias superem a diminuição histórica e ascendam socialmente, que é, em última análise, o objetivo primordial das ações afirmativas.

É o que também defende Moehlecke (2002), ao considerar as ações afirmativas, como ações reparatórias/compensatórias, que se materializam por meio da valorização social, econômica, política e cultural de determinados grupos e têm o intuito de corrigir as discriminações que estes sofreram ao longo da história.

Nessa linha, a desigualdade é uma construção social que, para Scalon e Salata (2016,) resulta, em grande parte, das escolhas políticas que se sucederam no decurso histórico, sendo importante que sua análise considere as formas de como é possível enfrentá-la:

> Análises sobre desigualdades e justiça social implicam considerar não somente os condicionantes das escolhas e oportunidades, mas também as possibilidades para seu

> enfrentamento, especialmente em contextos sociais em que as condições de vida são marcadas por disparidades duráveis e profundas (SCALON e SALATA, 2016, p. 185).

Deste modo, buscou-se identificar evidências de que a implementação das cotas constitui uma relevante oportunidade para que pessoas desfavorecidas socialmente tenham acesso a uma Instituição Federal de Ensino, de acordo com o que leciona a Lei n° 12.711/2012, também chamada de Lei das Cotas, que regulamentou uma das medidas de ações afirmativas, por meio da reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico, para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), constituindo uma forma de compensar os privilégios e desigualdades sociais.

As falas dos entrevistados demonstraram claramente que foram as cotas que possibilitaram o acesso ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar): "Ah com certeza! Acredito que **se não fosse pelas cotas eu não teria entrado**! **Eu sempre quis fazer uma graduação, porém eu nunca tive dinheiro pra me manter em outra cidade"** (E5, 2020, grifo nosso); "Sim com certeza me oportunizou entrar na graduação e consegui concluir [...] **me possibilita a pós, me especializar**, continuar estudando, **esse é meu sonho**, sempre quis isso" (E7, 2020, grifo nosso); "Acho que sim, a cota é bem vantajosa**, o curso em si fez muita diferença na minha vida**, porque é **outra visão de mundo**" (E10, 2020, grifo nosso); "**Já faz a diferença pra mim hoje** [...] **já melhorou pra mim até dentro do meu trabalho**" (E11, 2020, grifo nosso).

Percebe-se, nas declarações, que os egressos cotistas reconhecem com muito entusiasmo a oportunidade de ingresso em uma Instituição Federal, o que reflete o entendimento de Pacheco (2011, p. 8) ao defender que "a educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social".

Com resultados semelhantes, o estudo de Gonçalves (2017), realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, também evidenciou que a Lei de Cotas contribui para a redução do nível de desigualdades sociais, por permitir o ingresso em um sistema de ensino de maior qualidade a alunos que, de outro modo, não teriam acesso. O autor destacou que a lei é responsável por incluir indivíduos que são excluídos socialmente, e, por meio da educação, conseguem a qualificação profissional.

Outra pesquisa que igualmente confirmou a importância da Política de Cotas para acesso aos IFs, foi de Pieroni (2016), o qual comprovou que, no caso do Instituto Federal de São Paulo – Campus Salto, a Lei das Cotas permitiu o acesso a grupos historicamente discriminados e socialmente excluídos.

Em estudo realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Alkmim (2017) também constatou que a Política de Cotas vem cumprindo seu papel de promover mudanças na vida dos beneficiados, que reconhecem nas entrevistas profundos aspectos positivos, fazendo do programa uma forma de ampliar as igualdades de oportunidades:

> Os avanços relativos a esses direitos são recentes, porém significativamente valiosos, pois as cotas têm propiciado um processo de alteração do perfil do alunado que têm conseguido ingressar, seja nas Instituições ofertantes de ensino médio e técnico, como o IFNMG, seja nas Instituições ofertantes de ensino superior, fazendo desses espaços acadêmicos e institucionais, locais cada vez mais plurais e universais. Esta é uma questão que nos faz acreditar que existe possibilidade de mudança rumo a uma sociedade mais equânime e democrática (ALKMIM, 2017, p. 126-127).

Na pesquisa desenvolvida sobre a Política de Cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), Miranda (2017) evidenciou que as cotas possibilitaram o acesso de grupos vulnerabilizados historicamente, no entanto, observou que a simples positivação da obrigatoriedade da reserva de vagas não garante a materialização dessa ação afirmativa.

Desse modo, as oportunidades trazidas pela reserva de vagas nos IFs foram comprovadas nas pesquisas atuais sobre o tema, e também confirmadas nas falas dos entrevistados da pesquisa em tela. Assim, observou-se que os IFs, ao interiorizarem o ensino para as mais distantes regiões do país, possibilitaram a muitos jovens o acesso ao ensino técnico e superior, o que foi potencializado pelo sistema de cotas, que, por ser uma ação afirmativa, chegou para assegurar a diversidade e a pluralidade social, a fim de transformar a igualdade formal em igualdade material e efetiva.

4.3.1.2 Sentimento de estar em uma Instituição Federal

A expansão da Rede Federal de Ensino possibilitou a oferta de ensino gratuito e de qualidade em regiões isoladas e afastadas dos grandes centros. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), são o que de melhor foi construído pelas políticas de

educação profissional e tecnológica do Governo Federal, como pondera Pacheco (2011), caracterizando-se como instituições marcadas pela ousadia e inovação.

A ampliação das possibilidades de acesso a uma educação de qualidade veio em um momento em que poucas redes estaduais possuíam condições de garantir esse direito, de acordo com o que lecionam Moura, Lima Filho e Silva (2015) ao trazer a questão da interiorização do ensino:

> É a presença do Estado brasileiro por meio de instituições reconhecidas como de qualidade nas periferias das capitais e em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Isso significa a ampliação das possibilidades de muitos brasileiros terem acesso a uma educação de qualidade, posto que, atualmente, são poucas as redes estaduais com condições para garantir esse direito à população, apesar de ser responsabilidade dos estados a universalização do acesso ao ensino médio (MOURA, LIMA FILHO E SILVA, 2015, p. 1074).

Dessa forma, a oportunidade de ingressar no IFFar aflorou um sentimento de satisfação e orgulho de estar em uma "federal", o que foi bastante enfatizado nas falas que consubstanciaram esta categoria: algo como estar em um lugar sonhado, que abriria portas, que mudaria a vida. Isso é demonstrado na seguinte declaração de um egresso do Curso Superior Bacharelado: "Eu saí de **uma escola pública**, do interior da cidade e foi algo que eu sempre almejei, que eu queria conquistar algo maior, então [...] tendo essa **oportunidade de ter o estudo federal**, tão perto da minha cidade, isso já foi uma porta mais que se abriu, assim, tipo... de ingressar no Instituto. **E as cotas, em decorrência disso, me ajudaram bastante**. **Significou bastante mudança para minha vida porque hoje, como formada, eu tenho uma visão diferente das coisas de quando eu saí do ensino médio de uma escola pública, e fui para uma federal...** eu tive noção da dimensão da onde eu estava estudando [...] **eu sempre pensei 'ah, eu quero fazer um superior numa federal'** para mim tem muita significância [...] (E2, 2020, grifo nosso).

Por ser oriunda de uma escola pública do interior da cidade, a realização de um Curso Superior no IFFar foi algo muito almejado para esta egressa, o que foi oportunizado pelas cotas. Percebe-se que há uma valorização da vaga conquistada, que representa uma possibilidade de mudar de vida e ascender socialmente. Nesse sentido, de acordo Moehlecke (2002, p. 208), esta é uma justificativa relevante que fundamenta os projetos de ações afirmativas "é a referência à importância atribuída à educação, vista como um instrumento de ascensão social e de desenvolvimento do país".

Outro comentário que demonstra o sentimento de satisfação e entusiasmo quanto à oportunidade de estar em uma "federal", traz à tona a realidade de exaustão daqueles que

trabalham durante o dia e estudam à noite: “Como eu trabalhava de dia e estudava de noite, pegava ônibus, às vezes eu ficava exausta, chegava de noite, dormia, acordava cedo [...] mas... **por eu ter conseguido numa faculdade federal.**.. eu pensei: colocar fora uma chance, eu não queria! (E8, 2020, grifo nosso). Entretanto, embora tenha passado por este contratempo, a aluna conseguiu se formar na “federal” como tanto queria.

Por outro lado, os aspectos positivos que marcaram o transcurso acadêmico constam em diversas declarações: “pra mim nesses 3 anos no IFFar foram **incríveis**, eu **aprendi muita coisa** lá” (E1, 2020, grifo nosso); “o curso pra mim foi **maravilhoso** [...] não ajudou só a realizar **o sonho de ter a graduação**” (E4, 2020, grifo nosso); “As aulas práticas foram muito importantes [...] minha visão se abriu [...] foi muito bom mesmo, eu tive bastante **oportunidade** lá dentro, eu saí com bastante **experiência de outras coisas pra vida** também, não só do curso (E6, 2020, grifo nosso); O curso me proporcionou conhecer lugares através de **viagens**, **conhecer pessoas**, teve **palestras** importantes [...](E8, 2020, grifo nosso); “Eu sempre gostei muito de animais, então a parte de bichos, ali **onde a gente fazia os plantões a gente aprendeu muita coisa e foi uma experiência bem legal**” (E9, 2020, grifo nosso); “tu também sai sabendo **conviver com o outro, respeitando o jeito de cada um**, isso é uma coisa que o IFFar traz muito pra gente” (E10, 2020, grifo nosso); “eu gostei do **conhecimento** que eu acabei adquirindo no curso” (E11, 2020, grifo nosso).

No contexto dessas falas é possível visualizar expressões como: “incríveis”, “maravilhoso”, “sonho”, “oportunidade”, “viagens”, “conhecer pessoas”, “experiência bem legal”, “conviver com o outro”, “conhecimento”, o que demonstra satisfação dos entrevistados com o período em que foram acadêmicos do IFFar. Relacionado a isso, Pacheco (2011, p. 15) afirma que: “o que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos”.

Assim sendo, pode-se inferir que a instituição possui um ambiente agradável, que oferece oportunidades por meio da geração do conhecimento, possibilitando que os acadêmicos vivam novas experiências, conheçam pessoas e aprendam a conviver com as diferenças. Desse modo, considera-se que o IFFar cumpre seu papel ao oferecer uma educação de qualidade que, em conjunto com os esforços pessoais, provoca mudanças no transcurso de vida dos que lá ingressam e conduz a novas perspectivas de vida.

4.3.2 Permanência na instituição

Esta categoria se concretizou a partir dos objetivos da pesquisa de conhecer aspectos importantes do itinerário dentro do IFFar e identificar questões relevantes que contribuíram para a permanência no curso, associado aos discursos dos entrevistados, que mencionaram terem enfrentado algumas dificuldades, as quais foram superadas. Assim, a categoria foi subdividida em duas subcategorias, conforme já citado anteriormente: ***Subcategoria 2.1*** **-** Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico; ***Subcategoria 2.2*** **-** Persistência dos estudantes e estrutura de apoio da instituição.

4.3.2.1 Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico

Na maioria das falas percebeu-se que houve algum tipo de adversidade durante a realização do curso, a exemplo de conciliar trabalho com estudo, estar longe da família, se adaptar à nova realidade e à moradia estudantil e superar dificuldades relacionadas às disciplinas. A respeito disso, Ciavatta (2005), na obra "A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade", acredita que:

> A escola não pode estar alheia às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo. Primeiro, as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola (CIAVATTA, 2005, p. 15-16).

Conciliar trabalho com estudo foi uma expressão bastante citada, como pode ser constatado nos seguintes comentários: "precisei **conciliar trabalho com estudo**, porque, por mais que o IFFar tenha benefícios e não tenha custo, eu tinha custos com transporte, porque não tinha bolsa e eu não tinha aqueles auxílios que o IFFar dá, eu tinha que trabalhar para suprir as despesas que teria na minha vida acadêmica" (E2, 2020, grifo nosso); "**Eu trabalhei no último ano** que eu precisei conseguir o estágio, e comecei a trabalhar firme depois nos últimos 2 semestres, foi difícil por causa que tinha o TCC e daí **acumulava serviço, TCC e as outras disciplinas da faculdade** que tinha bastante também" (E3, 2020, grifo nosso); eu tinha que **conciliar trabalho com o estudo**, eu me organizava daí no meu serviço e depois... a minha casa é bem longe até, nesse meio tempo eu tinha que conciliar, **mas não é fácil**... eu tenho um ritmo bem alto, **eu trabalhava o dia todo** e ia estudar" (E11, 2020, grifo nosso).

A jornada extenuante foi citada por mais duas entrevistadas: “nos dois primeiros anos **eu trabalhava num Frigorífico**[6], **foi bem complicado** o horário para sair e pegar o ônibus e ir para aula, nos intervalos de serviço eu fazia alguma coisa dos trabalhos [...]. E fim de semana, sábado e domingo, era envolvida só nisso, aí depois eu tive que fazer estágio na escola, no fundamental, **daí eu tinha que acordar mais ou menos às 5 horas da manhã pra trabalhar** e sair daí no turno da tarde, daí **eu fazia hora extra** pra ter essa folga no turno da tarde. **Esse período foi bem difícil, porque foi bem corrido**, sabe... **Eu fiquei nessa rotina 3 anos**, porque só ano passado que não trabalhei [...] porque o Frigorífico fechou, daí ficou um poco complicado conseguir emprego” (E5, 2020, grifo nosso); “**eu trabalhava num Frigorífico** e às vezes eu tinha que sair de casa às três e meia da manhã e depois disso eu dormia um pouquinho e ia pro IFFar, aí depois não tavam querendo me liberar pros estágios, daí eu preferi procurar alguma vaga de bolsa” (E6, 2020, grifo nosso).

Nos relatos dos entrevistados percebe-se uma grande dificuldade para conciliar as atividades estudantis com o mundo do trabalho. Voltado a essas situações, o PPE do IFFar apresenta um Plano de Ações com estratégias para efetivar a permanência e êxito para os diversos fatores de evasão e retenção. A dificuldade de conciliar a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho é justamente um dos fatores previstos no Plano de Ações e possui como estratégia para a permanência e êxito utilizar os procedimentos legais e estratégias pedagógicas possíveis para amenizar as dificuldades conforme cada caso específico. Observa-se que esta solução, no entanto, é bastante genérica já que não traz a forma como o problema será enfrentado na prática pela instituição.

Este tipo de dificuldade vivenciada por muitos alunos é comentada por Zago (2006, p. 230): “os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas. Tal constatação encontra toda sua expressão quando se analisa a escolha pelo curso e as condições de acesso e de permanência”.

Trata-se de um problema social complexo, considerando que muitos jovens precisam trabalhar para se manter e não estão numa posição privilegiada de conseguir se dedicar exclusivamente aos estudos. Para Rocha (1996, p. 295) “a ação afirmativa é um dos instrumentos possibilitadores da superação do problema do não-cidadão, daquele que não participa política e democraticamente como lhe é, na letra da lei fundamental, assegurado”.

[6] A escrita foi mantida conforme transcrição das entrevistas.

Zago (2006) expõe essa problemática, ao indicar que no Brasil, os percursos escolares de longa permanência na escola, com ingresso mais tarde no mundo do trabalho, é privilégio para poucos. O autor comenta sobre as limitações impostas aos estudantes que trabalham:

> O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, nas festas organizadas pela turma, entre outras circunstâncias. Vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio) (ZAGO, 2006, p. 235).

A realidade vivida pelos estudantes que trabalham, quanto à impossibilidade de participar de diversas atividades do curso, também apareceu entre os relatos, em que foi ressaltada a situação da realização de atividades diurnas nos cursos noturnos: "Uma coisa que eu acho que **pesa bastante é o curso ser noturno e os professores fazerem mais atividades diurnas,** por exemplo**: viagens, saídas de campo, quem trabalhava como eu não tinha muita oportunidade**" (E8, 2020, grifo nosso). A situação remete à dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com as exigências do mundo do trabalho, sendo uma das causas de evasão e retenção previsto no Programa de Permanência e Êxito do IFFar.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), na pesquisa "O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores", a experiência do trabalho duro e precário é parte da vida cotidiana de muitos jovens brasileiros e, assim, defendem o processo educativo emancipatório que permita aos sujeitos compreenderem que o trabalho não se reduz à uma mera atividade laborativa ou emprego.

A extrema desigualdade existente no Brasil, é para Moura, Lima Filho e Silva (2015), o que leva muitos filhos da classe trabalhadora a se inserirem no mundo do trabalho com baixa escolaridade e qualificação profissional, ainda antes dos 18 anos, no intuito de complementar a renda familiar ou até se autossustentar, contribuindo para a valorização do capital.

É por meio de uma formação humana voltada para a leitura do mundo que, de acordo com Ciavatta (2005), é possível garantir aos adolescentes, jovens e adultos trabalhadores atuar como cidadãos integrados à sociedade política. Desse modo, os IFs têm um papel fundamental na transformação das realidades locais e regionais por meio da educação, como expõe Pacheco (2011):

> É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional. Para tanto,

> devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (PACHECO, 2011, p. 14).

Acredita-se que os entrevistados, como egressos de uma instituição de educação profissional e tecnológica, que considera o trabalho como princípio educativo e promove a ideia de inclusão e emancipação, estão no caminho para superar esta realidade por meio da formação conquistada, assim como defendem Castamann e Rodrigues (2020):

> O conhecimento permite uma relação livre, crítico-reflexiva dos sujeitos em relação aos saberes e não sua subordinação. Um ensino que considera o trabalho como princípio educativo, faz da pesquisa um pressuposto pedagógico, já que antes de convocar e orientar para o trabalho, pensa, compreende, explica e transforma o sentido e o papel do trabalho (CASTAMANN e RODRIGUES, 2020, p. 309).

Isso é possibilitado, de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), por construções intelectuais e apropriação de conceitos necessários para intervir na realidade e compreender o processo histórico de construção do conhecimento. A realização do curso no IFFar, portanto, permite uma melhor qualificação para acessar novas oportunidades no mundo do trabalho.

Estar longe da família também foi um desafio enfrentado, que apareceu de forma recorrente nas falas dos egressos: "**Eu morei longe da família**, pra mim foi bem difícil ali na questão do atendimento psicológico" (E1, 2020, grifo nosso); "a questão da família, sim, foi um aspecto bem importante, porque a partir dos 17 anos quando eu fiz o Enem, e aí passei pelas cotas, aí eu tive que **morar longe da minha família**" (E2, 2020, grifo nosso); "**ficar longe da família** foi difícil mais no primeiro ano" (E10, 2020, grifo nosso).

Este é outro fator considerado como sendo interno do aluno, o distanciamento da escola com a família, tendo sido estabelecida como estratégia a ampliação dos espaços de interação entre a instituição, a família e a comunidade externa, de acordo com o PPE do IFFar. No entanto, como sugere E1, a instituição poderia promover o acolhimento e a interação entre os alunos recém chegados, especialmente os que vêm de outra cidade: "**eu acho que seria bem interessante que quando chegam pessoas de fora pra entrar no instituto, os psicólogos verem as pessoas que são de outra cidade e fazer um acompanhamento com esses adolescentes**, eu acho que seria bem importante, porque pra mim foi bem difícil sabe...eu que fui procurar a psicóloga lá do instituto e ajudou muito, mas seria muito mais fácil se o IFFar propusesse alguma coisa, até uma roda de **conversa**, acho que seria bem legal" (E1, 2020, grifo nosso).

Sobre este assunto, Ciavatta (2005, p. 15), argumenta que a formação integrada e humanizadora pressupõe a "articulação da instituição com os alunos e os familiares, as experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional".

Foram também mencionadas dificuldades quanto à adaptação moradia estudantil e à nova realidade que se apresentava ao ingressar no IFFar: "eu morei dentro do IFFar, na **moradia estudantil**, então as minhas dificuldades... eu acho que **eram conviver com bastante gente em um quarto [...] a maior dificuldade era arranjar lugar pra estudar**, de noite, porque a gente não pode ir pra biblioteca, a gente precisa ficar no quarto [...] **são 12 pessoas dentro de um quarto**. **A gente tinha uma sala de estudo no quarto, mas às vezes virava refeitório** [...] e quando a gente tinha dificuldade de lidar com **conflitos**, a **Assistência Estudantil sempre ajudou** [...] **sempre fui muito bem acolhida e tratada no Instituto**" (E7, 2020, grifo nosso); "**adaptação** porque tu convive diariamente com pessoas completamente diferentes de ti, com pensamento diferente, com manias diferentes, essa é a maior **dificuldade** [...] eu morava na **moradia estudantil** no campus mesmo, de vez em quando a gente tinha **atritos** dentro do quarto" (E10, 2020, grifo nosso).

Importante trazer à discussão a Política de Assistência Estudantil do IFFar, criada por meio da Resolução CONSUP n° 12/2012, que possui como finalidade nortear os programas, projetos e ações para ampliarem o acesso e a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, a fim de reduzir a evasão e a retenção. Esta política traz diversas linhas de ações como moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio aos estudantes pais e possui um papel fundamental na permanência desses alunos:

> O acesso à assistência estudantil é um direito de todos os estudantes matriculados. Algumas ações, como as de saúde, cultura, esporte e lazer e apoio didático-pedagógico são voltadas para todos os estudantes. Já as diferentes modalidades de auxílios financeiros se destinam aos estudantes mais vulneráveis, identificados por meio de avaliação socioeconômica (BRASIL, 2020, p. 26).

Zago (2006) aborda essas situações e evidencia que muitos alunos precisam morar em casas de estudantes universitários, por serem de outras cidades ou estados e contarem com apenas uma pequena ajuda da família para se manterem. Nesse sentido, o ingresso em uma instituição federal já representa uma vitória para esses estudantes que são originários de famílias de baixa renda, entretanto, a questão da permanência ainda é um grande desafio.

Ainda sobre a moradia estudantil, alguns dos entrevistados indicaram que poderia haver melhorias, como aumento do espaço de estudo, diminuição do número de pessoas por quarto, que atualmente é de 12 estudantes, e destinação de um espaço para uma cozinha

comunitária, para que o quarto não seja usado para esta finalidade: “Acredito que **investir na questão da moradia**. Talvez na moradia estudantil, **aumentar o espaço de estudo, a gente sente falta, fica apertado, não cabe 12 numa sala de estud**o, claro que a gente tem que ter noção de cada um ter seu horário, mas enfim, **às vezes não tinha como estudar, às vezes a sala virava cozinha** [...] Então acho que é isso, **fazer uma cozinha comunitária**, a gente comia sempre no refeitório [...]. Mas no geral a Política de Permanência foi bem satisfatória pra mim (E7, 2020, grifo nosso); “**A moradia é a única coisa que tem problemas, porque é muita gente dentro dos quartos, são 12 pessoas dentro de um quarto**” (E10, 2020, grifo nosso).

Embora sejam necessárias melhorias, cujas sugestões são válidas e devem ser consideradas, acredita-se que a moradia estudantil é um importante apoio para a permanência dos estudantes que vêm de outras cidades e não possuem condições financeiras para se instalarem em outro local. Ademais, é uma experiência passageira, importante para a convivência com a diversidade, o que também integra a formação dos sujeitos.

Outra dificuldade bastante relatada foi relacionada às disciplinas: “dificuldades foi mesmo de algumas **cadeiras no curso** [...] na área das exatas mesmo, **o ensino na escola pública foi muito fraco**” (E3, 2020, grifo nosso); “algumas **disciplinas** eram mais, digamos, puxadinhas, então causava um frio maior na barriga” (E6, 2020, grifo nosso); “como eu vim de **Escola Rural eu não tinha conhecimento**... tinha **conteúdos** que a professora passava e dizia: ‘isso vocês viram no ensino médio, a gente não vai aprofundar’, mas **eu não tinha visto no ensino médio**, a educação lá era bem... a professora de Licenciatura não era de Licenciatura! Então ela dava um livro e a gente se virava” (E8, 2020, grifo nosso); “eu sempre tive bastante **dificuldade em matemática, física**” (E9, 2020, grifo nosso); “eu tenho maior **dificuldade** com **cálculos e números** e eu estudava até às duas horas da manhã todos os dias” (E11, 2020, grifo nosso).

Nesse viés, observa-se que diversos entrevistados mencionaram as dificuldades de acompanhamento das disciplinas, levando ao entendimento de que há a necessidade de um trabalho pedagógico diferenciado para estes alunos, assim como estabelece o Plano de Ações do PPE do IFFar, em que a dificuldade de aprendizagem é considerada um fator de evasão e retenção. Assim sugere-se a implementação de um plano de acompanhamento das atividadse desses estudantes conforme prevê a Resolução Consup IFFar n° 029/2019 em seu artigo 17, ao assegurar o “apoio acadêmico estruturado em ações de acompanhamento” dos alunos que ingressaram pelas cotas.

Em sua pesquisa sobre as Lei das Cotas, que teve por objeto o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Gonçalves (2017) também percebeu que os alunos que ingressaram por meio cotas apontaram o acompanhamento dos conteúdos programáticos do curso como uma dificuldade que enfrentaram. Esta realidade também foi observada na pesquisa de Zago (2006, p. 232-233), em que uma aluna utiliza a seguinte metáfora na sua fala: "*É a mesma coisa que pegar um filme pela metade, não tem como entender inteiro*". Este autor traz à tona a questão da qualidade do ensino fundamental e médio das escolas públicas, da qual dependem os estudantes para prosseguir nos estudos:

> Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade. Sabemos que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino. [...] As lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica, e os depoimentos nesse sentido são muito significativos (ZAGO, 2006, p. 232-233).

No entanto, apesar de parte dos entrevistados relatarem dificuldades com os conteúdos em razão de serem oriundos de escola públicas, onde qualidade do ensino é muitas vezes insatisfatória, na dissertação de Alkmim (2017) foram constatados resultados positivos quanto aos alunos cotistas:

> Entendemos que apesar de existir uma diferença entre o coeficiente do discente cotista no processo de ingresso em relação aos estudantes que adentram pela ampla concorrência, os resultados desse estudo demonstraram que este fator não garante o seu desempenho, pois muitos cotistas, passado o momento do processo de seleção, demonstraram coeficientes satisfatórios e até mesmo superiores aos que entraram por ampla concorrência (ALKMIM, 2017, p. 125).

Da mesma forma, Miranda (2017) refuta a ideia pessimista que possam circular referente aos estudantes que adentraram pelas cotas, considerando que os cotistas apresentaram melhores resultados nos quesitos de desempenho acadêmico, dentre outros. A pesquisa de Pieroni (2016) também evidenciou que as diferenças entre cotistas e não cotistas existem, porém, não evidenciam uma superioridade no desempenho acadêmico dos não cotistas. A autora também destacou a necessidade da implementação de ações que visem melhorar o rendimento acadêmico, tanto dos cotistas quanto dos não cotistas.

Além disso, para Ciavatta (2005, p. 16), é possível trabalhar os conteúdos escolares de uma forma mais criativa: "há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado, para que ele se aproprie da

teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano".

Nesse contexto, considera-se que seja necessário um acompanhamento pedagógico diferenciado aos discentes cotistas, como estabelece a Resolução Consup IFFar n° 029/2019 que prevê um "apoio acadêmico estruturado em ações de acompanhamento" para esses alunos, tendo em vista que muitos possuem uma vida escolar e familiar marcada por lacunas quanto à formação nas matérias básicas, que, na maioria das vezes, está relacionada com a falta de estrutura adequada para o aprendizado muito presente ainda na maioria das escolas da qual eles provêm, e assim, necessitam empreender muito mais esforço e dedicação para acompanhar os conteúdos. Entretanto, é importante ressaltar que isso não está relacionado ao índice de rendimento escolar, já que este não é apontado como mais baixo para os cotistas nas pesquisas analisadas, pelo contrário, os cotistas demonstraram ter índices iguais ou até mais elevados que os não cotistas.

Isso constitui um elemento importante considerando processos educativos mais gerais. Faz repensar um senso comum generalizado que atribui uma excessiva importância aos pré-requisitos, aspecto que pode ser exemplificado com falas como "o aluno não tem base". Constitui um senso comum atribuir o não aprendizado dos estudantes à falta de conhecimento prévio. Os resultados desta pesquisa, como outras mencionadas, ajudam a problematizar a concepção propedêutica vigente na educação.

4.3.2.2 Persistência dos estudantes e estrutura de apoio da instituição

Quando questionados se pensaram em desistir do curso em algum momento, a maioria declarou que teve essa ideia, pelos motivos já descritos acima, além da dificuldade de se enturmar, por exemplo, como se percebe nesta fala: "**Pensei sim, devido a distância da família** [...] vontade de não querer mais nada...também **porque eu não conhecia ninguém** [...] **O que fez eu não desistir foi a ajuda psicológica e também a conversa com os pais**, porque é muito importante conversar com a família, e também porque **eu tava amando o curso**, eu não queria desistir do curso, mas **eu não conseguia me enturmar"** (E1, 2020, grifo nosso).

A ansiedade e a sensação de que não ia conseguir, também foram outros motivos que poderiam ter levado à desistência destes alunos, no entanto, a persistência e o apoio da família e da instituição foi fundamental para a permanência no curso: "**Eu pensei sim**, eu pensei algumas vezes em desistir do curso, basicamente **por causa das dificuldades**, um pouco de

ansiedade também de me **sentir um pouco preso** às vezes, eu queria fazer outras coisas [...] mas com passar do tempo a gente se encontra**, eu passei a gostar mais do curso** também, e eu não desisti porque **eu sabia que essa era uma fase** decisiva pra eu decidir os próximos 30, 40 anos da minha vida. Eu tinha total certeza que **em algum momento da minha vida eu ia colher os frutos da dificuldade que eu tava passando"** (E3, 2020, grifo nosso); "**Eu pensei em desistir**, porque às vezes... **parecia que eu não ia conseguir** e às vezes a disciplina era bem puxada, às vezes aconteciam situações... digamos que no momento do **estágio** foi o momento bem crucial [...] **O que me fez persistir foi a convivência com as pessoas do Instituto, então todo mundo me dando força e me colocando pra cima**, sabe? (E6, 2020, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Miranda (2017) demonstrou, em sua pesquisa, que as cotas possibilitaram o acesso de grupos vulnerabilizados historicamente, no entanto, a simples positivação da obrigatoriedade da reserva de vagas não garante a materialização dessa ação afirmativa. Por isso, cabe destacar a fala de um dos entrevistados que afirmou ter pensado em desistir, e acredita ser importante uma integração no início das aulas: "**falta um pouco de integração também com os alunos** [...] **o instituto poderia fazer alguma coisa, essa roda de conversa seria interessante** até pros alunos de fora se conhecerem, eu não conhecia ninguém, e tipo, comecei me enturmar, mas pra mim foi bem complicado sabe" (E1, 2020, grifo nosso).

O Programa de Permanência e Êxito (PPE) do IFFar, que integra a Política de Assistência Estudantil, considera como evasão a interrupção do curso motivada por diversos fatores relacionados à realidade do aluno ou à realidade da instituição. As expressões "permanência e o êxito" são empregadas no sentido de manter o vínculo com a instituição e integralizar o curso de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de acordo com Brasil (2020).

Demais motivos mencionados que poderiam ter levado à desistência também surgiram, como: não ter passado de ano, não ter conseguido bolsa, ou ainda, a dificuldade de conciliar trabalho com estudo: "**eu rodei, daí no primeiro eu não consegui bolsa**, eu nem sabia de bolsa [...] daí no outro ano uma amiga minha me disse: 'tem bolsa, vai te ajudar...', e eu: '**tá mas se eu não conseguir essas bolsas eu vou desistir,** vou tentar em outro lugar'... [...] daí fui lá, conversei com as mulheres lá, elas me atenderam... tudo...**e daí eu consegui a bolsa, se não fosse a bolsa eu teria desistido naquela época** (E4, 2020, grifo nosso); "Como eu trabalhava de dia e estudava de noite, pegava ônibus, às vezes eu ficava exausta, chegava de noite, dormia, acordava cedo, acho que isso foi uma coisa que pesou bastante, **eu pensei**

mesmo em desistir" (E8, 2020, grifo nosso); **"Eu pensei** [...] **o que fez eu não desistir foi o meu bom relacionamento com meus colegas, minha família, e todo esforço que eu fiz todos esses anos**" (E11, 2020, grifo nosso).

Nas declarações dos participantes percebe-se que as bolsas de auxílio permanência e auxílio transporte tiveram um papel fundamental para possibilitar a permanência desses estudantes em seu itinerário acadêmico: **"eu precisava me manter**, me manter também na vida acadêmica, **porque tudo tem custo**" (E2, 2020, grifo nosso). "ajudavam em ônibus, ajudavam em... **era duas bolsas que eu ganhava**, pra eu poder comprar meus materiais, **se não fosse eu conseguir ganhar as bolsas, eu não teria continuado estudando no IFFar, pra mim ia ser muito difícil** (E4, 2020, grifo nosso); "o **dinheiro** que eu pegava ali era mais pra me **sustentar** no dia a dia assim... **meus pais não podiam me ajudar**. E aí eu precisei pedir **auxílio transporte** e depois consegui um **auxílio permanência** que me ajudou bastante, tudo o que eu conseguia era batalhando mesmo" (E6, 2020, grifo nosso).

Dentre os auxílios financeiros fornecidos pelo IFFar, o auxílio permanência é destinado a estudantes que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, com o intuito de dar condições favoráveis à permanência. A concessão é regulamentada Resolução *Ad Referendum* 12/2019 aprovada pelo Conselho Superior do IFFar. Sobre essa questão, Zago (2006, p. 233), evidencia que por serem "originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade".

A importância das bolsas de pesquisa também foi citada, demonstrando ter um papel relevante na formação como um todo, de acordo com o que se depreende na fala de E7: "ser **bolsista do Pibid** foi muito relevante na minha formação, foram os primeiros contatos que eu tive com a licenciatura, de poder ir pra escola, foi relevante pra confirmar minha **escolha profissional** [...], também tem a questão da **Residência Pedagógica** onde fui **bolsista Capes**, eu tive **bolsa também em um projeto de pesquisa**" (E7, 2020, grifo nosso).

Esta entrevistada é egressa do Curso Superior em Licenciatura, e foi beneficiada por programas educacionais que integram as ações de formação inicial e continuada de professores do IFFar, a exemplo do Pibid que é Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e da Residência Pedagógica, ambos programas externos financiados pela CAPES; do LIFE, que é um Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores; e do PET que se trata de um Programa de Educação Tutorial (BRASIL, 2020).

Por ser um programa de formação de professores do MEC, o Pibid possibilita aos alunos de cursos de licenciatura a realização de um estágio nas escolas públicas, com a concessão de bolsas de iniciação à docência, o que proporciona uma aproximação prática ao dia a dia dessas escolas. Isso, de acordo com a egressa entrevistada, é importante para assegurar ao aluno que ele está no caminho certo quanto ao curso escolhido e seu futuro profissional (BRASIL, 2020).

Já o Programa de Residência Pedagógica da Capes, que compõe a Política Nacional de Formação de Professores, tem por objetivo aperfeiçoar a prática nos cursos de licenciatura, por meio de uma experiência em uma escola de educação básica, o que foi citado pela E7 como uma relevante experiência extraclasse. As principais atividades são a regência de sala de aula e a intervenção pedagógica, supervisionadas por um professor da escola e orientadas por um docente da instituição. O intuito é que os cursos de licenciatura formem alunos com habilidades e competências voltadas à atuação profissional em escolas de educação básica.

O apoio dos professores foi constantemente mencionado pelos egressos ao citar aspectos que marcaram a trajetória acadêmica, como podemos observar nos relatos: “Eu conheci uma menina lá que ela era deficiente e que os **professores** tratavam ela super bem” (E1, 2020, grifo nosso); “os **professores** também **são excelentes**, e não tenho dúvida nenhuma que é uma ótima instituição” (E1, 2020, grifo nosso); “eu sempre tive **professores que me ajudaram bastante**” (E4, 2020, grifo nosso); **professores**, colegas, todo mundo, **me ajudaram a crescer muito mais como pessoa**, ser humano, do que profissionalmente, porque ali eles não são só **professores**, sabe, são **conselheiros, são amigos, são família**” (E4, 2020, grifo nosso); “contatos que tive com **professores** do curso e da instituição, acredito que foram **pilares da minha formação**” (E7, 2020, grifo nosso); “tive um **relacionamento bom com professores**” (E11, 2020, grifo nosso).

Acerca do assunto, Silva e Pereira (2009) ponderam que os professores são fundamentais para o desempenho dos alunos cotistas, visto que, se possuírem expectativas negativas em relação a estes alunos, isso pode se tornar uma “profecia autorrealizadora”, e, por outro lado, a expectativa positiva em relação a eles pode promover o aperfeiçoamento no seu desempenho. Além disso, os autores acreditam que os professores são personagens essenciais para criar ambientes seguros às minorias que estão acessando as instituições federais por meio das cotas.

Para Pacheco (2011, p. 8) “todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa, professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação”. O autor defende que todos

os servidores em educação têm uma função importante, e, assim, acredita-se que cada um pode contribuir na ação educativa de conferir uma atenção especial principalmente aos alunos cotistas, a fim de colaborar com sua permanência na instituição.

As motivações que fizeram com que os egressos entrevistados não desistissem da oportunidade de terem ingressado no IFFar são variadas, como demonstram as seguintes falas: "Porque eu **nunca pensei em desistir**? **Porque era federal**" (E2, 2020, grifo nosso); "Eu **nunca pensei em desistir** do curso [...] **claro que tinha dias que eu não tinha vontade de ir, que eu tava cansada**, tinha dias que eu saia do serviço meia noite, eu não conseguia ir na aula, sabe" (E5, 2020, grifo nosso); "eu tive vontade de desistir da disciplina, mas **nunca de desistir do curso** [...] era um **sonho sendo realizado** e eu não queria desistir. E isso com certeza foi importante pra minha permanência pra eu conseguir **moradia, acesso ao refeitório e ser pública**" (E7, 2020, grifo nosso); "**Não, eu nunca pensei em desistir** [...] **os professores sempre ajudam muita gente em todas as coisas** só a gente procurar querer aprender, correr atrás que eles sempre estão dispostos a ajudar" (E9, 2020, grifo nosso); "**Eu nunca pensei em desistir** [...] mas **o que me ajudou a não fraquejar foi o apoio da minha família e o pessoal do SAP (Setor de Apoio Pedagógico**) [...] eles tiveram muita atenção com a gente" (E10, 2020, grifo nosso).

Observa-se que há um destaque para as afirmações: "porque era federal", "qualificação dos professores", "os professores sempre ajudam", "sonho sendo realizado", "moradia, "acesso ao refeitório", "ser pública", "apoio da minha família e o pessoal do SAP (Setor de Apoio Pedagógico)". Isso denota a relevância das políticas de apoio à permanência, que também são evidenciadas por Zago (2006):

> Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. (ZAGO, 2006, p. 228)

O apoio recebido de várias frentes e um ambiente escolar acolhedor com professores qualificados e preocupados com os alunos, aliado ao apoio da família, aparece ter sido a motivação para a permanência desses egressos. Referente a isso Ciavatta (2005, p. 13) assevera que "a identidade que cada escola e seus professores, gestores, funcionários e alunos constroem é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que estabelecem".

Quando questionados se conheciam a Política de Permanência do IFFar, cinco dos entrevistados responderam que sim, como pode ser percebido em suas falas: "**Eu conheço**,

logo que a gente chega no IFFar o Coordenador te localiza onde ficam as **assistências**, médico, dentista... A gente tinha acesso a **psicólogo** [...] no último semestre eu consegui uma **bolsa,** eu fazia parte de um **projeto**[...], eu consegui também **vale janta**" (E1, 2020, grifo nosso). "**Conheço sim e eu acho muito importante** [...] eles percebem que a gente precisa de uma ajuda maior, tem **psicólogo, assistente social**, eles podem conseguir **alimentação**... a alimentação me ajudou muito, eu almoçava e jantava lá [...] antes de eu conseguir uma **bolsa** na Direção de Ensino, eu fui **bolsista** lá na CAE – Coordenação de Assistência Estudantil [...]. **No início teve um acolhimento**, explicaram com slides, tudo é explicado. Mas depois que a gente vai vendo lá dentro, liga um ponto no outro sabe" (E6, 2020, grifo nosso); "**algumas coisa a gente sabe da Política de Permanência"** (E7, 2020, grifo nosso); **Eu conheço sim, porque tem no site e eles fizeram palestras** (E7, 2020, grifo nosso); "**Sim conheço, eu usava moradia, alimentação, psicólogo, médico, dentista, tudo! Foi importante essa política pra mim**, teve todo um auxílio lá dentro" (E10, 2020, grifo nosso). "**Conheço**, eu não cheguei a usar nada dessa Política" (E11, 2020, grifo nosso).

Para possibilitar a concretização da Política de Assistência Estudantil do IFFar, da qual a Política de Permanência faz parte, cada campus possui em sua estrutura uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), composta por uma equipe multiprofissional, que cuida das questões de acesso, permanência, êxito. Nesse sentido, a Política de Permanência tem como objetivo:

> Viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a permanência desses, a partir de medidas que minimizem situações de retenção e evasão. Tem como eixo norteador as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010), que baliza importantes ações institucionais voltadas ao público discente como: segurança alimentar e nutricional, atenção à saúde, promoção ao esporte, cultura e lazer, apoio didático-pedagógico, moradia estudantil e auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2020).

Ainda, referente a esse assunto, dois entrevistados expressaram que ficaram sabendo dos benefícios que a instituição oferece durante o curso: "**Eu tive que procurar, mas só mais pra frente, sabe, ali quando tu não aguenta mais, entendeu**? Porque quando tu tá muito esgotado, a maioria dos adolescentes que vão pra lá é assim, quando tu tá muito mal, que tu ve que tu não quer mais, que tu não vai conseguir, sabe, que tu vai desistir, aí procura ajuda. Mas eu acho que seria interessante, fazer uma roda de conversa com quem chega de fora, **explicar como funciona o instituto, porque tem gente que chega bem perdido lá**"; (E1, 2020, grifo nosso); "Eu recebi dois auxílios, no quinto semestre, auxílio permanência e auxílio transporte

que já deu uma baita ajuda [...] a saída dos meus colegas foi no primeiro e no segundo semestre eu acho que é **por não saberem muito sobre esses benefícios** o que o IFFar fornece. Porque, **questões como psicólogo foi tratado só no último ano**" (E3, 2020, grifo nosso); "eu sou muito envergonhada, então eu não saía para perguntar [...] eu tinha muita vergonha, de caminhar, de conversar com os professores, aí que não me deixou chegar até essa parte das bolsas. Das bolsas eu lembro que eles não falaram, eu sabia que tinha psicólogo, **mas fiquei sabendo bem avançado sobre isso, no segundo ano.** Eu tive muita dificuldade no estudo que daí **pude conversar com a psicóloga, foi assim que eu conheci tudo**" (E4, 2020, grifo nosso).

De acordo com E3, as desistências ocorridas ainda no primeiro ano do curso são devido à falta de conhecimento, por parte dos alunos, acerca dos benefícios oferecidos, se referindo provavelmente, à Política de Permanência da instituição. Já na declaração do E4, nota-se uma dificuldade de interação com os colegas e professores, por ser introvertido e não conseguir procurar ajuda no início do curso, apenas no segundo ano, quando o apoio psicológico auxiliou para conhecer melhor os benefícios e a instituição. No relato do E1 percebe-se que teve que procurar ajuda por estar esgotado lá pelo meio do curso, e, sugere, novamente, a realização de uma roda de conversa no ingresso dos alunos, onde poderia ser apresentada à instituição, a sua Política de Permanência e ser realizada uma integração entre os alunos, como exposto anteriormente, dentre outras coisas.

Ao serem indagados sobre sugestões de melhorias para a questão da Política de Permanência no IFFar, várias contribuições surgiram. Dois entrevistados falaram que seria interessante informar, logo que ingressam no curso, sobre os benefícios que os alunos possuem: "**Eu acho que poderia ser dito para os alunos que têm psicólogos**, ela pode atender quando tiver alguma dúvida, **porque é avisado depois que começam as aulas**, **que tem a CAE e tudo mais**...**já na primeira semana que os alunos que vieram de fora poderiam ter acompanhamento**, isso seria bem interessante (E1, 2020, grifo nosso); "**Teriam que informar melhor os alunos sobre os benefícios, o psicólogo, sobre o dentista também... a gente foi descobrindo mais tarde** e sobre outras coisas que tem no IFFar, que muitas vezes a gente nem sabe... e a gente vai descobrindo muito longe, muito mais para o meio da graduação (E3, 2020, grifo nosso).

No Manual do Estudante 2020 do IFFar constam diversas orientações acerca da Assistência Estudantil. Observa-se que há uma grande preocupação da instituição no acolhimento dos alunos e orientação quanto às políticas estudantis, no entanto, nas falas dos egressos, detectou-se que isso nem sempre foi assim, e acredita-se que é necessária uma

interação cada vez maior com os alunos recém chegados, a fim de acolher e orientá-los quanto aos benefícios a que tem direito.

Acerca disso, Zago (2006, p. 233) pondera que "se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes uma vitória, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso". Nesse cenário, nas declarações dos egressos cotistas identifica-se a necessidade de acolhimento dos alunos que vêm de fora, de outras cidades. Um acolhimento inicial, que poderia ser realizado por meio de uma roda de conversa, como sugere E1, logo na chegada desses alunos ao IFFar. Isso poderia trazer uma sensação de relativa segurança, porque conheceriam os profissionais capacitados para ouvi-los e acolhê-los além de outros alunos na mesma situação, o que já contribuiria para diminuir a dificuldade de "enturmar-se", como declarado por E1, além de conhecerem um pouco da instituição

Outra sugestão que apareceu entre os discursos acerca das ações que auxiliam na permanência dos estudantes na instituição, é a ampliação do acesso às refeições: "**A parte da refeição, pra nós da Licenciatura não tinha janta** [...] eu comia ou tomava banho sabe, e daí chegando lá eu saberia que eu teria janta pelo menos, isso foi uma coisa que a gente sempre bateu ali, mas a gente também sabe das dificuldades que o Instituto passa" (E5, 2020, grifo nosso); A única coisa que eu me lembro mais **é que teve pessoas que precisavam jantar lá e almoçar e nem sempre conseguiam** porque tem toda uma política de reservas e tal [...] eu já to sabendo que eles pretendem ampliar lá no campus pra todo o Ensino Superior a janta, agora no início do ano, mas não sei como...então, já tem o planejamento de expandir as refeições, sabe, e eu achei bastante importante porque **muitas pessoas do Ensino Integrado também às vezes precisam de janta, mas não tem coragem de chegar e pedir** a janta, porque eles ganham só almoço" (E6, 2020, grifo nosso).

A Instrução Normativa n° 005/2019 do IFFar dispõe que os refeitórios possuem função social e integrativa e são um dos instrumentos de execução da Política de Assistência Estudantil, contribuindo para a permanência dos estudantes. Expõe também sobre a utilização dos refeitórios no âmbito da instituição e normatiza o seu acesso, estabelecendo que cada refeitório será administrado pelo respectivo campus. Assim, cabe à direção de cada campus, em conjunto com suas equipes, discutir a viabilidade de ampliar o fornecimento de refeições.

O fomento às áreas específicas foi uma sugestão no sentido de contribuir para a permanência dos estudantes, pois o entrevistado acredita que há muitas disciplinas na área da educação e poucas da área específica do curso, no caso do Curso de Licenciatura, o que pode atender às expectativas dos alunos quanto ao curso escolhido: "**Mais fomento** principalmente

nas **áreas específicas**, claro a gente vai se formar professor, mas às vezes a gente sente falta, porque quase todas as cadeiras são de educação" (E7, 2020, grifo nosso).

Considera-se que é de extrema relevância a realização de pesquisas relacionadas ao tema da permanência e êxito no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que são instituições relativamente novas no cenário da educação brasileira, tendo em vista a complexidade das motivações que levam à evasão e retenção escolar e pautado no que defendem Dore e Lüscher (2011), ao declararem que pouco se conhece acerca do assunto, portanto, há muitas questões ainda a serem ajustadas:

> Dada a diversidade de situações que podem ser consideradas na análise da evasão escolar e as imprecisões que ainda estão presentes no conceito, a maior parte dos pesquisadores conclui que ainda permanece uma grande defasagem de conhecimentos a respeito do assunto e que os problemas nessa área ainda não foram resolvidos (DORE e LÜSCHER, 2011, p. 777).

Nessa linha, os discursos dos egressos cotistas evidenciam que a oportunidade a eles conferida de se formar em uma instituição federal, embora tenham passado por diversas dificuldades, é uma forma de mudar de vida. As dificuldades poderiam ser minimizadas, por meio da identificação desse grupo de alunos pela equipe da Assistência Estudantil, logo que ingressam na instituição, e com a realização de um acolhimento inicial, que poderia ser para todos os alunos, mas com atenção especial a este grupo. Além disso, seria importante haver um acompanhamento durante todo curso, a fim de identificar possíveis situações que possam levar à desistência desses alunos.

Diante do exposto, mostra-se salutar a implantação de ações que visem o acompanhamento dos cotistas durante seu itinerário na instituição para incentivo à permanência e apoio acadêmico, assim como estabelece a Resolução Consup IFFar n° 029/2019, a exemplo do que ocorre no IFRS, por meio da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas. Entende-se, assim, que ainda há um longo caminho a ser percorrido na questão da permanência, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas e tornar o transcurso acadêmico mais leve.

4.3.3 Necessidade de políticas públicas que acolham o esforço dos trabalhadores

Os resultados demonstraram que muitos alunos dos cursos superiores noturnos precisaram trabalhar durante o dia para conseguir se manter ou auxiliar na composição da

renda familiar, o que já foi discutido anteriormente na Subcategoria: “5.2.2.1 Dificuldades enfrentadas durante o percurso acadêmico”. Em diversos casos, antes de serem estudantes desses cursos, já eram trabalhadores tendo se mantido essa condição durante o itinerário acadêmico. Essa categoria emergiu, portanto, a partir da realidade observada nos discursos dos entrevistados dos cursos superiores, em que a dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho foi recorrentemente citada. A necessidade de existência de políticas públicas específicas para os estudantes trabalhadores se justifica para que permaneçam no curso até sua conclusão.

Nessa linha, a sugestão de valorizar a oportunidade de ter ingressado no IFFar foi expressa diversas vezes pelos entrevistados por meio do verbo “aproveitar”, no sentido de “dar valor” mas também na acepção de usufruir, desfrutar e se beneficiar com tudo isso, como pode ser percebido nas falas: “Que **aproveitem ao máximo**, que eu acho que o aluno tem que sugar o seu professor, sugar na questão de conhecimento” (E2, 2020, grifo nosso); **“Pra eles darem valor desde o começo pro curso**, porque tem gente que entra e eu percebo que não dão muita bola” (E6, 2020, grifo nosso); **“Aproveitar as oportunidades que o IFFar dá, ter conhecimento das oportunidades”** (E7, 2020, grifo nosso); **“Aproveitar as bolsas, as oportunidades, apresentar artigo nesses eventos que tem, eu acho que é muito importante pro currículo”** (E8, 2020, grifo nosso); “Uma coisa que é importante é que **aproveitem isso aí** [...] **tem que ir pra fazer acontecer, não tem que ir pra tirar vaga das pessoas, valorizar, porque isso foi uma luta muito grande pra conseguir. Valorizar e aproveitar o tempo, isso foi conquistado”** (E11, 2020, grifo nosso).

Outras declarações são relacionadas ao esforço por parte dos alunos quanto a terem foco no seu objetivo, correr atrás e não faltar às aulas para não ficar atrasado, ressaltando a questão da frequência, como sugere esta declaração: “Eu acho que **a frequência é muito importante, porque é no dia a dia que tu vai descobrindo coisas novas** e se tu não vai na aula, não frequenta, tu aprende uma coisa ali, depois quando tu vai de novo aí os colegas tão lá na frente e tu tá lá... tu fica atrasado, é uma coisa que eu acho que é geral, mas... e têm aulas práticas e **a gente perde muito mais quando falta, não é tanto a questão da presença, mas de tu adquirir conhecimento mesmo, sabe, saber como fazer a aula prática**” (E6, 2020, grifo nosso).

Manifestações como essas merecem aprofundamentos futuros. De um lado, explicitam o papel de políticas públicas para acolher o esforço dos trabalhadores, de outro, podem conter resquícios de meritocracia: estude que você conseguirá, não seja preguiçoso, se esforce, secundarizando as dificuldades e limites impostos aos trabalhadores. Talvez ainda esteja

presente a lógica individualista que diz mais ou menos o seguinte: se você se esforçar consegue. Tanto o conseguir quanto o fracasso são atribuídos ao esforço individual, ignorando que o individual pode ser insuficiente se não houver políticas públicas que acolham e potencializem esse esforço.

Scalon e Salata (2016) ponderam que estudos sobre percepção das desigualdades evidenciam que muitos acreditam que a distribuição de oportunidades e recursos deve se basear em critérios de estratificação meritocráticos, a exemplo de educação, qualificação ou inteligência, por meio da percepção de que os recursos seriam distribuídos de acordo com os méritos individuais.

A adoção de políticas de ações afirmativas no Brasil é visto, por muitos, como um privilégio, como afirma Moehlecke (2002):

> Aqueles que as percebem como um privilégio, atribuem-lhes um caráter inconstitucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em detrimento de outro e estariam em oposição à ideia de mérito individual, o que também contribuiria para a inferiorização do grupo supostamente beneficiado, pois este seria visto como incapaz de vencer por si mesmo.
> [...]
> Para os que as entendem como um direito, elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação. Não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia. Elas não seriam contrárias à idéia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir. Seria, nesse caso, a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam por suas qualidades e esforços ao invés de vencer mediante favores, redes de amizade, cor, etnia, sexo (MOEHLECKE, 2002, p. 210).

Nesse contexto, ao desconsiderar as políticas públicas que potencializam o esforço individual, é preciso entender que atingir os objetivos propostos pode se tornar mais difícil, ou seja, talvez sem a Política de Cotas o acesso não teria sido garantido. Assim como, durante o percurso acadêmico, apenas a dedicação pessoal poderá não ser suficiente em determinadas situações, para que os estudantes consigam concluir o curso com todas as dificuldades impostas pela dupla jornada de trabalho e estudo.

De outro lado, esta situação pode também estar sinalizando que os trabalhadores, quando acolhidos com uma política pública, não são preguiçosos, aceitam desafios e se dedicam ao máximo. De qualquer forma, a criação de políticas públicas para estes alunos, para os quais muitas vezes, não é possibilitada a dedicação exclusiva aos estudos, mostra-se essencial para garantir a sua permanência no curso e tornar a caminhada menos extenuante.

Em vista disso, essa categoria é importante considerando que se formou no Brasil, uma compreensão entre muitos daqueles que “ascenderam socialmente” de que isso foi

alcançado devido ao esforço, ao mérito individual, ignorando que, sem as políticas públicas, esse esforço individual, não negligenciável, teria sido insuficiente. Diante do exposto, acredita-se que é primordial que se pense em políticas públicas que atendam às necessidades dos estudantes que trabalham, para minimizar suas dificuldades e seus desafios.

4.3.4 Cotistas aceitos sem discriminação

Esta categoria se constituiu a partir das declarações dos participantes, que relataram não terem passado por situações indicativas de preconceito, considerando que todos declararam não terem sido discriminados por serem cotistas: “eu particularmente **nunca passei por isso**” (E2, 2020, grifo nosso); “**Nenhum** comentário” (E3, 2020, grifo nosso); “comentários, essas coisas, **não tive**” (E4, 2020, grifo nosso); “**nunca vi um comentário sobre isso**” (E5, 2020, grifo nosso); “**nunca senti discriminação nem comentário**, nada” (E6, 2020, grifo nosso); **“Não, nunca**, tinha colegas também que eram e nunca... a gente conversou que tinha entrado pelas cotas” (E8, 2020, grifo nosso); “**Não, nunca** me falaram nada” (E9, 2020, grifo nosso); “**Não, em momento algum**, nunca ninguém falou nada” (E10, 2020, grifo nosso); “**Não, nunca**” (E11, 2020, grifo nosso).

Na fala de E7 notou-se uma possível justificativa para não ter ocorrido essa discriminação: “**acredito que, por a gente estudar pra ser professor a gente já vem com isso desconstruído, a gente não vinha com esse preconceito, sabe, bem tranquilo, nunca aconteceu**” (E7, 2020, grifo nosso), sendo esta egressa do Curso de Licenciatura. Este apontamento vai ao encontro do que leciona Pacheco (2011), quando traz a questão da inclusão e da emancipação:

> Não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização (PACHECO, 2011, p. 10).

Das declarações acima, depreende-se, portanto, que não houve preconceito de forma direta com estes entrevistados, como também confirma a seguinte frase: “até às vezes **eu nem lembrava que eu era cotista** (E6, 2020, grifo nosso), o que revela uma realidade bastante positiva. No entanto, é preciso considerar que, assim como dispôs o Gráfico 6, que apresentou o total de participantes da pesquisa por tipo de cota, em que ficou demonstrado que a maioria dos participantes ingressou pela cota de Escola Pública, seguida de uma pequena parcela que

entrou por meio da cota EPR (Escola Pública Rural) e outra que é proveniente da cota Escola Pública – PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), não havendo nenhum participante da cota PcD (Pessoa com Deficiência), da mesma forma ocorreu nas entrevistas, sendo apenas um dos participantes proveniente da cota PPI e nenhum da cota de PcD, conforme disposto na Tabela 5:

Tabela 5: Número de entrevistados por tipo de cota[7]

COTA	Nº de entrevistados
EP>1,5 outros	4
EP≤1,5 outros	4
EPR	2
EP>1,5 PPI	1
EP≤1,5 PPI	0
PcD	0

Fonte: Elaboração da autora

Assim, dos cotistas participantes da pesquisa, um baixo número representa os grupos com tendência a sofrer mais preconceitos, os Pretos, Pardos e Indígenas, e nenhum representa as Pessoas com Deficiência. Isso se confirma na manifestação do E1, que ingressou pela cota Escola Pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos (EP>1,5 - outros), ao expor que já viu acontecer com outras pessoas e acredita, por isso, que a discriminação é com a pessoa, por ela ser deficiente, negra, parda ou indígena e não em razão de ela ser cotista, ou seja, é um problema social que não é de agora e não é em razão das cotas, como se percebe na sua fala: "**Não, comigo não aconteceu, mas eu já vi acontecer com outras pessoas**. Eu acho que **mais pela deficiência, mas na maioria das vezes é preconceito, negros, pardos e índios** também, é sempre assim, então **é um problema não com as cotas, e sim com as pessoas**, eu acho" (E1, 2020, grifo nosso).

[7] *Legenda:*
EP>1,5 outros: Cota Escola Pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos;
EP≤1,5 outros: Cota Escola Pública com renda familiar bruta inferior a 1,5 salários mínimos;
EPR: cota Escola Pública Rural;
EP>1,5 PPI: Cota Escola Pública - Pretos, Pardos e Indígenas, com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos;
EP≤1,5 PPI: Cota Escola Pública - Pretos, Pardos e Indígenas, com renda familiar bruta inferior a 1,5 salários mínimos;
PcD: Pessoa com Deficiência.

Diante do exposto, considera-se que, embora não tenha sido relatada nenhuma forma de discriminação entre os cotistas participantes das entrevistas, isso se deve, muito provavelmente à baixa representatividade de Pretos, Pardos e Indígenas - PPI, que totalizam apenas 10% em toda a pesquisa e nenhuma representatividade das Pessoas com Deficiência – PcD, que são historicamente os mais expostos a sofrer preconceitos. Desse modo, o presente estudo indica que pode haver um baixo índice de ingresso por meio das cotas PPI e PcD, sendo muitas destas cotas remanejadas para a cota Escola Pública ou para a ampla concorrência. Assim, depreende-se que é importante a realização de pesquisas que afiram esta situação, para esclarecer algumas questões como, por exemplo, descobrir qual o índice de ocupação e remanejamento das vagas disponíveis no edital para ingresso de cotistas PPI, e quantos destes cotistas são Pretos, Pardos e Indígenas. Qual o índice ocupado pelos cotistas PCD? Quais são as possíveis motivações para eventuais baixos índices de ocupação?

Diante disso, um motivador para os possíveis baixos índices de ingresso dos grupos PPI e PcD pode estar sendo o desconhecimento acerca das vagas reservadas no IFFar. Acredita-se, portanto, que há necessidade de maior divulgação da Política de Cotas nas regiões abrangidas pelos campus que compõem a instituição, a fim de beneficiar ainda mais o público para a qual a Lei de Cotas foi criada.

4.3.5 Formação pessoal/profissional

No que diz respeito aos planos futuros quanto ao mundo do trabalho, se pretendem continuar estudando para uma melhor qualificação e se a formação fará diferença na vida profissional, dois entrevistados que concluíram o Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFFar declararam estar, atualmente, em um curso superior na mesma área e acreditam que a formação no curso técnico vai repercutir de forma positiva profissionalmente, como pode ser observado nas falas: “Eu acho que **pra um trabalho, futuramente, o curso técnico é muito importante, muitas vezes as pessoas preferem contratar um técnico**, eu estou fazendo um curso superior, porque pra mim foi muito importante, pelo conhecimento que tu adquire, **isso vai te fazer um profissional muito melhor no futuro e agora como estou fazendo faculdade na mesma área, Agronomia**, ajuda muito, porque com o curso técnico tu já sai com uma base” (E1, 2020, grifo nosso); “**Eu to cursando Zootecnia Bacharelado no IFFar Campus Alegrete**. **Eu acho que o técnico faz diferença principalmente se tu vai seguir na área, porque tu já tem um conhecimento a mais.** Tem

pessoas que entram num curso de Zootecnia mesmo que não tem noção de nada praticamente, e quando tu vem com o técnico tu já sabe muita coisa [...] **eu pretendo trabalhar depois que sair da faculdade**" (E10, 2020, grifo nosso).

A oportunidade conferida pelo sistema de cotas a esses alunos, de realizar um curso técnico integrado em uma instituição federal de ensino, possibilitou que estes egressos do IFFar continuassem seus estudos, agora em um curso de graduação. Sendo assim, as ações afirmativas, para Piovesan (2005, p. 49), "cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social".

Para os demais entrevistados do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, realizar um curso superior é algo a ser concretizado mais pra frente, no futuro, como se percebe nas falas: "Eu pretendo trabalhar, juntar um dinheiro, e **quando eu tiver dinheiro pra pagar a faculdade** e ficar tranquila (E4, 2020, grifo nosso); "**Talvez ano que vem ou no outro eu procure fazer uma faculdade**, mas eu não tenho uma opinião formada de qual vou escolher ainda (E9, 2020, grifo nosso).

Nas respostas dos questionários, a maioria dos formandos desse curso técnico indicou que pretende fazer um curso superior após a conclusão, no entanto, observa-se nas entrevistas que isso nem sempre é possível, por razões alheias à vontade das pessoas. Acerca disso, Pacheco (2011) expõe que os IFs possuem a verticalização como princípio de organização dos componentes curriculares, permitindo a construção de itinerários de formação entre os cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação. Desse modo, dentro do próprio IFFar é possível, após a realização de um Curso Técnico Integrado, por exemplo, realizar uma graduação, o que foi relatado por E10, que posteriormente poderá ainda realizar uma pós-graduação dentro da instituição. O princípio da verticalização foi assim explicado por Pacheco (2011, p. 26):

> A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes. A possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização.

Um dos entrevistados, que concluiu o Curso Superior em Licenciatura no IFFar, ingressou diretamente no Mestrado da UFSM e tem como plano futuro fazer Doutorado e Pós-Doutorado para ser professor. Acredita que a graduação realizada no IFFar fará diferença na sua vida profissional, pois ressalta que a área de ensino do curso é bastante expressiva: "**Eu continuo os estudos, faço Mestrado na UFSM em Biodiversidade Animal**, mas eu nunca

me vi trabalhando, sempre me vi a vida toda estudando, **porque eu quero ser professora**. **E se a formação que eu tive no IFFar vai fazer diferença na minha vida profissional... eu acredito que sim**, quando a gente conversava com o pessoal da Superior em Licenciatura da UFSM, **a grande diferença que a gente tem é na área de ensino do curso, a nossa área de ensino tem muito mais disciplinas**, muito mais coisas, por exemplo, a gente tem 8 práticas pedagógicas, 1 por semestre, cada prática é um tema [...], então quanto a isso eu sinto uma enorme facilidade nessa área de ensino, me sinto tecnicamente bem preparada, e por isso até que eu pendi mais pro lado de fazer a pós na área específica, pra eu ter mais confiança. Além do Mestrado que estou fazendo, eu sempre me imaginei fazendo Doutorado, Pós Doutorado, pra depois só trabalhar, pretendo me dedicar a uma coisa de cada vez sabe" (E7, 2020, grifo nosso).

No relato de E3 observou-se que está trabalhando em outra área, estuda para concurso, e pensa em empreender: "agora eu trabalho numa loja de peças aqui na minha cidade e **em questão profissional futura**, daí eu já tenho alguns planos... mas não sei o que vai acontecer primeiro. A princípio, agora, **eu tô estudando para dois concursos** [...] mesmo passando no concurso, eu penso **empreender,** então eu acho que, como meu curso é voltado totalmente à gestão, [...] eu acho que ele vai ser muito útil sim" (E3, 2020, grifo nosso).

As falas de E5 e E6 também são no mesmo sentido, trabalham em outra área mas pretendem continuar os estudos: "Eu me formei em dezembro, aí **pra mim continuar estudando e fazendo mais alguns cursos pra fazer concurso público eu tinha que arrumar um emprego**... daí eu consegui, graças a Deus em janeiro, **eu to trabalhando agora numa loja** [...] **eu to vendo uma a distância (pós-graduação)** pra não ficar parada **e concurso público, porque eu penso que pra fazer um concurso tem que ter um curso a mais porque se for comparar o currículo tu acaba perdendo**" (E5, 2020, grifo nosso); "No momento, **eu tive que sair da minha cidade, porque não tem muita oportunidade de trabalho lá** [...] então, **eu consegui um trabalho de repositora num mercado grande, mas não desisti sabe, o meu planejamento é trabalhar, agora ainda não vou conseguir, mas eu pretendo ter dois empregos pra poder bancar meus cursos com concurso"** (E6, 2020, grifo nosso). E8 também continua trabalhando e pensa em fazer mestrado: "**Eu continuo trabalhando e eu quero fazer mestrado**, só que eu me formei esse ano daí eu quis parar um ano pra**... Eu acredito que sim, a minha formação vai fazer diferença, porque acredito que vou ter mais oportunidades"** (E8, 2020, grifo nosso).

Ao comparar os anseios desses egressos entrevistados com as expectativas indicadas nos questionários por todos os cotistas formandos participantes, em que a maioria informou

que pretende fazer uma pós-graduação (92%) e/ou trabalhar na área de formação (61%), observa-se nas entrevistas que, devido à conclusão do curso ter sido recente (considerando que o curso foi concluído em dezembro de 2019 e que as entrevistas foram realizadas em março e abril de 2020), os egressos ainda estão definindo o que pretendem fazer, se organizando para a próxima etapa. Constatou-se que há interesse da maioria em se qualificar mais e/ou realizar concurso público para posteriormente atuar na área de formação, no entanto, isso precisa ser conciliado com o trabalho atual, em outra área, que possibilitará a continuidade dos estudos.

Um dos egressos do Curso de Bacharelado mencionou que vai começar a trabalhar na área, pois abrirá sua própria empresa e considera que a realização do curso foi o grande motivador: "**O meu plano futuro eu to realizando, em questão de trabalho, eu to abrindo uma loja** então eu já estou realizando o que era um pensamento, assim, desde que eu entrei na faculdade. E, como eu falei lá no início da conversa, eu acho que **o curso superior, ele me abriu muito, assim, a minha cabeça sabe, em questão de pensar mais, de não deixar só no papel uma ideia que eu tinha"** (E2, 2020, grifo nosso). Sobre esse aspecto transformador da educação, Ciavatta (2005) pondera que:

> A educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda. Se, como é sobejamente conhecido, a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, ela é uma porta relevante para compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país (CIAVATTA, 2005, p. 17).

Houve também uma declaração de egresso do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, que pretende trabalhar na área e pondera que a formação será um diferencial: "**Atualmente eu to em busca de emprego, fiz entrevistas, em uma cooperativa na minha cidade** [...] daí to em busca, to largando currículos, vou tentar. **Acho que faz muita diferença, ainda mais porque eu gosto da área, então pra mim muda muita coisa**, quando vou pedir emprego [...] se a pessoa é formada com o técnico é melhor" (E4, 2020, grifo nosso). Acerca da importância da formação integrada, Ciavatta (2005) argumenta que a mesma não deve se reduzir a uma simples preparação para o mercado de trabalho, contudo, deve identificar as oportunidades ocupacionais:

> O primeiro pressuposto da formação integrada é um projeto social onde as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. Mas, se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do

> mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência, os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais não é um dado desprezível, pelo contrário, é parte do processo educativo (CIAVATTA, 2005, p. 14).

Na mesma esteira, Pacheco (2011) aduz que os IFs não têm por objetivo central formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, que pode ser um técnico, um escritor ou um filósofo, por exemplo. O autor acredita que a educação profissional habilita as pessoas para exercerem de forma crítica e autônoma sua profissão:

> A educação profissional não é meramente a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (PACHECO, 2012, p. 67).

Nessa linha, Gonçalves (2017), em sua pesquisa sobre a contribuição da Lei de Cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil, cujo objeto de estudo foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, concluiu que a realização do curso permitirá aos cotistas a evolução no seu nível de qualificação e acesso a melhores oportunidades profissionais, com a consequente elevação da remuneração.

Muitas declarações dos egressos salientaram o aspecto do crescimento pessoal que a formação no IFFar proporcionou, como: responsabilidade, ser mais humano, ter mais atenção com o próximo, amadurecimento, mudança da visão de mundo, dentre outros, como pode ser visualizado nos comentários: "**O que eu aprendi lá tem muito a ver com outras coisas que a gente aprende, não é o que é ensinado pelos professores, coisas que somente a vivência dá para gente, como responsabilidade e coisas desse tipo"** (E3, 2020, grifo nosso); "E **a pessoa muda totalmente, não só o saber**... professor tem que saber pra saber ensinar, **mas tu te colocar no lugar do outro... eu aprendi muito essa parte de ser mais humano de ter mais atenção com o próximo,** eu mudei bastante isso" (E5, 2020, grifo nosso); "**Com certeza eu mudei totalmente com o curso no IFFar, amadureci bem mais** e tem muitas coisas que a gente não sabe e lá vão mostrando pra gente, várias coisas que não são do nosso cotidiano" (E9, 2020, grifo nosso); **"A graduação com certeza... um curso superior é um divisor de águas,** tu ter feito um curso, e não ter ido só por ir, tu escreve melhor **é diferente a tua visão de mundo**, tu aproveitar muitos professores bons ali, com mestrado, doutorado que nos deram um aporte bem grande" (E11, 2020, grifo nosso).

Nesse sentido, a educação que qualifica para a leitura do mundo, citada por Miranda (2017) é aquela que faz com que os educandos compreendam o trabalho como princípio educativo e não algo a que devam se sujeitar. E assim, estes sujeitos estão capacitados com uma formação abrangente que abre infinitas possibilidades, como menciona Pacheco (2011):

> Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. Um profissionalizar-se mais amplo, que abra infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios esses válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas (PACHECO, 2011, p. 15).

Nas falas é possível vislumbrar a importância desses fatores que favorecem o crescimento humano. Sobre esses aspectos, Castamann e Rodrigues (2020, p. 308) expõem que "comumente conteúdos e estratégias de ensino são priorizadas em detrimento do fim da educação e do ensino que é promover todas as pessoas em todas as suas dimensões", quando se referem à formação integral do sujeito.

A aproximação entre a educação profissional e a formação integral dos sujeitos, com vistas à emancipação humana, de acordo com Pacheco (2012), tem como escopo contribuir com a capacidade de interação social pautada em responsabilidade ética diante de questões políticas, sociais, culturais e econômicas. Assim, o IFFar possui justamente como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica com foco na formação integral do cidadão (BRASIL, 2020)

Portanto, uma formação que promove o crescimento dos sujeitos, por meio de valores, conforme se percebe nas declarações dos entrevistados, é uma educação emancipadora, ou seja, estes egressos saem da instituição com a formação profissional e humana indispensável para atuar no mundo do trabalho com ética, responsabilidade e respeito à diversidade. Contudo, acredita-se que seja relevante o acompanhamento dos egressos cotistas na caminhada pós-conclusão de curso, para apoiá-los nas suas escolhas e na inserção no mundo do trabalho e/ou na continuidade da sua qualificação para acesso a melhores oportunidades.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), que possui como objetivo a formação em educação profissional e tecnológica, estabelece a necessidade de desenvolvimento de um Produto Educacional, de acordo com o que leciona o Art. 2º do seu Regulamento Geral.

Dessa forma, o Produto Educacional foi elaborado a partir da pesquisa intitulada "POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS", cujo objetivo central foi conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos formandos/egressos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

Esta pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas: Primeira Etapa - Análise Documental; Segunda Etapa - Aplicação do Questionários; Terceira Etapa – Realização de Entrevistas; Quarta Etapa: Desenvolvimento de um Produto Educacional. Importante salientar que os resultados da Terceira Etapa foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva – ATD, de acordo com Moraes e Galiazzi (2011) e Sousa e Galiazzi (2016). Esta análise dialogou com os referenciais teóricos utilizados para embasar a pesquisa, dentre os quais os principais foram os seguintes: Rocha (1996), Moehlecke (2002), Saviani (2003), Ciavatta (2005), Piovesan (2005), Zago (2006), Feres (2012), Pacheco (2011) e Pacheco (2012).

Diante disso, a partir dos resultados das etapas da pesquisa, foi elaborado um Produto Educacional denominado: **"**VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE COTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**?"**, no formato de um *site*, disponível no Repositório EduCAPES, acessível por meio do link: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585138. O produto teve por objetivo apresentar os principais resultados da pesquisa, divulgar a Política de Cotas, assim como a Política de Assistência Estudantil do IFFar, a fim de ampliar o diálogo com a comunidade local e regional e avançar em aspectos considerados frágeis. Dessa forma, os discentes que ingressaram pelo Sistema de Cotas, e todos aqueles que ainda desejam ingressar, poderão conhecer os benefícios que essas políticas oferecem e encaminhar dúvidas e sugestões.

5.1 Etapas para elaboração do produto

As Ações Afirmativas surgiram como forma de promover a igualdade material e efetiva prevista na Constituição Federal de 1988, como afirma Rocha (1996). Dentre elas, o Sistema de Cotas objetiva, de um lado, compensar a baixa qualidade do ensino público básico por meio das cotas sociais, e de outro, integrar o projeto de eliminar a desigualdade racial histórica, a longo prazo, por meio das cotas raciais, como expõe Duarte (2005). Isso possibilita o acesso a cursos em Instituições Federais de Ensino para aquelas pessoas que dificilmente conseguiriam sem a reserva de vagas.

No IFFar observou-se um percentual expressivo de vagas destinadas às cotas nos editais de ingresso analisados, entretanto, detectou-se uma representatividade abaixo do esperado para os grupos PPI e PcD entre os formandos cotistas participantes da pesquisa, considerando as vagas disponibilizadas para estas cotas. Acredita-se que isso possa ter ocorrido por diversos fatores, mas inicialmente, mostra-se relevante uma maior divulgação da Política de Cotas nas regiões abrangidas pelo IFFar, a fim de ampliar o conhecimento acerca da Lei de Cotas e seus benefícios.

No que concerne à permanência no curso, percebeu-se que foram enfrentadas diversas dificuldades pelos participantes durante sua caminhada acadêmica. Nesse sentido, entende-se que há necessidade de uma maior divulgação da Política de Assistência Estudantil, para que seus beneficiários tomem conhecimento da rede de apoio que existe no IFFar, e do indispensável acolhimento dos alunos logo que chegam na instituição, como forma de tornar o ambiente mais receptivo aos mesmos.

Nesse cenário, o *site* denominado: **“**VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE COTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**?”**, como já exposto, foi o Produto Educacional elaborado com o intuito de divulgar os principais resultados da pesquisa, assim como a Política de Cotas e a Política de Assistência Estudantil do IFFar, e servir como um canal de comunicação com os discentes, egressos cotistas e futuros ingressantes pelas cotas. A versão completa do produto está disponível no Apêndice G e no Repositório EduCAPES, acessível por meio do link http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585138.

5.2 Detalhamento da proposta

A proposta do *site* compõe-se das seguintes páginas: 1) “Apresentação”; 2) “Sobre a pesquisa”; 3) “Resultados”; 4) “Política de Cotas ”; 5) “Política de Assistência Estudantil”; 6) “Deixe suas sugestões/dúvidas”; 7) “Links Úteis”.

A página “Apresentação”, traz o objetivo da criação do *site* como Produto Educacional, assim como sua estrutura para navegação. Na segunda página “Sobre a pesquisa”, é exibido o título e objetivos, bem como o contexto da pesquisa; Na terceira seção denominada “Resultados”, são demonstrados os principais resultados e considerações/sugestões relacionadas aos mesmos; Na quarta página “Política de Cotas”, são trazidas informações sobre a Lei das Cotas e a Resolução que regulamenta a Política de Cotas do IFFar; Na quinta página: “Política de Assistência Estudantil” são apresentadas as linhas de ações da mesma, as quais possuem papel fundamental na permanência dos estudantes até o final do percurso acadêmico; Já na sexta página “Deixe suas sugestões/dúvidas”, o visitante é convidado a interagir com os pesquisadores, por meio de sugestões e dúvidas relacionadas às cotas; Por fim, na página “Links Úteis”, são disponibilizados endereços eletrônicos com informações relevantes para ampliar o conhecimento sobre a Reserva de Vagas, a Assistência Estudantil, as Ações Inclusivas e demais assuntos relacionados.

5.3 Avaliações do Produto

Após a criação do Produto Educacional, o link com o endereço do site (https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585138), foi encaminhado por e-mail, com uma breve explanação da pesquisa e do produto, com o intuito de convidar a comunidade interna e externa para interagir, dar sugestões e avaliar a proposta. Os e-mails foram enviados para acadêmicos e egressos dos cursos objeto da presente pesquisa, acadêmicos e agressos do Mestrado PROFEPT, servidores vinculados a setores do IFFar em que foram obtidos os dados. As avaliações recebidas estão no Anexo 2 e refletem a importância deste retorno, a fim de que fosse possível aperfeiçoar o site e atender os objetivos propostos. Além da avaliação da comunidade, o Produto Educacional foi avaliado pela mesma banca que avaliou a dissertação. Consideramos esta etapa de suma importância pois, o mesmo poderá ser utilizado pela instituição no sentido de qualificar a Política de Cotas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer o itinerário acadêmico e as perspectivas pós-conclusão de curso de formandos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), foi possível compreender o que significou esse ingresso e quais aspectos marcaram sua tragetória na instituição. A análise dessas dimensões possibilitou identificar quais aspectos (ações) contribuiram para a permanência até a conclusão do curso, quais dificuldades se apresentaram bem como suas formas de enfrentamento. Também permitiu conhecer suas expectativas quanto à inserção no mundo do trabalho e/ou continuidade da qualificação profissional.

A Análise Documental possibilitou observar que nos dois editais de ingresso das turmas objeto desta pesquisa a reserva de vagas destinada às cotas foi superior ao mínimo de 50% estabelecido pela Lei n° 12.711 de 2012 totalizando uma média 68% (sessenta e oito por cento), conforme demonstram os Gráficos 1 e 2. Nesse sentido, considera-se relevante o desenvolvimento de pesquisas que analisem e discutam os dados referentes ao remanejamento das vagas, a fim de apurar o índice de vagas reservadas que estão sendo efetivamente ocupadas no IFFar, de acordo com cada tipo de cota e quantas são remanejadas para a Ampla Concorrência.

Por meio da Análise Descritiva dos questionários, detectou-se que a maioria dos cotistas formandos ingressou pela cota de Escola Pública – outros, uma pequena parte por meio da cota EPR (Escola Pública Rural) e PPI (Pretos, Pardos e Indígenas), não havendo nenhum participante que tenha ingressado pela cota PcD (Pessoa com Deficiência). Isso apontou para uma representatividade abaixo do esperado para os grupos PPI e PcD entre os formandos cotistas, o que reforça a importância da realização de pesquisas que investiguem como estão sendo ocupadas as vagas disponíveis para estas cotas, se os índices de ocupação são baixos e/ou está havendo dificuldades de permanência destes alunos na instituição, para responder questões como: Qual o índice de vagas ocupado dentro de cada tipo de cota? Quantos destes cotistas são Pretos, quantos são Pardos e quantos são Indígenas? Qual o número de vagas remanejadas para a ampla concorrência?

Pelo exposto, infere-se que a possível baixa presença dos grupos PPI e PcD entre os formandos participantes da pesquisa, pode estar ocorrendo devido ao desconhecimento acerca das vagas reservadas para ingresso destes grupos, a não conclusão do curso no tempo esperado, ou ainda, à desistência destes ao longo do percurso acadêmico. Assim, defende-se, inicialmente, a necessidade de maior divulgação da Política de Cotas nas regiões abrangidas

pelo IFFar, a fim de que o público para a qual a Lei de Cotas foi criada, seja informado sobre os benefícios dessa Ação Afirmativa.

Embora não tenha sido o objetivo desta pesquisa, ao realizar uma comparação entre as vagas ofertadas nos editais analisados e o número de alunos que concluiu o curso dentro do prazo, constatou-se um baixo índice de concluintes nas turmas em geral, sem apontar quantos desses são cotistas, considerando que não há tais registros no sistema acadêmico entre os ingressantes de anos anteriores ao atual, apenas nas pastas físicas. Portanto, pesquisas voltadas à permanência e êxito também são essenciais para conhecimento deste quadro a fim de propor ações efetivas de acompanhamento dos alunos desde o ingresso e minimizar as situações de retenção e evasão dos mesmos. Também é salutar compreender se este índice de retenção e evasão é maior ou menor entre os alunos cotistas, a fim de sugerir ações focadas para estes grupos, caso necessário.

Entretanto, para que essas pesquisas sejam viáveis, recomenda-se que sejam inseridas, no sistema educacional do IFFar, todas as informações concernentes à forma de ingresso e demais dados dos alunos que já concluíram o curso, os egressos, referente às informações que constam em suas pastas físicas. As Coordenações de Registros Acadêmicos dos dois *campi*, objeto desta pesquisa, informaram que, atualmente, essas informações são inseridas no sistema logo que os discentes ingressam na instituição, o que é fundamental para identificar os ingressantes pelas cotas, no entanto, ainda há a necessidade de inserção dos dados que se encontram somente nas pastas físicas, a fim de, entre outras coisas, facilitar a realização de pesquisas nesta área quanto aos anos anteriores.

No que diz respeito às expectativas após a conclusão do curso, na análise dos questionários depreendeu-se que a maioria dos formandos cotistas dos cursos superiores declarou que pretende fazer uma pós-graduação, assim como os formandos cotistas do Curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio com o Ensino Médio, que manifestaram pretender ingressar em um curso superior. Isso evidencia que há interesse da maioria em buscar uma maior qualificação para de adentrar no mundo do trabalho ou, para aqueles que já estão trabalhando, conquistar melhores oportunidades.

A partir da Análise Textual Discursiva das entrevistas, chegou-se a diversos resultados. Inicialmente, pôde-se confirmar que o sistema de cotas deu oportunidade de acesso a uma Instituição Federal para muitos que não teriam essa possibilidade de outra forma, o que também foi comprovado em diversos estudos atuais analisados sobre o tema. Isso revela que a Lei n° 12.711/12, ao assegurar a diversidade e a pluralidade social por meio

da reserva de vagas em Instituições Federais de Ensino, contribui com a transformação da igualdade formal em igualdade material e efetiva.

O sentimento de satisfação e orgulho de ter realizado o curso em uma Instituição Federal foi percebido nas falas dos entrevistados no contexto de expressões como: “incrível”, “maravilhoso”, “sonho”, “oportunidade”, “viagens”, “conhecer pessoas”, “experiência bem legal”, “conviver com o outro”, “conhecimento”. Este cenário demonstrou que a passagem pelo IFFar deixou boas lembranças, por proporcionar conhecer novas pessoas, conviver com as diferenças e adquirir conhecimento, o que evidencia que a instituição possibilita crescimento pessoal e profissional, que faz parte de uma educação integral, que prepara para a vida.

Com relação ao aspecto da permanência no curso, muitos relataram terem enfrentado algum tipo de dificuldade no transcorrer do itinerário acadêmico, a exemplo de: conciliar trabalho com estudo, estar longe da família, se adaptar à nova realidade e à moradia estudantil e superar dificuldades relacionadas às disciplinas. Dessa forma, o que se observou é que se trata de um problema social complexo, tendo em vista que muitos jovens precisam trabalhar para se manterem ou para complementarem a renda familiar. Entretanto, os IFs têm justamente esse papel de transformar as realidades locais e regionais, assim como expõe Pacheco (2012), por meio de uma educação não adestradora que tem o trabalho como princípio educativo, possibilitando o acesso a melhores oportunidades no mundo do trabalho que está em constante transformação.

Através dos resultados, foi possível constatar a necessidade de um trabalho pedagógico diferenciado para os alunos provenientes das cotas, que precisam empreender mais esforço e dedicação para acompanhar os conteúdos, considerando que muitos possuem uma vida escolar marcada por lacunas, devido à falta de estrutura adequada para o desenvolvimento do aprendizado nas escolas de ensino básico, o que não está relacionado ao índice de rendimento escolar, já que estes discentes demonstraram ter índices iguais ou até mais elevados que os não cotistas nas pesquisas analisadas sobre o tema. É importante que essa questão seja considerada nos processos educativos a fim de refutar o senso comum generalizado que atribui uma excessiva importância aos pré-requisitos, à falta de “base” dos estudantes. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, e das demais analisadas, colaboram com a problematização da concepção propedêutica vigente na seara educacional.

No que concerne à persistência dos estudantes para permanecerem no curso, a maioria declarou que pensou em desistir em algum momento, por diversos motivos, contudo, o apoio da família e da instituição foi fundamental para a permanência. Nessa perspectiva, assim

como afirmou Miranda (2017), depreendeu-se que somente a positivação da obrigatoriedade da reserva de vagas não garante a materialização dessa ação afirmativa, tendo fundamental importância a Política de Assistência Estudantil em todo o itinerário acadêmico, desde a chegada na instituição. O acolhimento dos alunos, com atenção especial a este grupo, poderia ser realizado por meio de uma integração, uma roda de conversa, por exemplo, como sugeriu um dos entrevistados, em que os recém chegados se sentissem acolhidos, dividissem seus anseios e já pudessem conhecer um pouco da instituição, saber como funciona e onde procurar ajuda caso seja necessário.

Os auxílios financeiros fornecidos pelo IFFar (auxílio permanência, auxílio transporte, bolsas de pesquisa) e, os Programas Educacionais que integram as ações de formação inicial e continuada de professores, financiados pela CAPES (PIBID, Residência pedagógica) foram mencionados como sendo um grande incentivo e demonstraram ter um papel relevante na formação como um todo e na permanência no curso

Constatou-se, ainda, que o apoio dos professores foi fundamental para que a caminhada dos entrevistados fosse concluída com sucesso no IFFar. Isso foi enfatizado em diversas declarações, e, assim como Silva e Pereira (2009), acredita-se que os professores são essenciais para o desempenho dos alunos cotistas, considerando que, ao incentivarem e depositarem expectativas positivas nestes discentes, acabam promovendo uma formação mais humana, onde estes se sintam aceitos e acolhidos, e assim contribuir para a sua permanência na instituição.

Os resultados evidenciaram que é necessária uma interação cada vez maior com os alunos recém chegados, a fim de acolhê-los e orientá-los quanto aos benefícios a que têm direito. Esse acolhimento inicial poderia ser realizado por meio de uma roda de conversa, como sugeriu um dos entrevistados, o que os faria sentirem-se seguros e amparados, além de informá-los acerca da Política de Assistência Estudantil do IFFar e da instituição como um todo. Ademais, considera-se importante um acompanhamento desses jovens durante todo percurso na instituição, a fim de identificar possíveis situações que possam leva-los à desistência.

A ampliação do acesso às refeições foi sugerida em algumas declarações, o que acredita-se, ser de grande relevância considerando a realidade dos alunos que trabalham durante o dia e vão direto assistir às aulas à noite. No entanto, é necessário ponderar o que estabelece a Instrução Normativa n° 005/2019 do IFFar, ao dispor que cada refeitório é administrado pelo respectivo campus, cabendo à direção deste, em conjunto com suas equipes, discutir a viabilidade de ampliar o fornecimento de refeições.

Nessa linha, percebeu-se que a persistência para concluir está relacionada a diversos fatores, dentre eles o apoio da família e da instituição, em especial a preocupação dos professores com seus alunos, o acesso aos refeitórios e à moradia estudantil, os auxílios financeiros fornecidos e bolsas. Embora algumas questões careçam de aprofundamentos, as mesmas demonstram ser os principais motivadores para a permanência desses alunos, ingressantes pelas cotas, até o final do percurso acadêmico, o que confirma a importância das políticas de apoio à permanência para a democratização da educação, como destaca Zago (2006). No entanto, assim como apontam Dore e Lüscher (2011), novas pesquisas relacionadas ao tema da permanência e êxito dos discentes cotistas no âmbito da educação profissional são essenciais, para que se compreenda como se dá esse processo nessas instituições, considerando a diversidade de situações que podem levar à evasão.

A partir dos resultados, sugere-se a implantação de ações que visem o acompanhamento dos cotistas durante seu itinerário na instituição para incentivo à permanência e apoio acadêmico, assim como estabelece a Resolução Consup IFFar n° 029/2019, e como já ocorre no IFRS, onde, de acordo com AGNOL *et al* (2016), existe uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas. Entende-se, deste modo, que ainda há um longo caminho a ser percorrido na questão da permanência, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos discentes cotistas e tornar o transcurso acadêmico mais leve.

Na categoria que emergiu a partir da percepção de que há necessidade de criação de políticas públicas voltadas aos estudantes trabalhadores, considerando as dificuldades enfrentadas pela difícil jornada de quem trabalha e estuda de forma concomitante, através das declarações dos entrevistados: “estude que você conseguirá”, “não seja preguiçoso”, “se esforce”, observou-se evidências de uma lógica individualista, indicativas de meritocracia, já que estas expressões parecem atribuir o atingimento dos objetivos unicamente ao esforço pessoal, tendo em vista as limitações postas aos trabalhadores. No entanto, sabe-se que as políticas públicas potencializam o esforço individual, a fim de gerar uma igualdade material, tal como a Política de Cotas que possibilitou o acesso ao IFFar aos egressos entrevistados. Assim, o esforço individual pode não ser suficiente, durante o percurso acadêmico, para garantir a conclusão do curso, levando-se em conta todas as dificuldades da dupla jornada de trabalho e estudo.

Sob outra perspectiva, essas declarações dos egressos cotistas podem estar evidenciando que os trabalhadores, quando beneficiados com uma política pública, aproveitam a oportunidade e se sentem desafiados a não desperdiçá-la. Entretanto,

independente de qual foi o verdadeiro pano de fundo das declarações dos entrevistados, acredita-se que a criação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores que estudam, são de extrema relevância para possibilitar a permanência destes até o final do curso, sem tantas limitações.

No que concerne às possíveis situações de preconceito com os discentes cotistas, a partir das declarações, percebeu-se que isso não ocorreu entre os entrevistados. Todavia, como já exposto, os resultados evidenciaram, entre os cotistas participantes da pesquisa como um todo, pouca representatividade na cota PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) e nenhuma na PcD (Pessoa com Deficiência), que são historicamente os grupos mais suscetíveis a sofrerem preconceitos. Assim, como depreendeu-se em uma das falas, acredita-se que a discriminação é com a pessoa, por ela ser deficiente, negra, parda ou indígena e não em razão de ela ser cotista, ou seja, é um problema social que não surgiu com as cotas. Por conseguinte, a divulgação da Política de Cotas do IFFar mostra-se bastante relevante, a fim de tornar essa Ação Afirmativa mais efetiva.

Acerca da formação profissional, os resultados evidenciaram que a qualificação conferida pelo IFFar representa, para a maioria, um meio de acessar melhores oportunidades, a exemplo dos egressos do curso técnico integrado que já estão realizando uma graduação na mesma área, da egressa de curso superior que está realizando Mestrado na UFSM, daquela que abrirá sua própria empresa e dos demais que ainda buscam progredir com sua qualificação para atuar na área de formação.

Portanto, assim como Gonçalves (2017), acredita-se que a conclusão do curso no IFFar permitirá aos formados o ingresso no mundo do trabalho já com uma ótima qualificação, ou, para aqueles que já estão trabalhando, a possibilidade de ascender em suas vidas profissionais. Além disso, a continuidade dos estudos, com o objetivo de evoluir no nível de qualificação, também foi bastante citada, sendo inclusive o foco da verticalização nos IFs, que, de acordo com Pacheco (2011), permitem a construção de itinerários de formação dentro da própria instituição, por meio da qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação. Diante do exposto, percebe-se a importância da implementação de um acompanhamento dos egressos cotistas do IFFar, na caminhada pós-conclusão de curso, a fim de apoiá-los na inserção no mundo do trabalho e/ou na continuidade da sua qualificação.

Nos discursos também foi possível perceber a relevância dos fatores que favorecem o crescimento humano, tendo sido bastante salientada a perspectiva de crescimento pessoal que a formação no IFFar proporcionou, ao serem citados aspectos como responsabilidade, ser

mais humano, ter mais atenção com o próximo, amadurecimento, mudança da visão de mundo, dentre outros.

Cabe destacar a importância da democratização do acesso ao ensino de qualidade, ocorrida através da criação dos IFs, com a interiorização do ensino. Ou seja, as instituições chegaram às regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, em cidades pequenas, onde antes só haviam instituições particulares de ensino técnico e superior. Conjuntamente com essa iniciativa, a Política de Cotas possibilitou uma ampliação do acesso à uma educação de qualidade pelo fato de dar oportunidade para pessoas que talvez jamais teriam como se formar em uma Instituição Federal de Ensino.

Entretanto, diante do exposto nos resultados da presente pesquisa, acredita-se que a instituição tem o dever de olhar esses alunos oriundos do Sistema de Cotas com mais empatia, a fim acompanhá-los no transcurso acadêmico, dando toda a assistência e incentivo necessários. O olhar diferenciado necessita estar contemplado nas políticas de ensino, pesquisa e extensão (editais de pesquisa, extensão e inovação, formação continuada dos servidores, entre outros). Da mesma forma, após a conclusão do curso, continuar mantendo contato (política de acompanhamento dos egressos) para oferecer apoio a fim de que os mesmos se sintam seguros e amparados na tomada de decisões quanto ao seu futuro profissional, pois a caminhada pós formatura muitas vezes é árdua e solitária, e demanda muita persistência até a conquista do espaço almejado no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

AGNOL, Anderson Dall *et al*. A política e os núcleos de ações afirmativas. In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano**. Ações afirmativas: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva**. Rio de Janeiro: Flacso, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1i60KLJ5mJxvRpkDFmhXSsNf7_kchSffA/view>. Acesso em 04 mar. 2020.

ALKMIM, Miriam Rodrigues Guedes. **O perfil do aluno cotista negro do IFNMG Campus Januária no curso Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio ao ensino médio**. 2017. 154 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. Disponível em < http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1656>. Acesso em 20 jun. 2020.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso em: 04 nov. 2018.

AVILA, Mariangela Mattos. **O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José**. 2012. 122 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em < http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250867>. Acesso em 18 jul. 2019.

BAILER, Cyntia; Tomitch, Leda Maria Braga; D'Ely, Raquel Carolina Souza. **Planejamento como processo dinâmico: a importância do estudo piloto para uma pesquisa experimental em linguística aplicada.** Revista Intercâmbio, v. XXIV: 129-146, 2011. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759x. Disponível em < https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/10118>. Acesso em 24 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 06 nov. 2018.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 06 nov. 2018.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Edital IFFar nº 269/2016. Disponível em: < https://www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em 17 nov. 2019.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Missão, visão e valores. 14 abr 2016. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br>. Acesso em 14 mai 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Manual do estudante, 2020. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br>. Acesso em 20 ago. 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Pesquisa – Programas. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br>. Acesso em 18 ago. 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Resolução Consup nº 178/2014 - Aprova o Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes do IFFar. 2014. Disponível em: < https://www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em 12 ago. 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Resolução Consup n° 029/2019, de 07 de agosto de 2019 - Política de Ações Afirmativas do IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em 5 abr. 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Resolução Consup n° 032/2010, de 22 de dezembro de 2010 - Política de Ações Afirmativas do IFFar [Revogada]. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em 5 abr. 2020.

_____. **Ministério da Educação, Instituto Federal Farroupilha.** Sobre o IF Far. 27 mai 2015. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br>. Acesso em 11 nov. 2018.

_____. **Ministério da Educação, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Ações afirmativas. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas>. Acesso em 14 fev. 2020.

_____. **Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).** Programa de residência pedagógica. Disponível em: <https://capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em 18 ago. 2020.

_____. **Ministério da Educação.** Histórico da Educação Profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 31 out. 2019.

_____. **Ministério da Educação.** Pibid – Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em 18 ago. 2020.

_____. **Ministério da Educação.** Portaria Normativa nº 018/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em 18 ago. 2019.

_____. **Ministério da Educação.** Portaria Normativa nº 018/2012. Disponível em: < http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em 15 mai. 2020.

_____. **Ministério da Educação.** Sobre o sistema. Cálculo do número mínimo das vagas reservadas. Procedimento de aplicação da Lei nº 12.711/2012 sobre o ingresso nas instituições federais de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

CASTRO, Fabíula Gomes de. **Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Gurupi: reflexos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. 2016. 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2016.

CIAVATTA, Maria**. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**, 2005.

DANTAS, Maria José Pereira. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de nível médio: um estudo no IFPB - campus João Pessoa.** 2015. 192 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco). Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15608>. Acesso em 20 jun. 2020.

DIAS, Márcio Teodoro. **Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados**. 2014. 88f. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais). Disponível em < https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9RFP29> Acesso em 19 jun 2020.

DORE, Rosemary. LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. V.41 N.144 SET./DEZ. 2011. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 14 jun. 2020.

DUARTE, Nathalia de Ávila. **A experiência brasileira com ações afirmativas para negros: controvérsias, origens e resultados**. Revista Horizontes Antropológicos, v. 2, n. 23, p. 15-22, jan./jun. 2005. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/>. Acesso em 21 jun. 2020.

DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. Tese (Doutorado em Educação) – UFSM. Santa Maria, p. 223. 2018. Disponível em: < https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15000>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FARO, A.; SILVA, P.; MACHADO, A. O. **Como a sociedade os receberá? Preconceito e expectativas de inserção profissional de estudantes egressos do sistema de cotas.** Veredas Favip, Caruaru, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/328>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. **Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF**. Revista ACB, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em meio digital. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1194/pdf>. Acesso em 30 de maio de 2019

FERES JÚNIOR, João. **Ação afirmativa no Brasil**: a política pública entre os movimentos sociais e a opinião douta. In: SILVERIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EDUFSCar, 2009, p. 35-51.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ação Afirmativa, raça e racismo:** uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/a%C3%A7%C3%A3o-afirmativa-ra%C3%A7a-e-racismo.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.

FORNARI, Liamara Teresinha. **Emancipação Humana e educação: possibilidades e desafios para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Curitiba: Appris: 2018. Disponível em: < https://pt.scribd.com/book/405666197/Emancipacao-Humana-e-Educacao-Possibilidades-e-Desafios-para-os-Institutos-Federais-de-Educacao-Ciencia-e-Tecnologia>. Acesso em 08 mai.2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores.** In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 23, nº 1, p. 183-184, 2014. Disponível em meio digital. <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018.> Acesso em 30 de maio de 2019

GARCEZ, Cadiani Lanes (org) *et al*. **IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória**. Santa Maria/RS: IFFar – Instituto Federal Farroupilha, 2018. Disponível em < https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/15601-iffar-lan%C3%A7a-livro-sobre-os-10-anos-da-institui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 22 mai. 2020.

GERALDO, Aparecida das Graças. **Os egressos do PROUNI e cotas no mercado de trabalho: uma inclusão possível?** Dissertação (Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_faa58229c9bd38e609d66852bd61d81c/Details#description>. Acesso em 17 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Fernando Francisco. **O contributo da lei de cotas na redução das desigualdades sociais no Brasil**. Dissertação (Mestrado), Instituto Politécnico do Porto/Portugal, 2017. Disponível em <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10929/1/fernando_gon%c3%a7alves_MEI_2017.pdf>. Acesso em 22 jun. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica** / - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Davi Avelino; BRASIL, Juliana Ventura. **A política de ação afirmativa e o instituto federal de educação, ciência e tecnologia do amazonas (IFAM).** Revista Transversos, n. 08, p. 99-112, 2016, Rio de Janeiro. Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/viewFile/26534/19185> Acesso em: 14 nov. 2018.

MAIA, Moisés Estácio Fernandes. **A eficácia da política de cotas na UFBA: uma análise dos egressos no mercado de trabalho formal.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26185/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Mois%c3%a9s%20Est%c3%a1cio%20Fernandes%20Maia.pdf> Acesso em 18 jul. 2019.

MEDEIROS, Bruna de Assunção *et al.* **Inclusão e Diversidade no IF Farroupilha**: repensando um trajeto institucional. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; MEDEIROS, Bruna de Assunção (orgs.). **Inclusão e Diversidade:** repensando saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MICHELAN, Luciano Sergio *et al*. **Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior: possibilidades e potencialidades.** Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: 2009. Disponível em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/36720>. Acesso em 15 jul. 2019.

MIRANDA, Emmanuella Aparecida. **A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais**: análise do acesso e da permanência. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2ª ed. rev. 224 p. 2011.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

NASCIMENTO, Wagner Lemes. **O vestibular nunca acaba pra nós: trajetória acadêmica e inserção profissional de diplomados da UFRGS beneficiados pela política de cotas**. Dissertação (Mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184663>. Acesso em 16 jul. 2019.

NETO, Orestes Trevisol. **Métodos e Técnicas de Pesquisa.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325857576_Metodos_e_Tecnicas_de_Pesquisa. Acesso em 13 nov 2018.

PACHECO, Eliezer (Org.). Institutos Federais uma revolução na Educação Profissional E Tecnológica. Brasília, São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: < https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em 15 out. 2018.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio:** proposta de diretrizes curriculares nacionais. Brasília, São Paulo: Moderna, 2012. Disponível

em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf>. Acesso em 16 out. 2018.

PEREIRA, M. E., SILVA, J. F. da. **Ameaça dos estereótipos no desempenho intelectual de estudantes universitários cotistas: avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: < http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-11.pdf > Acesso em: 28 set. 2016.

PIERONI, Aline Rosa. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Salto**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2016.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: < http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em 13 nov 2018.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direto à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

RESINA, Natália Gomes Pereira. **Universidade ou mercado de trabalho? Uma análise das escolhas de estudantes que frequentam o ensino médio integrado à educação profissional no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2019. Disponível em < https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/41335/1/ulfpie053501_tm.pdf >. Acesso em 22 jun. 2020.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **A Ação Afirmativa – O Conteúdo Democrático do Princípio da igualdade Jurídica.** Revista de Informação Legislativa. Brasília, a. 33, n. 131, jul./set., p. 283-295, 1996. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176462/000512670.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.Acesso em 10 abr. 2020.

SAMPAIO, R.F, MANCINI, M.C**. Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia para Síntese Criteriosa da Evidência Científica**. Rev. Bras. Fisioter. São Carlos, v.11, n.1, p 83-89, jan/fev. 2007. Disponível em meio digital. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013> Acesso em 01 de junho de 2019

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da Politecnia.** Revista Trabalho, educação e saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. Disponível em< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 20 mai. 2020.

SCALON, Celi; SALATA, André. Desigualdades, estratificação e justiça social. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 179-188, ago. 2016. ISSN 1984-7289. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24479>. Acesso em: 08 jul. 2020. doi:http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.24479.

SILVA, Joice Ferreira da. PEREIRA, Marcos Emanoel. **Ameaça dos estereótipos no desempenho intelectual de estudantes universitários cotistas**. In: LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, MV., orgs. Avaliação educacional: desatando e reatando nós [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. Disponível em: < http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-11.pdf>. Acesso em 18 ago. 2020.

SILVEIRA, Andreia Cardoso. **Expectativas, estratégias e alcances de inserção profissional dos estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal da Bahia (UFBA).** 226 f. il. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-Brasil. Disponível em < https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24873> Acesso em 11 jul. 2019.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. As Ações Afirmativas no IFRS. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; MEDEIROS, Bruna de Assunção (orgs.). **Inclusão e Diversidade:** repensando saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SOUSA, R. S.; GALIAZZI, M. C.; SCHMIDT, E. B. **Interpretações Fenomenológicas e Hermenêuticas a partir da Análise Textual Discursiva:** a Compreensão em Pesquisas na Educação em Ciências. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 311-333, dez. 2016. Disponível em <https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/39/44>. Acesso em 31 mai. 2020.

TREVISOL, Joviles Vitório; NIEROTKA, Rosileia Lucia. **"Lei das cotas" e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro.** Revista Quaestio, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 573-593, nov. 2015. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/download/2406/2080/>. Acesso em 15 nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WANDROSKI, Silvana Francescon; COLEN, Fernanda Ruschel Cremonese. **As Ações Afirmativas para Ingresso de Estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.** Revista O Social em Questão. Ano XVII, n. 32, 2014, Rio de Janeiro: PUC-RIO. Departamento de Serviço Social, 1997-2014. Disponível em:< http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_8_Wandrosky_Colen_WEB.pdf> Acesso em 14 nov 2018.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, Rio de janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, jan./maio/ago. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>. Acesso em 21 jun. 2020.

ZANETTE, Marcos Suel. **Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil.** *Educ. rev.* [*on-line*]. 2017, n.65, pp.149-166. ISSN 0104-4060. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000300149&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 nov. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Curso:

Câmpus:

Nome:

Idade:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Ano de ingresso no curso:

Ano previsto para conclusão do curso:

1. O que motivou você a ingressar no Instituto Federal Farroupilha?
2. Você enfrentou dificuldades para permanecer no curso? Comente.
3. Para a permanência no curso, você recebeu/recebe algum tipo de auxílio financeiro?

( ) Sim ( ) Não

Qual?
( ) Bolsa auxílio do IFFar
( ) Ajuda da família
( ) Outros. Quais?

4. Você teve incentivo por parte da instituição em seus estudos (gestores, professores e técnicos em educação)? ( ) Sim ( ) Não. Relate algo que considera importante na sua trajetória.

5. Quais suas expectativas após a conclusão do curso:

( ) Trabalhar na área da formação do curso.
( ) Trabalhar em qualquer área.
( ) Fazer uma Pós-Graduação
( ) Outras expectativas. Quais?

Caso tenha ingressado no IFFar pelo SISTEMA DE COTAS:

6. Você ingressou por meio de qual tipo de cota?

Cursos superiores:

( ) Para candidatos com renda familiar bruta per capita **igual ou inferior** a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n° 12.711/2012).
( ) Para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita **igual ou inferior** a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n° 12.711/2012).
( ) Para candidatos que, **independentemente da renda** (art. 14, II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n° 12.711/2012).
( ) Para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, **independentemente da renda** (art. 14, II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei n° 12.711/2012).
( ) Para candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública **rural.**
( ) Para Pessoas com Deficiência (PcD);

Curso Técnico Integrado:

( ) Para Pessoas com Deficiência (PcD);
( ) Para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (EP≤1,5);
( ) Para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas - (EP≤1,5 PPI);
( ) Para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (EP>1,5);
( ) Para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental em Escola Pública, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas - (EP>1,5PPI)

7. O que significou para você a possibilidade de ingressar pelo Sistema de Cotas? Isso trouxe mudanças para sua vida? Comente.

8. Você sentiu alguma indiferença ou comentários referentes ao “ser cotista” por parte dos colegas ou comunidade escolar? Comente

9. Você destacaria a necessidade de melhorias da política de permanência dos alunos cotistas? Deixe sugestões.

10. Gostaria de compartilhar sua trajetória e suas perspectivas futuras em relação à profissão/estudo? ( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, qual é a melhor forma de compartilhar essas informações:

( )Blog ( ) Grupo de Facebook ( ) Grupo do Telegram

( ) Grupo de Whatsapp ( ) Documentário ( ) Outro. Qual?

11. De que forma poderemos entrar em contato? Deixe aqui o(s) contato(s) de preferência:

Agradecemos a sua participação!

APÊNDICE B – TCLE MAIORES DE 18 ANOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado, intitulada **"POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS"**, realizada por **Mirian Marciane Barth,** aluna do Mestrado Profissional (PROFEPT) do Instituto Federal Farroupilha com orientação da Professora Doutora Neiva Maria Frizon Auler, tendo por objetivo conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos formandos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha.

O estudo adota metodologia qualitativa, baseada em questionários e entrevistas, sendo que estas serão agendadas previamente em horários e locais conforme a sua disponibilidade. Estima-se a realização de um encontro com uma hora de duração. A entrevista será realizada pela pesquisadora Mirian Marciane Barth que fará a gravação da mesma, para ser futuramente transcrita e analisada. Ao final do trabalho de análise, as conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos colaboradores e publicizadas.

Quanto aos riscos, esse procedimento de pesquisa poderá, eventualmente, ocasionar danos à dimensão psíquica por serem revividas situações e memórias transcorridas durante a formação. No entanto, caso isso ocorra, serão tomadas medidas para minimizar os danos ocasionados através da assistência de uma equipe de apoio do IFFar, que conta com psicólogos, profissionais da saúde e da área pedagógica. Além disso, o participante poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, inclusive durante a aplicação do questionário ou realização da entrevista, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. A identidade do entrevistado será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.

A colaboração nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não, é exclusiva do participante que a qualquer momento poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa.

Os benefícios e vantagens em participar dessa pesquisa estão na possibilidade da avaliação e melhoria do sistema de cotas que poderá resultar na inclusão de outros jovens em situação de desvantagem social e étnica nos espaços acadêmicos, bem como a melhoria da formação ofertada.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Informamos que não estão previstos gastos por parte do participante (aluno), pois a atividade acontecerá durante o período das aulas e todo o material será fornecido pelos pesquisadores.

Caso o participante tenha gastos para participação na pesquisa, terá direito ao ressarcimento do valor e os mesmos serão assumidos pelos pesquisadores. Além disso, o participante poderá requerer indenização se sofrer eventual dano decorrente da pesquisa.

Ademais, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do IFFar, garantindo assim as exigências éticas. Informações adicionais podem ser obtidas com a pesquisadora.

Por fim, solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados com o objetivo de produzir artigos técnicos e científicos. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Mirian Marciane Barth

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha - Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria - Rio Grande do Sul. Telefone: (55) 3218-9800 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____Local: _____

Data: ____/____/____ .

APÊNDICE C – TCLE MENORES DE 18 ANOS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de Mestrado intitulada **"POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS"**, realizada por **Mirian Marciane Barth,** aluna do Mestrado Profissional (PROFEPT) do Instituto Federal Farroupilha com orientação da Professora Doutora Neiva Maria Frizon Auler.

1. O objetivo da pesquisa é conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos formandos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha.
2. Os benefícios e vantagens estão na possibilidade da avaliação e melhoria do sistema de cotas que poderá resultar na inclusão de outros jovens em situação de desvantagem social e étnica nos espaços acadêmicos, bem como a melhoria da formação ofertada.
3. A participação é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva sua. Em qualquer momento você poderá solicitar informações sobre a pesquisa. Também poderá retirar seu assentimento ou interromper a participação, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.
4. A identidade do entrevistado será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.
5. Na apresentação pública dos dados, você terá acesso aos resultados. Sua identidade não será revelada. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo das informações.
6. Sobre os riscos em participar dessa pesquisa, poderão ocorrer danos à dimensão psíquica por serem lembradas situações ocorridas durante a formação que causam desconforto, tristeza ou stress, mas se isso acontecer, haverá uma equipe de apoio do Campus para lhe ouvir e acolher (psicólogos, equipe da saúde e apoio pedagógico).
7. A atividade não acarretará gastos pois acontecerá durante o período das aulas e todo o material será fornecido pelos pesquisadores.

8. Caso você tenha gastos para participar da pesquisa, terá direito ao ressarcimento do valor e os mesmos serão assumidos pelos pesquisadores. Além disso, poderá requerer indenização se sofrer eventual dano decorrente da pesquisa.
9. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética do IFFar, garantindo assim, as exigências éticas.
10. Informações adicionais poderão ser obtidas com a pesquisadora Mirian Marciane Barth.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pela pesquisadora principal e será assinado em duas vias, uma ficará com você e a outra com pesquisadora principal, Mirian Marciane Barth.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____Local: _____

Data: ____/____/____ .

APÊNDICE D – TCLE RESPONSÁVEIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Responsável/Representante Legal:

Gostaríamos de obter o seu consentimento para o menor _____, participar como voluntário da pesquisa intitulada **"POLÍTICA DE COTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE OS EGRESSOS"**, que se refere a um projeto de pesquisa do Mestrado Profissional (PROFEPT) do Instituto Federal Farroupilha, realizada por Mirian Marciane Barth, com orientação da Professora Doutora Neiva Maria Frizon Auler.

1. O objetivo da pesquisa é conhecer a trajetória acadêmica e as expectativas dos alunos formandos que ingressaram pelo Sistema de Cotas no Instituto Federal Farroupilha.
2. Os benefícios e vantagens estão na possibilidade da avaliação e melhoria do sistema de cotas que poderá resultar na inclusão de outros jovens em situação de desvantagem social e étnica nos espaços acadêmicos, bem como a melhoria da formação ofertada.
3. A colaboração nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não é exclusiva do participante que a qualquer momento poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa.
4. A identidade do entrevistado será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.
5. Na apresentação pública dos dados, o participante terá acesso aos resultados. A identidade do entrevistado não será revelada. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo das informações.
6. Quanto aos riscos, esse procedimento de pesquisa poderá, eventualmente, ocasionar danos à dimensão psíquica por serem revividas situações e memórias transcorridas durante a formação. No entanto, caso isso ocorra, serão tomadas medidas para minimizar os danos ocasionados através da assistência de uma equipe de apoio do IFFar, que conta com psicólogos, profissionais da saúde e da área pedagógica.
7. A atividade não acarretará gastos pois acontecerá durante o período das aulas e todo o material será fornecido pelos pesquisadores.

8. Caso ocorram gastos para participar da pesquisa, haverá direito ao ressarcimento do valor e os mesmos serão assumidos pelos pesquisadores. Além disso, o participante poderá requerer indenização se sofrer eventual dano decorrente da pesquisa.

9. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética do IFFar, garantindo assim, as exigências éticas.

Desde já, agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição para maiores informações. Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com pesquisador principal.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Mirian Marciane Barth
ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha - Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores - CEP 97050-685 - Santa Maria - Rio Grande do Sul. Telefone: (55) 3218-9800 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu,_____(nome do responsável ou representante legal), portador do RG nº:_____, confirmo que Mirian Marciane Barth explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ (nome do participante da pesquisa menor de idade) também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

Local e data:_____,____ de _____ de 20____ .

_____
(Assinatura responsável ou representante legal)

Eu, Mirian Marciane Barth, obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

_____
Mirian Marciane Barth

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1 – Objetivo: Compreender o que significou o ingresso pelo Sistema de Cotas.

1.1 Você conhece a política/sistema de cotas do IFFAR? Como ficou sabendo das cotas?
1.2 Você acredita que o sistema de cotas, que permitiu seu ingresso no IFFar, trouxe ou trará mudanças para sua vida?
1.3 E quanto à política de cotas em sentido amplo, você considera ser importante? Por que?

PARTE 2 - Objetivo: Conhecer aspectos importantes da trajetória acadêmica.

2.1 Quais aspectos foram relevantes durante sua trajetória?
2.2 Você enfrentou dificuldades? Precisou conciliar trabalho com estudo?
2.3 Em algum momento percebeu alguma situação ou comentário sobre você ser um aluno cotista dos colegas ou professores?

PARTE 3 - Objetivo: Identificar questões relevantes que contribuíram para a permanência no curso.

3.1 Pensou em desistir do curso? Por que? O que fez você não desistir?
3.2 Você conhece a Política de Permanência do IFFar?
3.3 Você tem sugestões para melhoria dessa questão no IFFar?

PARTE 4 - Objetivo: Elencar as expectativas dos alunos após a conclusão do curso.

4.1 Quais seus planos futuros quanto ao mundo do trabalho, você pensa em trabalhar na área? Vai continuar se qualificando? Acredita que essa formação fará diferença na sua vida profissional?
4.2 O que você recomendaria aos colegas que estão ingressando no IFFar pelo sistema de cotas?

APÊNDICE F – NÚCLEOS DE SENTIDO

NÚCLEOS DE SENTIDO
1.1 Você conhece a política/ sistema de cotas do IFFAR? Como ficou sabendo das cotas? **Eu não conheço a política profundamente, eu só fiquei sabendo dela como funciona na hora de fazer a minha inscrição pelo SISU**, daí que eu fui ter conhecimento que tinha vagas então por cotas. **Mas lá dentro do IFFar não é... não é comentado, não é conversado**, a gente só sabe mesmo na hora da inscrição. **Eu não me lembro...** Eu conheçi na hora de fazer, concorrer ali pelo Sisu, acho que é o Enem, depois a gente já se inscreve, daí opta pela cota e aguarda. Tinha a opção lá de como eu gostaria de ingressar, daí como tinha opção de salário, ali, tudo... e eu me encaixava. Então... **fiquei sabendo das cotas quando fiz inscrição, pela nota do Enem.** Então, essa questão das cotas, eu fiquei sabendo, e acho que meus colegas também, **quando a gente se inscreve no Sisu** pra entrar no IFFar tem a questão das cotas. **No dia da inscrição, o pessoal da secretaria que me atendeu eles me explicaram melhor as cotas**, mas até então eu nunca soube quem dos meus colegas entrou pelas cotas e acho que eles também não sabiam se eu tinha entrado pelas cotas ou não. **Eu acho que essa questão de quem entra pelas cotas no IFFar é bem sigilosa até.** **Eu soube através de uma amiga,** que ela tinha ingressado, daí eu soube por ela da cota, **mas eu não conhecia**, não tinha informação sobre nada. Olha, na verdade eu pedi ajuda pro meu pai pra fazer a inscrição e pra minha madrasta **e a gente não sabia muito bem como fazer**, daí foi mais por escolha mesmo, que eu me lembre acho que eu coloquei do salário... **Eu vi as informações no site na hora da inscrição.** Eu ingressei pela cota de escola pública rural e daí... **a política do IFFar eu não conheço muito bem,** mas... eu acho que sim, pra muitas pessoas isso é uma vantagem, porque a gente sabe que nem todo mundo tem acesso a um estudo de boa qualidade [...] **mas isso não acaba desmerecendo uma pesso**a. **As cotas foi na hora da inscrição que a gente viu**. Eu sempre fiz todo meu ensino fundamental pra fora. Foi através **de uma colega minha de trabalho,** ela entrou no mesmo ano que eu, ela me falou das cotas daí eu acabei optando por fazer daí. Na hora da inscrição, **no próprio site**, eu fiz a escolha da cota, faz muito tempo eu não me lembro bem dos detalhes, foi anterior ao processo.
1.2 Você acredita que o sistema de cotas, que permitiu seu ingresso no IFFar, trouxe ou trará mudanças para sua vida? **Sim com certeza! Porque o instituto oferece um ensino muito bom** e como as pessoas tem mais facilidade de acesso a ele devido ao sistema de cotas, eu acho que é bem importante. **Sim ele me permitiu,** porque eu saí de **uma escola pública**, do interior da cidade e foi algo que eu sempre almejei, eu queria conquistar algo maior, então o meu objetivo era ir para uma escola onde eu não precisasse pagar e principalmente, tendo essa **oportunidade de ter o estudo federal**, tão perto da minha cidade, **isso já foi uma porta mais que se abriu, assim**, tipo... de ingressar no Instituto. E as cotas, em decorrência disso, me ajudaram bastante**. Ele significou bastante mudança para minha vida porque hoje, como formada eu tenho uma visão diferente das coisas de quando eu saí do ensino médio de uma escola pública, e fui para uma federal... eu tive noção da dimensão da onde eu estava estudando por ser um campus, por ter várias novidades**, por ter várias coisas novas, por ter professores qualificados, doutores, então isso já foi uma mudança na minha vida mesmo, sabe... então... outra coisa, quando entrei no Instituto Federal e hoje como formada, foi muito importante [...]. E nesse ano, eu também 'to' realizando um sonho meu que é do novo empreendimento, e querendo ou não, as cotas me proporcionaram o ingresso no Instituto Federal, onde que, esse Instituto Federal, que abraçou também o curso me trouxe também essa ideia de abrir um novo empreendimento, de crescer profissionalmente.

Na época, como o ensino médio em escola pública é muito fraco, eu não tirei uma nota muito interessante no Enem, então muito possivelmente, **se não fosse pela cota eu não teria conseguido entrar.**

Eu tentei de tudo pra entrar no IFFar, mas se não eu estudaria em outra escola pública na minha cidade.

Ah com certeza! Acredito que se não fosse pelas cotas eu não teria entrado porque ali conta muito a renda da pessoa. Eu sempre quis fazer uma graduação, porém eu nunca tive dinheiro pra me manter em outra cidade. Então ali pelas cotas, sabendo a tua realidade de vida, eu acho que facilita muito porque depois lá dentro tu consegue bolsas referente a... como tu entrou... porque tu preenche um monte de papel e no início eles te perguntam como foi a tua forma de ingresso na instituição, e daí te ajudam com bolsa de vale transporte, **vale permanência**... Teve uma época que eu **fiquei desempregada me a**uxiliou bastante pra continuar pelo menos pra ter as passagens todo mês pra ir, que era o principal, aqui no IFFar é o acesso que importa pra nós...

Sim, trouxe sim, porque se fosse concorrer pelo geral talvez eu não tivesse ingressado, então... a partir disso eu consegui entrar numa faculdade, fazer um curso legal, conhecer bastante coisa e tive outras **oportunidades de bolsa dentro do IFFar** também, porque o IFFar oferece bastante oportunidades... é só a gente querer, a gente querendo...

Olha, eu não sei se eu teria conseguido entrar sem as cotas, poderia ter entrado, mas não sei. Tecnicamente, **sim com certeza me oportunizou entrar na graduação e consegui concluir**. E depois disso, eu ia dizer conseguir um emprego... mas todo mundo tá meio com dificuldade. **Me possibilita a pós, me especializar, continuar estudando, esse é meu sonho**, sempre quis isso.

Eu acredito que sim, porque... como eu estudava em Escola Rural, não tinha tanta informação, os professores não eram bem qualificados pra mim ter um bom estudo, **então se não fosse o Sistema de Cotas talvez eu não conseguisse** uma nota boa pra ingressar no IFFar, **não tivesse essa oportunidade.**

Acho que não. No meu ver acho que não, mas ele foi benéfico, porque...no caso pra mim, eu não vou seguir essa profissão digamos nessa área, mas foi benéfico pelo fato de ter o técnico. O curso pra mim foi a melhor escolha na cidade, porque as outras escolas acho que não tem toda a educação e tudo o que eles oferecem ali. Então, sim, acho que acrescenta bem mais.

Eu acho que...tipo assim... eu concorri pelas cotas **mas eu talvez conseguisse entrar pela ampla concorrência, mas eu acho que sim, a cota é bem vantajosa. O curso em si fez muita diferença na minha vida, porque é outra visão de mundo**, porque depende da escola que tu estuda, tu não sai de lá preparado pra entrar na faculdade ou até mesmo pra fazer o Enem.

Acredito sim, já faz a diferença pra mim, hoje já ter feito o curso**... se não fossem as cotas eu não teria ingressado**, então, já faz a diferença pra mim, já melhorou pra mim até dentro do meu trabalho, tenho mais vantagens por ter feito o curso.

1.3 E quanto à política de cotas em sentido amplo, você considera ser importante? Porque?

Eu acho que é muito importante, porque, como tem pessoas com deficiência é muito necessário, até porque, muitas vezes elas têm dificuldade de aprendizado, eu já vivenciei isso lá no IFFar, então eu acho muito importante. **Também a cota racial, devido às pessoas não terem tantas condições assim, e também a cota por escola pública, por que muitas vezes o aluno de escola pública não tem os mesmos ensinamentos que o aluno de escola particular, por isso acho muito importante o sistema de cotas e que ele continue.**

Eu considero importante, mas nesse meio termo eu acho que o sistema... ele tem um sistema falho, porque na questão das cotas, ele teria que ser mais criterioso no sentido que fosse mais avaliado a questão das cotas, as questão de cada novo aluno, se é o correto dele ingressar naquela cota, se ele está designado mesmo àquela cota, entendeu, tipo, eu acredito que muito disso acontece, muita gente tipo bem de vida, assim... que já trabalha e tal, entra por uma cota de menos de um salário mínimo. Eu acho que, no meu ponto de vista, ele é importante, o sistema de cotas, **mas eu acho que ele tem um sistema falho em questão dessa avaliação que ele faz.**

Logicamente **eu considero ela muito importante,** por causa que, eu não tenho certeza se eu teria conseguido

entrar no IFFar se não fosse através dessa cota, e no geral, eu acredito que é muito importante pro cenário, por causa que **não é todo mundo que tá competindo, digamos assim, na mesma condição.** Então eu acho que pra mim foi muito importante e no geral eu acho muito importante também.

Pra mim **entrar pela cota foi muito importante, me ajudou bastante** a entrada pela cota e eu acho que ajuda muitos alunos que entram no IFFar...

Eu acho que sim, por causa que não foi só eu que entrei por cotas... nunca perguntei pros meus colegas em sala de aula, para todos, como que foi, se entraram por cotas ou não... mas **os meus amigos próximos que a gente conversava, foi por cotas, a maioria,** sabe, se eu tenho dez amigos numa sala de aula, vamos dizer que sete foram por cotas...de algum tipo de renda que tinha para poder ter **acesso**. É muito vantajoso ter essa parte na instituição, apesar de ela ser pública, que tu não paga nada, eles saberem que tu entrou por cotas e ter esse auxílio, isso te ajuda muito.

Eu considero que seja **importante**, porque eu usei ela, acho que **cria uma igualdade entre as pessoas,** porque se for pelo modo geral, ampla concorrência, **as vezes as pessoas tem como estudar, pagar cursinho e tudo... e** então, a gente se encaixando nesse de baixa renda e tudo... que foi o que eu me encaixei, **porque eu não tinha muitas condições de estudar, mas eu me senti importante fazendo uma faculdade**... e também dá oportunidade pra outros que, talvez, se não existissem as cotas nem se interessariam de ingressar em alguma coisa.

Acredito que ela seja muito relevante porque a gente vive em um país com muita desigualdade social e é importante pra pessoas que nem eu consigam ter acesso. **Eu sei de pessoas que vem da mesma classe social que eu não teriam acesso sem as cotas,** então é de extrema relevância pra equiparar o ingresso na universidade, no ensino superior, enfim...

Eu acho **importante**, **porque nem todo mundo tem as mesmas oportunidades**, por exemplo tem pessoas que tem dinheiro e podem pagar professor particular, uma pessoa de baixa renda não tem essa oportunidade, então acredito que é importante o Sistema de Cotas, ainda mais no Brasil que é um país bem miscigenado, tem pessoas de baixa renda, de alta renda...

Olha, não sei falar direito, mas eu acho que é **muito importante**, porque tem gente que precisa muito, das cotas. Teve uma polêmica, assim, no início, quando entrei no caso, que tinha dado algum problema com as cotas, mas eu não sei direito, eu me inscrevi por essa mais por não saber direito o que colocar, mas eu sei que deu um problema que deu uma grande discussão, no início.

Eu acho **importante** por isso que eu falei, que tem pessoas que vivem em situações bem difíceis, até mesmo de ter **acesso** à escola, e muitas vezes ter acesso a uma **educação de qualidade**. Então uma pessoa não vai tá preparada pra chegar, muitas vezes, vai chegar pra fazer a prova do IFFar, por exemplo, o processo seletivo e estar concorrendo pela ampla concorrência.

Ah com certeza, eu considero que é **bastante importante, pela inclusão das pessoas, dessa diferença histórica** aí, isso não vem resolver mas ajuda bastante **a trazer uma igualdade para o ingresso.**

2.1 Quais aspectos foram relevantes durante sua trajetória?

Eu conheci uma menina lá que ela era deficiente e que os professores tratavam ela superbem, mas sempre tinham aquelas pessoas que ficavam olhando ela meio diferente, porque ela é deficiente, mas pra ela era bem complicado... mas acho que as pessoas não deveriam olhar assim pra ela, mas enfim... **Pra mim nesses 3 anos o IFFar foi incrível, sabe...tipo, eu aprendi muita coisa lá, como técnica aprendi muito e os professores também são excelentes, e não dúvida nenhuma que é uma ótima instituição.**

O que eu posso dizer é que **foi bastante difícil**, lógico, eu saí de uma realidade totalmente diferente e encarei outra que era totalmente diferente.... era muito mais difícil do que eu imaginava, **mas deu tudo certo e eu consegui me formar.**

Eu aqui no campus eu **sempre tive professores que me ajudaram bastante.**

Bom, o **curso**, pra mim, assim, é **maravilhoso**... não é porque já me formei, mas é porque inicialmente no IFFar

eu fiz um curso de Técnico em Alimentos, só que daí eu não me lembro como eu entrei, se foi pelas cotas, isso foi lá em... eu me formei em 2011, foi em 2008 eu acho, eu não me lembro muito bem. Daí depois que eu me formei no Curso Técnico de Alimentos, eu trabalhei na área e eu queria fazer um Curso Superior de Tecnologia de Alimentos que abriria aqui no IFFar, porém até hoje isso não aconteceu. [...] **O curso não ajudou só a realizar o sonho de ter a graduação... uma coisa que eu digo para todo mundo é que, no início, professores, colegas, todo mundo, me ajudaram a crescer muito mais como pessoa, ser humano, do que profissionalmente, porque ali eles não são só professores, sabe, são conselheiros, são amigos... são família, sabe...** eu me formei em dezembro e eu sinto muita falta de ir todas as noites lá, sabe...

As **aulas práticas** foram muito importantes, eu ter conseguido, através das minhas notas, uma **bolsa excelente na Direção de Ensino**, aprendi bastante coisa lá. Depois que eu comecei a cursar a Licenciatura, digamos assim... **a minha visão se abriu,** eu olhava só pra frente, comecei a olhar pros lados e sabe... e foi muito bom mesmo, **eu tive bastante oportunidade lá dentro**, **eu saí com bastante experiência de outras coisas pra vida também, não só do curso.**

Tem vários marcos que aconteceram durante a graduação que são bem relevantes. Um deles foi **ser bolsista do PIBID**, foi muito relevante na minha formação, foram os primeiros contatos que eu tive com a licenciatura, de poder ir pra escola, **foi relevante pra confirmar minha escolha profissional**. Depois disso, contatos que tive com professores do curso e da instituição, acredito que foram pilares da minha formação, inclusive, e também tem a questão **da Residência Pedagógica onde fui bolsista CAPES, eu tive bolsa também por um projeto de pesquisa,** mas daí era fomento interno da instituição. A PIBID eu tive de agosto de 2016 a fevereiro de 2018 e a da Residência Pedagógica eu tive de agosto de 2018 a janeiro de 2020. E nessa bolsa da Residência Pedagógica eu fazia várias coisas, mas uma das principais era regência em sala de aula, era parecido com os estágios, mas não era estágio, era residência, a gente fazia formação, ia em reunião de escola, então acabava sendo inserido muito mais na residência, no ambiente escolar do que no estágio, então a gente participava de gincana na escola, formação de professores, a gente estava muito mais inserido no ambiente escolar e a gente acabava cumprindo muito mais horas em frente ao aluno, é um programa maravilhoso, sem contar que a gente tinha que produzir artigo, a gente teve um trabalho de conclusão da Residência Pedagógica, porque não sei se tu sabe, mas nos cursos de licenciatura a gente não tem mais TCC, no PPC novo não tem mais TCC. Então, ter essa experiência de fazer um trabalho de conclusão da residência substituiu o TCC sabe, porque eu sempre quis passar pelo perrengue do TCC, foi aquela coisa, muito parecido com um TCC, com banca, baita de uma experiência e olha que a gente penou, trabalhou bastante, mas foi uma experiência maravilhosa. A PIBID e Residência Pedagógica são bolsas CAPES, as duas. O PIBID é dessas que a gente vai pra escola, estuda a realidade escolar. A de pesquisa eu fiz com uma professora da instituição e era em relação a [...], porque as outras duas eram mais da área da educação, do ensino. E sendo bem sincera, amo a área da educação, mas amava tanto também a área especifica, tanto **que tive duas bolsas na área da educação, então essa de pesquisa foi uma oportunidade de eu participar mais na área**, pena que a gente não tem tanto assim na instituição, são poucas as oportunidades de a gente participar, poucos professores que tem.

O curso me proporcionou conhecer lugares através de **viagens, conhecer pessoas, teve palestras** importantes, várias coisas**... Eu acredito que... teve a época que as bolsas iam ser cortadas, e daí toda essa união do IFFar para protestar, as pessoas se uniram e protestaram... foi bem marcante.**

A gente teve bastante conhecimento, na verdade eu entrei no IFFar querendo Veterinária, mas depois eu me em outra coisa, agora eu sou maquiadora e gosto mais dessa área totalmente diferente, mas... foi muito legal**, acrescentou muito, a gente aprendeu muitas coisas**... se eu quisesse seguir nessa área ia me ajudar muito porque eu tenho vários colegas que vão seguir e ajudou bastante eles, então acho que acrescenta bastante pra gente assim, ainda mais pra quem quer seguir nessa área. **Eu sempre gostei muito de animais, então a parte de bichos, ali onde a gente fazia os plantões a gente aprendeu muita coisa e foi uma experiência bem legal**.

Na verdade eu fiquei 4 anos no IFFar, **porque eu reprovei no primeiro ano, e isso foi um fato importante**, sabe, pra minha trajetória dentro do campus, porque no primeiro ano quando eu entrei eu tinha uma visão totalmente diferente sabe, ah... eu brinquei, não estudei muito e isso fez eu mudar minha visão daí comecei a me dedicar mais e estudar e nos outros 3 anos não peguei exame, esse foi um fato importante. E o IFFar sim traz um preparo pra ti, porque tu não sai preparado só pra fazer Enem e outras **concursos, mas tu também sai sabendo conviver com o outro, respeitando o jeito de cada um, isso é uma coisa que o IFFar traz muito pra gente... E na questão profissional t**ambém, porque tem muitos alunos e colegas meus que estão trabalhando como Técnico não estão fazendo faculdade e é uma baita formação.

Eu fiz o curso bem tranquilo, busquei...não tive quase falta no curso, também me esforcei o máximo pra

conseguir concluir sem nenhum problema e consegui, fui líder da minha turma por 4 anos, buscando sempre o melhor pra nós e pra nossa turma e acho que praticamente....eu tive problema depois com o TCC**,** problemas com professores substitutos, problemas graves. Foi assim, eu sou uma pessoa que pra mim não tem meio certo, eu faço as coisas pelo certo, sabe, eu procurei sempre me destacar, se eu vou fazer qualquer coisa eu não vou pra brincar, porque eu trabalhando o dia todo e não sou de estar...[...]. Mas essa situação foi resolvida com a Coordenação, com a Reitoria [...]Como pontos positivos, eu **gostei do conhecimento que eu acabei adquirindo no curso, tive um relacionamento bom com professores que eram sérios,** eu consegui tirar dúvidas que no caso eu sou Licenciador Ambiental aqui do município, eu tirei bastante duvidas com os professores, me ajudaram bastante, no mais **eu tirei bastante proveito das matérias, das disciplinas**.

2.2 Você enfrentou dificuldades?

Eu morei longe da família, pra mim foi bem difícil ali na questão do atendimento psicológico, eu acho que seria bem interessante que quando chegam pessoas de fora pra entrar no instituto, os psicólogos verem as pessoas que são de outra cidade e fazer um acompanhamento com esses adolescentes, eu acho que seria bem importante, porque pra mim foi bem difícil sabe...eu que fui procurar a psicóloga lá do instituto e ajudou muito, mas seria muito mais fácil se o IFFar propusesse alguma coisa, até uma roda de conversa, acho que seria bem legal...

A questão da família, sim, foi um aspecto bem importante, porque a partir dos 17 anos quando eu fiz o Enem, e aí passei pelas cotas, aí eu tive que morar longe da minha família, morava na cidade e eles moram em outro lugar, então eu tinha a logística de todos os dias ir e voltar do campus, isso me fez ficar longe da minha família por 4 anos, claro, eu via eles mas tipo eu não morava na mesma cidade que eles. Eu também, **precisei conciliar trabalho com estudo**, porque, por mais que o IFFar tenha benefícios e não tenha custo, **eu tinha custos com transporte, porque não tinha bolsa e eu não tinha aqueles auxílios que o IFFar dá, eu tinha que trabalhar para suprir as despesas que teria na minha vida acadêmica.** Então eu sempre morei longe da minha família, também sempre tinha essa logística de ficar indo e voltando todos os dias e eu precisei sim **conciliar trabalho com estudo, eu precisava me manter**, me manter também na vida acadêmica, porque tudo tem custo.

Dificuldades foi mesmo de algumas cadeiras no curso, por causa que, por exemplo, na área das exatas mesmo, **o ensino na escola publica foi muito fraco** e eu meio que brinquei eu entrei no IFFar achando que eu ia... tipo meio na brincadeira...e acabei levando algumas quedas logo no começo, primeiro e segundo semestre. Eu não morava na cidade do campus, então a dificuldade mesmo era **viajar todos os dias.** Quando a estrada tava boa levava de 45 a 50 minutos viajando e quando os pneus estavam murchos 1 hora e 10 minutos. **Eu trabalhei no último ano** que eu precisei conseguir o estágio, e comecei a trabalhar firme depois nos últimos 2 semestres, foi difícil por causa que tinha o TCC e daí **acumulava serviço, TCC e as outras disciplinas da faculdade que tinha bastante também... mas eu consegui lidar bem com isso** [...]

Então, tive dificuldades, porque **eu precisava sempre ganhar bolsa**, eu morava pra fora, daí eu **precisava de bolsa pra poder pegar ônibus, mas se não eu tinha que ir de a pé pra fora, por que não tinha como me levar.** Mas pra mim ajudavam em ônibus, ajudavam em... **era duas bolsas que eu ganhava, pra eu poder comprar meus materiais, se não fosse eu conseguir ganhar as bolsas, eu não teria continuado estudando no IFFar, pra mim ia ser muito difícil.**

Em relação às dificuldades, o curso durou 4 anos, **nos 2 primeiros anos eu trabalhava num Frigorifico**, foi bem complicado o horário para sair e pegar o ônibus e ir para aula. **Nos intervalos de serviço eu fazia alguma coisa dos trabalhos,** porque depois ali no quarto semestre já tem estágio, daí eu levava o computador e aproveitava uma hora e meia de intervalo do serviço, quando eu conseguia tirar, eu fazia os trabalhos da faculdade. E **fim de semana, sábado e domingo, era envolvida só nisso. Aí depois eu tive que fazer estágio na escola, no fundamental, daí eu tinha que acordar mais ou menos as 5 horas da manhã pra trabalhar e sair daí no turno da tarde, daí eu fazia hora extra pra ter essa folga no turno da tarde. Esse período foi bem difícil, porque foi bem corrido, sabe... Eu fiquei nessa rotina 3 anos, porque só ano passado que não trabalhei. Dos 4 anos da faculdade, foi só ano passado mesmo, porque o Frigorífico fechou, daí ficou um poco complicado conseguir emprego.**

No começo, eu trabalhava num Frigorífico e às vezes eu tinha que sair de casa as três e meia da manhã e depois disso eu dormia um pouquinho e ia pro IFFar, aí depois não tavam querendo me liberar pros

estágios, daí eu preferi procurar alguma vaga de bolsa. Eu saía as três e meia da manhã pra pegar as quatro horas no trabalho, eu trabalhava num Frigorífico, depois eu saia pelas duas ou três horas da tarde, eu não lembro muito bem e chegava em casa dormia um poco e depois levantava pra estudar. **Algumas disciplinas eram mais, digamos, puxadinhas**, então causava um frio maior na barriga. Eu lembro que comecei com a bolsa em abril de 2018, sendo que eu entrei em 2016 no IFFar, então foram uns dois anos nessa rotina. Aí apareceu a **oportunidade de ser bolsista SIAPE** que ganhava um poco mais, daí eu concorri e pelas minhas notas eu fiquei em primeiro lugar, daí eu optei por não ter muito dinheiro, mas consegui terminar o curso. **O dinheiro que eu pegava ali era mais pra me sustentar no dia a dia assim... meus pais não podiam me ajudar. E aí eu precisei pedir auxílio transporte e depois consegui um auxilio permanência** que me ajudou bastante, como **meus pais não podiam me ajudar**, **tudo o que eu conseguia era batalhando mesmo, mas ultimamente eu tinha pensado em desistir, não por não ter muitas condições mas porque eu achei que eu não teria capacidade**. Aí depois tudo foi se ajeitando e deu tudo certo.

Eu fui bolsista a vida toda dentro da instituição, então eu tive que... e eu morei dentro do IFFar, na moradia estudantil, então as minhas dificuldades eu acho que era conviver com bastante gente em um quarto, mas assim dentro dessas questões... dificuldade em sala de aula foram poucas que eu tive, poucas, mas assim, a **maior dificuldade era arranjar lugar pra estudar**, de noite, porque a gente não pode ir pra biblioteca, a gente precisa ficar no quarto, penava um poco pra gente estudar, querendo ou não, **são 12 pessoas dentro de um quarto**. Eu tinha aula até as 10 horas da noite, e depois que eu vou pro quarto a biblioteca tá fechada. **A gente tinha uma sala de estudo no quarto, mas às vezes virava refeitório**, o pessoal fazia de cozinha, e 12 pessoas deixando caderno e material, então às vezes era bem difícil de conciliar, mas algumas madrugadas a gente ia, chamava duas, três colegas e ia até de madrugada. Quanto a isso**, a dificuldade mais era conseguir ter um lugar pra estudo em horários que o campus não tava aberto**, se eu estivesse em casa seria fácil. E quando a gente tinha dificuldade de lidar com **conflitos, a Assistência Estudantil sempre ajudou**, também nunca tivemos problemas graves. Às vezes o professor responsável pela moradia fazia reunião conosco, chamava todo mundo em um quarto, todo mundo chorava, aquela coisa...a gente era muito bem tratado. Eu não posso reclamar de nada**, sempre fui muito bem acolhida e tratada no Instituto**.

Eu enfrentei muito no início, porque, **como eu vim de Escola Rural eu não tinha conhecimento... tinha conteúdos que a professora passava e dizia: 'isso vocês viram no ensino médio, a gente não vai aprofundar', mas eu não tinha visto no ensino médio, a educação lá era bem... a professora de Licenciatura não era de Licenciatura! Então ela dava um livro e a gente se virava**. Então eu tive bast**ante dificuldade nisso, eu não tinha o preparo.** E também eu morava em outra cidade, então **vim morar com minha vó na cidade do campus**, aí eu ia todo o dia de ônibus pro campus.

É eu sempre tive bastante **dificuldade em matemática, física**, mas eu sempre consegui recuperar minha nota, sempre procurei bastante os professores e também como não é uma área que eu gostei muito, eu lembro que eu tinha bastante dificuldade na parte de plantas essas coisas, mas eu sempre consegui tirar notas boas, digamos, e **eu sempre procurava bastante os professores**, então não tive muita dificuldade.

A maior dificuldade que a maioria das pessoas enfrenta é a **adaptação**, porque tu **convive diariamente com pessoas completamente diferentes de ti, com pensamento diferente, com manias diferentes,** essa é a maior dificuldade, sabe, até mesmo com os professores, porque cada professor tem um jeito de dar aula e tu tem que te acostumar com cada um. **Eu morava na moradia estudantil** no campus mesmo...De vez em quando a gente tinha **atritos, dentro do quarto, mas ficar longe da família** foi difícil mais no primeiro ano, depois acostumou.

Eu tinha que conciliar trabalho com o estudo, eu me organizava daí no meu serviço e depois... a minha casa é bem longe até, nesse meio tempo eu tinha que conciliar, mas não é fácil... eu tenho um ritmo bem alto, eu trabalho o dia todo, e ia estudar e eu tenho **maior dificuldade com cálculos e números** e eu estudava até as 2 horas da manhã todos os dias, eu terminei meu curso com a minha nota quase 9, eu queria ficar em primeiro, mas fiquei em segundo, só que isso aí acabou sendo um problema, eu sou meio estressado com isso, eu gosto de cumprir horário, pra mim 7 não é 10, pra mim 7 é a mesma coisa que tirar zero, porque a vida exige da gente... com 7 tu vai ser só mais um, no meu ponto de vista [...]

2.3 Em algum momento percebeu alguma situação ou comentário sobre você ser um aluno cotista dos colegas ou professores?

Não, comigo não aconteceu, mas eu já vi acontecer com outras pessoas. Eu acho que mais pela deficiência

... mas na maioria das vezes é preconceito, negros, pardos e índios também, é sempre assim, então, tipo... é um problema não com as cotas, e sim com as pessoas, eu acho.

Se eu tive algum comentário sobre ser aluna cotista, sinceramente, se teve eu não me recordo sabe, porque quando tem algum tema mais assim polêmico na sala, que pode surgir nesse comentário sobre cotas, sobre ingressar... pelas cotas no Instituto Federal, eu não me recordo de ninguém ter apontado o dedo para mim, porque eu acho que eu nunca conversei assim, tipo, com alguém a fundo, de comentar 'eu entrei por ser aluna cotista', 'ah eu entrei por cota', alguma coisa assim, [...], nunca foi um assunto polêmico assim diretamente a mim, nunca fizeram alguma piadinha, alguma gracinha: 'ah... por que tu entrou por cota, eu acho que tu não merecia tá aqui'. Não, eu acho que nunca passei por isso, **nunca, eu particularmente nunca passei por isso.**

Nenhum comentário, nesse quesito nunca mesmo nunca nem era pauta das nossas conversas.

Comentários, essas coisas, não tive.

Eu nunca tive nenhum comentário, nunca vi um comentário sobre isso... Nunca teve comentário, 'ah tu entrou por cota' sabe... a gente conversava, tinha debate em sala de aula sobre as cotas em universidades, se era favor ou contra, mas em relação a nós que estávamos ali no Instituto Federal nunca houve uma briga, ou uma coisa de alguém que que disse tipo 'ah tu entrou por cota', isso nunca aconteceu... Tinha por exemplo: 'eu sou a favor' ou 'eu sou contra' mas de chegar ao ponto de discutir ou te perguntar se tu entrou por cota, levar pro lado pessoal, não! Mas a gente sempre colocava a opinião que cada um tinha e a gente sempre respeitou. Tanto é que agora tu perguntando, realmente, a gente nunca falou sobre nós, como que a gente chegou até ali, sabe, a gente falava em cotas em geral, assim, tipo, por ser índio, negro, esse tipo de coisa sabe... **Realmente, trazer pra nossa realidade isso não aconteceu nas nossas conversas em aula.**

Não... Não... nunca senti discriminação nem comentário, nada, até as vezes eu nem lembrava que eu era cotista. Foi feito um debate sobre as cotas, mas assim, eu não lembro muito bem, nada que eu tivesse me ofendido ou alguma coisa.

Não, nunca. Eu acho que ninguém sabia se eu era cotista ou não. E acredito que, por a gente estudar pra ser professor a gente já vem com isso desconstruído, a gente não vinha com esse preconceito, sabe, bem tranquilo, nunca aconteceu. Teve alguns debates que eram levados pra esse lado, o porquê existem as cotas, qual a importância delas... E quanto às cotas do IFFar, a gente comentava, porque a gente também tinha em novembro o mês da consciência negra, a gente abordava as cotas raciais, tinha o NEABI que explicava como funcionavam as cotas raciais, então a gente tinha esses debates, acabávamos abordando a Política de Cotas do IFFar.

Não, nunca, tinha colegas também que eram e nunca... a gente conversou que tinha entrado pelas cotas... Debate também não teve, que eu lembre, não.

Não, nunca me falaram nada.

Não, em momento algum, nunca ninguém falou nada. Na aula de filosofia a gente debateu sobre isso... sempre tem uns que acham que a cota é desnecessária, que tinha que entrar todo mundo assim, sem nada, só pela pontuação mesmo, mas...(Meritocracia)

Não, nunca, nunca foi tocado nisso em todo o curso.

3.1 Pensou em desistir do curso? Porque? O que/quem fez você não desistir?

Pensei sim, devido à distância da família, e eu achei muito ruim não ter tido esse acompanhamento que eu falei [...] vontade de não querer mais nada...também **porque eu não conhecia ninguém**, e isso eu sei que acontece com um monte de gente, sabe**, falta um pouco de integração também com os alunos**, entendeu? Por parte dos alunos também, sei lá**, o instituto poderia fazer alguma coisa, essa roda de conversa seria interessante até pros alunos** de fora se conhecerem, eu não conhecia ninguém, e tipo, comecei me enturmar, mas **pra mim foi bem complicado sabe**, porque é bom tu ir pra um lugar conhecer alguém, mas eu já vi várias pessoas, mas [...] **O que fez eu não desistir foi a ajuda psicológica e também a conversa com os pais, porque** é muito importante conversar com a família, e também porque eu tava amando o curso, eu não queria desistir do curso,

mas eu não conseguia me enturmar, o lugar era diferente sabe, por isso, mais pelas questões que a gente não conhece, não sabe como, não tem como tu se enturmar se tu não conhece ninguém, isso foi o mais difícil.

Não, eu nunca pensei em desistir do curso pelo fato de que era o que eu queria, eu sempre tive ideia que eu queria fazer um Curso Superior [...]. Porque eu nunca pensei em desistir? **Porque era federal,** eu sempre pensei 'ah, eu quero **fazer um superior numa federal' (MUITO ENFATIZADO - ESTAR NUM LUGAR SONHADO),** para mim tem muita significância, **porque a gente sabe que a qualificação dos professores, eu acho que tem um ensino bem completo, bem** amplo, sabe, com professores, com uma gestão assim, bem legal, sabe...tipo... já tinha ouvido comentários então eu nunca pensei em desistir e era bastante que eu queria mesmo.

Eu pensei sim, eu pensei algumas vezes em desistir do curso, basicamente por causa das dificuldades, um pouco de ansiedade também de me sentir um pouco preso às vezes, eu queria fazer outras coisas, eu queria dar jeito na minha vida de uma vez, sair, ganhar dinheiro... mas eu não desisti por causa que, conforme foi passando o tempo, também... com passar do tempo a gente se encontra, **eu passei a gostar mais do curso também,** e eu não desisti **porque eu sabia que essa era uma fase decisiva** pra eu decidir os próximos 30, 40 anos da minha vida. **Eu tinha total certeza que em algum momento da minha vida eu ia colher os frutos da dificuldade que eu tava passando.**

Eu teve no segundo ano que eu tava la... porque eu rodei, dai no primeiro eu não consegui bolsa, eu nem sabia de bolsa, eu tava bem... não sabia pra onde eu ia ir lá dentro, daí no outro ano uma amiga minha me disse: **'tem bolsa, vai te ajudar...**', e eu: 'tá mas se eu não conseguir essas bolsas eu vou desistir, vou tentar em outro lugar'... [...] daí fui lá, conversei com as mulheres lá, elas me **atenderam... tudo...e daí eu consegui a bolsa, se não fosse a bolsa eu teria desistido naquela época**.

Eu nunca pensei em desistir do curso, nunca me passou pela cabeça, assim, 'ai eu não vou ir mais', **claro que tinha dias que eu não tinha vontade de ir, que eu tava cansada, tinha dias que eu saia do serviço meia noite, eu não conseguia ir na aula, sabe...quando uma colega minha saiu, largou o emprego, eu fiquei no lugar dela e foi muito complicada aquela fase, mas pensar em desistir... nunca me passou pela cabeça**

Eu pensei em desistir, porque às vezes... parecia que eu não ia conseguir e às vezes a disciplina era bem puxada, às vezes aconteciam situações... digamos que no momento do **estágio** foi o momento bem crucial. São dois anos de estágio, os dois últimos são de estágio, então quando eu comecei a ter que elaborar aula e me preparar pra entrar na sala de aula... mais no último ano do que no primeiro, no primeiro eu tinha que estagiar no ensino fundamenta, aí eu consegui, deu tudo certo, mas depois no último ano era no ensino médio, daí eu fiquei assim, bem preocupada, e acabei conseguindo estágio no IFFar mesmo. Daí então, eu fiquei assim bem **preocupada**, porque era uma responsabilidade maior ainda, e o medo de entrar assim, me senti insegura, não era medo, mas sempre dei o melhor de mim, sempre pesquisei... **O que me fez persistir foi a convivência com as pessoas do Instituto, então todo mundo me dando força e me colocando pra cima**, sabe? Me perguntando se tava tudo bem. O pessoal da Direção de Ensino mais, assim... me dando força e me escutando, dando dicas.

Olha, a gente tem aquele momento de chutar o balde, sabe? Mas depois teria que buscar, **então nunca tive vontade de desistir do curso**, mas eu tive vontade de desistir da disciplina, mas nunca de desistir do curso, tanto que eu sempre quis ser professora de Licenciatura**, era um sonho sendo realizado e eu não queria desistir**. E isso com certeza foi importante pra minha **permanência pra eu conseguir moradia, acesso ao refeitório e ser pública, então pra mim isso foi muito importante pra eu conseguir terminar.**

Como eu trabalhava de dia, e estudava de noite, pegava ônibus, às vezes eu ficava exausta, chegava de noite, dormia, acordava cedo, acho que isso foi uma coisa que pesou bastante, eu pensei mesmo em desistir mas... por eu ter conseguido numa faculdade federal... eu pensei: colocar fora uma chance, eu não queria! Trabalhava num mercado o dia todo, era bem puxado, horário integral. Antes de ir pra aula dava tempo de tomar banho, mas não dava tempo de comer, eu jantava no IFFar mesmo. Eu estudava de noite quando eu chegava e no horário do almoço, eu almoçava rápido e estudava. Comecei a trabalhar quando eu já tava com 2 anos de faculdade, até pros estágios foi difícil de conciliar, eu tinha que recuperar no sábado daí.

Não, eu nunca pensei em desistir, mas o primeiro ano foi bem mais difícil pra mim me adaptar porque era mais difícil do que a outra escola que eu já estudava, as minhas notas não eram tão boas mas eu sempre consegui recuperar bem, e eu acho que os professores sempre ajudam muita gente em todas as coisas só a gente procurar querer aprender, correr atrás que eles sempre estão dispostos a ajudar, então, eu nunca tive problema, assim, com colegas... claro, tem brigas mas nunca tive problema sério de querer desistir e sempre estudei bastante, corri atrás

pra conseguir passar, então acho que não tive nenhum problema.

Tipo assim.... **eu nunca pensei em desistir,** mas tem vezes que a gente desanima e tu pensa que cada vez vai ficar pior, mas **o que me ajudou a não fraquejar foi o apoio da minha família e o pessoal do SAP (Setor de Apoio Pedagógico)** também que quando a gente reprovou, mas não só quem reprova, eles tiveram muita atenção com a gente. Sempre que eu precisava eu ia lá, sabe, as mulheres lá são muito queridas.... me ajudaram bastante.

Eu pensei, como eu relatei, quando aconteceu aquele *bullyng* no TCC, pra mim foi bastante vergonhoso, como eu te falei eu sempre me destacava, minha namorada que é de uma turma anterior a minha estava lá, os colegas dela foram ver minha apresentação também, a minha sala tava cheia no dia, eu procuro fazer um relacionamento bom e verdadeiro com as pessoas, então pra mim foi bastante vergonhoso, eu parei no hospital, minha pressão... agora que voltou ao normal, ali eu quase não desisti. **O que fez eu não desistir foi o meu bom relacionamento com meus colegas, minha família, e todo esforço que eu fiz todos esses anos**, eu moro um poco longe como eu te disse, e faltando poco, e também... na hora eu achei que não ia voltar mais, mas sem querer eu gravei o que eles falaram de mim, não foi por querer, porque eu apanhei tanto na banca que eu esqueci o gravador na bolsa, e isso acabou mostrando que não era meu trabalho que tava ruim, mas sim o relacionamento comigo. Eu acho que a gente tem que ir pra fazer uma coisa séria.

3.2 Você conhece a Política de Permanência do IFFar?

Eu tive que procurar, mas só mais pra frente, sabe, ali quando tu não aguenta mais, entendeu? Porque quando tu tá muito esgotado, a maioria dos adolescentes que vão pra lá é assim, quando tu tá muito mal, que tu ve que tu não quer mais, que tu não vai conseguir, sabe, que tu vai desistir, aí procura ajuda. Mas **eu acho que seria interessante, fazer uma roda de conversa com quem chega de fora, explicar como funciona o instituto, porque tem gente que chega bem perdido lá.**

Acho que **eu não conheço**, pra te falar a verdade, sabe, nunca me interessei na verdade na questão da permanência, assim, mais diretamente com quem tá lá, morando ali no campus, sabe, mas eu acho que muitas das pessoas acabam trancando o curso porque acabam tendo que morar em outra cidade, eu acho que a cidade onde fica o campus, por ser uma cidade que fica perto dessas cidades pequenas, **ela abriu bastante portas para gente que estudava em escola pública, tipo mais rural assim, de ir pra lá, porque em função das cotas então ele deu bastante oportunidade**.

[...] **eu recebi dois auxílios, no quinto semestre, auxílio permanência e auxílio transporte que já deu uma baita ajuda**. Nessa época ainda não trabalhava então... eu dependia da mãe para pagar o ônibus, uma vez que eu precisava de dinheiro também para outras tarefas, para outras coisas que precisava no IFFar, então **eu acho muito importante essa parte dos auxílios** porque eu me beneficiei. A maioria dos alunos na verdade, acredito eu, e tu que tá fazendo essa pesquisa deve ter o maior entendimento... sai no primeiro ou no segundo semestre**... a saída dos meus colegas foi no primeiro e no segundo semestre eu acho que é por não saberem muito sobre esses benefícios o que o IFFar fornece. Porque, questões como psicólogo foi tratado só no último ano**, foi fazendo TCC que falaram sobre o psicólogo com a turma também, porque até então eu fui descobrindo as coisas aos poucos...

No primeiro ano eu não era muito de... eu sou muito envergonhada, então eu não saía para perguntar, eu só saía pra buscar merenda e voltava pra sala de aula, eu tinha **muita vergonha,** eu tinha minhas amigas, mas eu tinha muita vergonha, de caminhar, de conversar com os professores, **aí que não me deixou chegar até essa parte das bolsas. Das bolsas eu lembro que eles não falaram, eu sabia que tinha psicólogo, mas fiquei sabendo bem avançado sobre isso, no segundo ano. Eu tive muita dificuldade no estudo que daí pude conversar com a psicóloga, foi assim que eu conheci tudo.**

Eu conheço, logo que a gente chega no IFFar o Coordenador te localiza onde ficam as assistências, médico, dentista... A gente tinha acesso a psicólogo, era só agendar, eu nunca precisei de ajuda de médico nem nada, eu tinha **bolsa no ultimo semestre eu consegui uma bolsa, eu fazia parte de um projeto**, aí no caso todo mês eu recebia um auxílio de 300,00 (trezentos reais) e daí como passava a tarde e a noite lá, **eu consegui também vale janta,** porque imagina a tarde toda lá...

É pro aluno não evadir ... conheço sim e eu acho muito importante. Na verdade, assim, a maior atenção que tem é no Ensino Médio. Mas também tem no Ensino Superior porque os professores também procuram saber porque a gente foi faltando se ta precisando de alguma coisa, **eles percebem que a gente precisa de uma ajuda**

maior, tem psicólogo, assistente social, eles podem conseguir alimentação... a alimentação me ajudou muito, eu almoçava e jantava lá. Eu fui descobrindo, no começo a gente não sabe tudo, mas depois, daí eu fui conseguindo... eu também sou um pouco, digamos, retraída, eu não sou muito de me abrir com as pessoas... mas aí depois, antes de eu conseguir uma bolsa na Direção de Ensino, eu fui bolsista lá na CAE – Coordenação de Assistência Estudantil, na parte da saúde, eu era bolsista de uma enfermeira, aí sim, comecei a conhecer muito mais, sabe, a gente estando lá dentro, consegue ver muito melhor do que a pessoa que vai lá só pra estudar. **No início teve um acolhimento, explicaram com slides, tudo é explicado. Mas depois que a gente vai vendo lá dentro, liga um ponto no outro sabe.**

A gente houve muito o professor [...] falar da Política de Permanência e êxito a algumas coisa a gente sabe da Política de Permanência, mas sugestões...**Pra mim foi muito tranquilo, claro precisa de melhorias, mas a Política de Assistência estudantil que tem hoje pra mim é o que deveria seguir**, a Política de Bolsas, a moradia estudantil, as bolsas**.... talvez mais fomento principalmente na área da licenciatura e das áreas específicas, claro a gente vai se formar professor, mas as vezes a gente sente falta, porque a gente chega no curso querendo Licenciatura e quase todas as cadeiras são de educação**, não reclamando, mas é um balde de água fria, sabe.

Eu conheço sim, porque tem no site e eles fizeram palestras.

Eu não conheço muito bem porque eu moro na cidade, mas conheço vários colegas que utilizam a moradia e recebem bolsas. Algumas vezes que a psicóloga foi na sala eu achei bem interessante, mas pelo que eu vi tinha muita procura, então difícil alguns alunos conseguirem horário, mas eu acho que ajudava bastante.

Sim conheço, eu usava moradia, alimentação, psicólogo, médico, dentista, tudo! Foi importante essa política pra mim, teve todo um auxílio lá dentro.

Conheço, eu não cheguei a usar nada dessa Política, a parte da alimentação não nos atingia, eu sei que funcionava a parte de dentista.... pra mim não chegou a fazer falta.

3.3 Você tem sugestões para melhoria dessa questão no IFFar?

Eu não desisti porque eu fui procurar o acompanhamento, eu fui procurar... então é muito importante, sabe. Eu acho que poderia ser dito para os alunos que tem psicólogos, e ela pode atender quando tiver alguma dúvida, porque é avisado depois que começam as aulas**, que tem a CAE e tudo mais...já na primeira semana que os alunos que vieram de fora poderiam ter acompanhamento**, isso seria bem interessante.

Eu acho que muitos dos alunos acabam não permanecendo por que alguns cursos não tem ou por questão até de sair de uma cidade muito longe e vir para a cidade do campus e depois ir embora, porque abriu o curso lá na cidade onde eles queriam, numa universidade mais perto da família, eu acredito que seja isso, não seria uma sugestão, **mas eu acredito que muitas vezes é muito mais motivo familiar que a pessoa desiste da permanência**.

Teriam que informar melhor os alunos sobre os benefícios, o psicólogo, sobre o dentista também... a gente foi descobrindo mais tarde e sobre outras coisas que tem no IFFar, que muitas vezes a gente nem sabe... e a gente vai descobrindo muito longe, muito mais para o meio da graduação.

Eu, agora, como me relacionei bastante no campus, não tenho o que falar sobre o que tem que melhorar, a única coisa é que os alunos ir buscar... tem muito aluno que reclama: 'ai porque na CAE não fizeram isso', 'ai porque não fizeram aquilo', eles não foram lá e buscaram saber como que é, entendeu? **A pessoa tem que procurar, eu não procurei porque eu não me comunicava, sabe, eu fiquei meio assim, daí depois fui lá, conversei com ela, aí eu vi que ajudou um monte, daí nos outros três anos sempre recebi a mesma bolsa.**

A parte da refeição, pra nós da Licenciatura não tinha janta, isso é uma coisa que a gente sempre falou que seria bom que tivesse, porque que nem eu... saía do serviço e as vezes não dava tempo... ou eu comia ou tomava banho sabe, e daí chegando lá eu saberia que eu teria janta pelo menos, isso foi uma coisa que a gente sempre bateu ali, mas a gente também sabe das dificuldades que o Instituto passa, aquela vez com aquela reforma quase

fechou, eu achei que nem ia terminar meu curso.

A única coisa que eu me lembro mais **é que teve pessoas que precisavam jantar lá e almoçar e nem sempre conseguiam** porque tem toda uma política de reservas e tal. Geralmente a nutricionista ajeitava sabe, mas às vezes as pessoas tem vergonha de chegar e falar assim: 'eu preciso comer', sabe? Muitas vezes eu tentava dar lugar pra eles, porque eu já tinha comido, sabe, mas não podia porque cada um tem a sua identificação, então talvez de ampliar... eu já to sabendo que eles pretendem **ampliar** lá no campus, **pra todo o Ensino Superior a janta**, agora no início do ano, mas não sei como...então, já tem o planejamento de expandir as refeições, sabe, e eu achei bastante importante porque **muitas pessoas do Ensino Integrado também às vezes precisam de janta, mas não tem coragem de chegar e pedir a janta**, porque eles ganham só almoço, claro que quem chega lá e pede, ninguém nega, chega lá, conversa com a nutricionista ou assistente social, e daí tem passe livre, mas é que tem gente que não consegue ter esse diálogo, essa abertura, porque não se sente bem, sabe, daí acho que deveria ser mais aberto pras pessoas com dificuldades.

Acredito que **investir na questão da moradia.** Talvez na moradia estudantil, **aumentar o espaço de estudo, a gente sente falta, fica apertado, não cabe 12 numa sala de estudo**, claro que a gente tem que ter noção de cada um ter seu horário, mas enfim, **as vezes não tinha como estudar, as vezes a sala virava cozinha**, tinha alguém fritando um bife na torradeira, então... separar um espaço na moradia pro pessoal cozinhar, uma cozinha comunitária, alguma coisa assim. Na moradia tu entra, é a sala de estudo, tem as bancadas, a gente pode levar um micro e uma geladeira, um quarto com 6 beliches e 1 banheiro. Então acho que é isso, **fazer uma cozinha comunitária**, a gente comia sempre no refeitório [...]. **Mas no geral a Política de Permanência foi bem satisfatória pra mim.**

Uma coisa que eu acho que pesa bastante é o curso ser noturno e os professores fazerem mais atividades diurnas, por exemplo: viagens, saídas de campo, quem trabalhava como eu não tinha muita oportunidade.

A moradia é a única coisa que tem problemas, porque é muita gente dentro dos quartos, são 12 pessoas dentro de um quarto.

Acho que funciona bem, colegas meus usaram de forma satisfatória, espero que continue assim.

4.1 Quais seus planos futuros quanto ao mundo do trabalho? Você acredita que essa formação fará diferença na sua vida profissional?

Eu acho que pra um trabalho, futuramente, **o curso técnico é muito importante**, muitas vezes as pessoas preferem contratar um técnico. **Estou fazendo um curso superior**, porque pra mim foi muito importante, pelo conhecimento que tu adquire ... isso **vai te fazer um profissional muito melhor no futuro** e agora como estou fazendo faculdade na mesma área, Agronomia, ajuda muito, porque com o curso técnico tu já sai com uma base.

O meu plano futuro eu to realizando, em questão de trabalho, **eu to abrindo uma loja** então eu já estou realizando o que era um pensamento, assim, desde que eu entrei na faculdade. E como eu falei lá no início da conversa, eu acho que **o curso superior, ele me abriu muito, assim, a minha cabeça sabe, em questão de pensar mais, de não deixar só no papel uma ideia que eu tinha**. [...] Hoje eu tenho muitas ideias que eu to colocando no papel e hoje eu não tenho medo de arriscar e não to tendo, como coloquei no início da conversa, eu to abrindo novo empreendimento daqui a 20 dias, então eu recém me formei, dia 10 de janeiro eu tive minha formatura, e em questão da 2 meses eu to abrindo um novo empreendimento. Então eu acho que o curso me deu assim muita vontade mesmo sabe, muita vontade de abrir, de ter algo meu sabe, e me respondeu muitas dúvidas eu tirei muitas dúvidas, eu tive professores excelentes, onde que eu precisava de alguma coisa, de algum questionamento, de alguma ideia do que eu queria fazer, eu comentava e isso me ajudou muito.

O que eu aprendi lá tem muito haver com outras coisas que a gente aprende, não é o que é ensinado pelos professores, coisas que somente a vivência dá para gente, como responsabilidade e coisas desse tipo... Então, eu acho que isso já é um diferencial que eu tenho... o que eu aprendi eu vou carregar para o resto da vida e tirei da minha graduação, então eu acho que já faz diferença e vai fazer muito mais futuramente. Na questão profissional, agora eu trabalho numa loja de peças aqui na minha cidade e em questão profissional futura, daí eu já tenho alguns planos... mas não sei o que vai acontecer primeiro. **A princípio, agora, eu tô estudando para dois concursos,** um que não requisita diploma, no caso, e o outro o que é pré-requisito o diploma. Se vai fazer ou não diferença o diploma... vai depender se eu passar ou não. Mas, como eu falei, sempre é válido... valem as

outras experiências também e futuramente, a longo prazo, daqui uns 10 anos talvez, eu penso em empreender. Eu quero... mesmo passando no concurso**, eu penso empreender [...]**

Atualmente eu to em busca de emprego, fiz entrevistas, em uma cooperativa na minha cidade, só que daí não me chamaram, por causa da psicóloga, eu sempre tive essa dificuldade, me disseram que foi por causa disso, daí to em busca, to largando currículos, vou tentar... **Acho que faz muita diferença**, **ainda mais porque eu gosto da área**, então pra mim muda muita coisa, quando vou pedir emprego [...] se a pessoa é formada com o técnico é melhor. É eu pretendo trabalhar, juntar um dinheiro, e quando eu tiver dinheiro pra pagar a faculdade e ficar tranquila.

Eu me formei em dezembro, aí pra mim continuar, estudando e fazendo mais alguns cursos pra fazer concurso público eu tinha que arrumar um emprego... daí eu consegui, graças a Deus em janeiro, eu to trabalhando agora numa loja, então inicialmente eu to pensando o que eu vou fazer porque eu gostaria de fazer a pós que tem ali no IFFar também em Gestão Escolar, porém essa pós vai abrir só daqui a 2 anos, porque esse ano a programação é iniciar uma pós nova no IFFar que não é específica pra licenciatura, vamos dizer... é uma pós mais ampla sabe... mais sobre humanas, sobre libras, história, esse tipo de assunto pelo que eu entendi. Aí, como eu gostaria de iniciar a pós e ali não vai ser possível, eu to vendo uma a distância pra não ficar parada e concurso público, porque eu penso que pra fazer um concurso tem que ter um curso a mais porque se for comparar o currículo tu acaba perdendo. Mas também já pensei em fazer Pedagogia (risos) eu quero fazer muita coisa! Eu também precisava de um tempo pra respirar um poco porque o final do curso foi bem puxado, teve estágio, trabalho que a gente tinha, e eu participava desse projeto, foi bem cansativo o ultimo semestre. Daí resolvi que ia trabalhar e me organizar do que vou fazer daqui pra frente, os professores tão sempre enviando pra nós 'vai ter concurso em tal lugar', eles tão sempre ajudando sabe... E até um curso de inglês quero fazer, qualquer coisa que eu saia do serviço e que eu vá fazer sabe... porque eu não consigo tá só trabalhando parece que a vida tá parada eu não sei se eu acostumei à rotina assim... E a pessoa muda totalmente, não só o saber... professor tem que saber pra saber ensinar, mas tu te colocar no lugar do outro... **eu aprendi muito essa parte de ser mais humano de ter mais atenção com o próximo, eu mudei bastante isso, e sobre a minha graduação... possivelmente se eu for fazer um concurso que seja em outra área, a graduação também ajuda bastante, pesa muito**... por mais que não seja na tua área, ganha um poco mais... e a minha graduação, que era o meu sonho, vai mudar muito futuramente na parte profissional.

No momento, eu tive que sair da minha cidade, porque não tem muita oportunidade de trabalho lá, então no momento que eu concluí o curso, eu já fui pra outra cidade maior, deixar currículo nos lugares. Eu tentei, assim, deixar em escolas, tudo... mas, a minha prioridade é ter como me manter, então, eu consegui um **trabalho de repositora num mercado grande, mas não desisti sabe,** o meu planejamento é trabalhar, agora ainda não vou conseguir, mas eu pretendo ter dois empregos pra poder bancar meus cursos com concurso. Pretendo também estudar um poco mais, porque só com a graduação a gente não chega muito longe, penso em fazer uma pós ou mestrado. E o meu curso eu considero que foi de muita importância, porque com ele eu posso ser **professora ou bacharel, eu ainda não decidi o que eu quero ser... Ele é Licenciatura e pra ser Bacharel tenho que fazer mais alguma horas de cursos na área pra depois fazer a carteirinha profissional também**.

Eu continuo os estudos, faço Mestrado na UFSM em Biodiversidade Animal, mas eu nunca me vi trabalhando, sempre me vi a vida toda estudando, **porque eu quero ser professora. E se a formação que eu tive no IFFar vai fazer diferença na minha vida profissional... eu acredito que sim,** quando a gente conversava com o pessoal da Licenciatura da UFSM, **a grande diferença que a gente tem é na área de ensino do curso, a nossa área de ensino tem muito mais disciplinas**, muito mais coisas, por exemplo a gente tem 8 práticas pedagógicas, 1 por semestre, cada prática é um tema [...], então quanto a isso eu sinto uma enorme facilidade nessa área de ensino, me sinto tecnicamente bem preparada, e por isso até que eu pendi mais pro lado de fazer a pós na área específica, pra eu ter mais confiança. Além do Mestrado que estou fazendo, **eu sempre me imaginei fazendo Doutorado, Pós Doutorado**, pra depois só trabalhar, pretendo me dedicar a uma coisa de cada vez sabe.

Eu continuo trabalhando e eu quero fazer mestrado, só que eu me formei esse ano daí eu quis parar um ano pra... mas eu quero estudar, quero fazer mestrado. Eu acredito que sim, a minha formação vai fazer diferença, porque acredito que vou ter mais oportunidades.

Com certeza eu mudei totalmente com o curso no IFFar, amadureci bem mais e tem muitas coisas que a gente não sabe e lá vão mostrando pra gente, várias coisas que não são do nosso cotidiano.

Eu to cursando Zootecnia Bacharelado no IFFar Campus Alegrete. Eu acho que o técnico faz diferença

principalmente se tu vai seguir na área, porque tu já tem um conhecimento a mais. Tem pessoas que entram num curso de Zootecnia mesmo que não tem noção de nada praticamente, e quando tu vem com o técnico tu já sabe muita coisa. É um curso a mais no currículo também. As expectativas depois que passar tudo isso que tá acontecendo (Pandemia Corona Vírus), que eu consiga fazer a faculdade bem tranquila, que eu consiga tirar bastante aprendizado e entrar no mercado de trabalho. Eu pretendo trabalhar depois que sair da faculdade.

A graduação com certeza... um curso superior é um divisor de águas, tu ter feito um curso, e não ter ido só por ir, tu escreve melhor é diferente a tua visão de mundo, tu aproveitar muitos professores bons ali, com mestrado, doutorado que nos deram um aporte bem grande, não só o que é dado em sala de aula, tu mesmo ir buscando, eu sempre fui pro esse lado, por exemplo numa palestra puxar pra dentro da minha área [...] De um ano pra cá as coisas mudaram totalmente pra mim, eu buscava ganhar melhor, e como mudou minha função aqui dentro, hoje já ta bem melhor, muito mais responsabilidade pra mim, tá muito bom [...].

4.2 O que você recomendaria aos alunos que estão ingressando no IFFAr pelo sistema de cotas?

Eu recomendaria pra eles primeiramente **tentar se adaptar**, porque eu já comecei estudando, eu pulei a etapa da adaptação, eu acho que primeiro se adapta no lugar, tentar conciliar adaptação com o estudo e também que eles realmente **aproveitem o curso desde o primeiro ano**, porque [...] é no primeiro ano que **os professores passam as bases pra nós,** eu acho muito importante prestar atenção nas aulas, não ir na aula pra brincar, como acontece muitas vezes, porque **os professores de lá são muito bons, quanto mais eles aproveitarem, melhor vai ser pra eles no futuro.**

O que eu recomendo pra esses novos alunos que vão ingressar: eu acho que assim, o Curso Superior, vou falar um poco do meu curso, foi um curso que desde o primeiro momento que eu entrei, assim, eu me senti perdida, não era o que eu gostaria, nas cadeiras, principalmente, não era o que eu gostaria que tivesse. **Ah, eu queria que fosse mais algo relacionado com a parte de empreendedorismo**, algo mais assim. As primeiras cadeiras não foram tanto assim. Na metade do curso, lá pelo quarto semestre, por aí, já foram abordados temas que eu gostaria de falar, de questionar, de perguntar, então, tipo, acho que a partir daí, me incentivou muito a abrir um novo empreendimento, a me riscar em um novo empreendimento. Então o que eu recomendo pros novos alunos nesses 4 anos que **aproveitem o máximo** assim, sabe, que eu acho que o aluno tem que sugar o seu professor, sabe, sugar no sentido de conhecimento sabe eu acho que **tu tira muito conhecimento**, **tu aprende muito com os professores** eu **acho que tu pode tirar muito mais do que tu planeja que tu pode tirar muito mais do que tu quer** de um professor. Olha... pra mim, assim, eu não sei nem o que dizer, sabe, **foi muito boa a experiencia**, sabe, que tive no curso foi algo assim, tipo, pros meus planos futuros foi algo que só acrescentou na minha vida.

Eu acho que são essas pessoas que precisam fazer um esforço maior para ficar, por causa que, certamente, o **diploma é que vai fazer uma grande diferença na vida** deles, a curto, médio ou longo prazo, acredito eu. **O maior conselho que eu poderia dar é para não desistir (os entrevistados foram os que sobreviveram)** por causa que vai ter momentos que vai dá vontade de desistir... Acredito eu que a curva de [...] desse modelo tem sido muito longa, assim, então às vezes, não é tanto pelas dificuldades do curso ou intimidade que tu tem as disciplinas, mas o tempo demorado delas... as pessoas ficam ansiosas, querem ir logo para outras coisas. Então... **ser paciente e permanecer**... uma hora vai... o tempo vai passar de qualquer forma, então, melhor que ele passe com a pessoa se dedicando à alguma coisa. Vale a pena no final!

Eu diria pra eles, que se eles entrarem ali com **foco** de quererem estudar, se formar, quererem **estudar** mesmo, sabe, eles seguirem sempre o que é oferecido, no estudo, no trabalho (bolsas), **eu diria pra eles correrem atrás,** professor nenhum vai ficar dizendo 'tu quer uma bolsa?' Não... eu diria pra eles **focar no que eles querem**, **porque tem muitos que entram e não querem nada com nada, e ficam reclamando do próprio Instituto.**

Ah... bom... eu tenho uma cunhada que começou o curso ano passado e parou e esse ano ela voltou fazer Licenciatura e eu disse pra ela e digo pra qualquer pessoa **é que sigam, sabe... e não desistam no primeiro semestre**, porque o primeiro é chatinho sabe... são aquelas disciplinas básicas tipo português, matemática... não tem as especificas do teu curso diretamente, **só que depois com o tempo que tu conhece os professores e que tu tem aula prática sabe, tu vai se apaixonando por aquilo, e vai ficando cada vez mais interessante**...

Pra eles darem valor desde o começo pro curso, porque tem gente que entra e eu percebo que não dão muita 'bola', faltam e eu acho que **a frequência é muito importante, porque é no dia a dia que tu vai descobrindo coisas novas** e se tu não vai na aula, não frequenta, tu aprende uma coisa ali, depois quando tu vai de novo aí os colegas tão lá na frente e tu tá lá... tu fica atrasado, é uma coisa que eu acho que é geral, mas... e tem aulas

práticas e a gente perde muito mais quando falta, não é tanto a questão da presença, mas de tu adquirir conhecimento mesmo, sabe, saber como fazer a aula prática. E eu quero deixar aqui meu agradecimento por eu ter conseguido entrar nesse curso, e pelas pessoas que eu conheci lá dentro, servidores, professores, técnicos, todos em nenhum momento me trataram diferente, sempre me senti bem com eles, e são pessoas, digamos assim, humanas. E eu saindo de lá, também, os **professores deixaram as portas abertas** pra se precisasse de alguma coisa, alguma dúvida, alguma ajuda, qualquer coisa que a gente precisasse e em nenhum momento a gente ficou assim 'bah, agora não sabemos quem vamos procurar', a gente sabe que se mandar um e-mail, os professores vão responder e com certeza eu vou procurar os professores quando eu precisar

Aproveitar as oportunidades que o IFFar dá, ter conhecimento das oportunidades, porque às vezes tem tanta oportunidade e a gente acaba nem sabendo. Porque às vezes é mal divulgado, é mais conversa de corredor, se isso pudesse ser melhorado, ampla divulgação, desde que eu entrei até quando eu sai melhorou bastante, mas às vezes um curso ficou sabendo e outro não. Mas pros alunos aproveitarem as oportunidades que a instituição dá, olha **porque a gente ouve que a proximidade que a gente tem com os professores do IFFar não é a mesma em outras instituições, chegar e conversar com um professor é mais tranquilo, os professores são muito mais acessíveis**, acredito que isso seja bem relevante pra quem tá entrando.

Eu acredito que... **aproveitar as bolsas, as oportunidades, apresentar artigo nesses eventos que tem eu acho que é muito importante pro currículo**. Eu fiquei 2 anos sem trabalhar, aí quando eu passei, eu passei pro PETE e fiquei 1 mês no PETE, só que aí eu consegui esse emprego porque eu precisava, eu tinha tentando auxilio transporte e não tinha conseguido e tava precisando, e como consegui um emprego eu comecei a trabalhar.

Que aproveitem bastante, que estudem e não se acomodem e sempre procurem melhorar, porque tem muitas coisas que a gente aprende, muitas oportunidades e tem que aproveitar, correr atrás, porque não é fácil a gente não pode ficar nas costas dos colegas porque tem muitos que ficam, então tem que correr atrás e aproveitar o máximo.

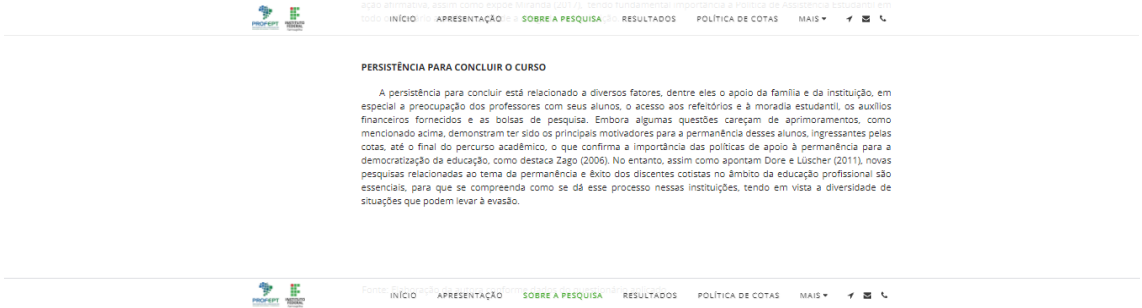
Ah, eu ia falar pra eles **aproveitarem muito o IFFar porque é uma instituição que tem muito a oferecer, muita coisa, muito conhecimento, e aproveitar que o ensino médio no IFFar é a melhor coisa do mundo, tanto pra gente aprender quanto pra fazer amigos**, que isso é uma coisa que eu tive muito, conheci muita gente legal durante o curso e muitas pessoas eu vou considerar pro resto da vida, sabe. Então, é isso o que eu mais considero.... E aproveitar, **os professores são ótimos, a estrutura é ótima**, tem lugar pra tu conseguir conhecimento a mais, por exemplo, eu gosto da área de bovinos de leite, tem toda a estrutura do Tambo pra ti aprender a mais, e outros **laboratórios** que tem dentro do IFFar... É uma estrutura que não tem em nenhum outro lugar. O IFFar vai ser sempre, praticamente, minha segunda casa porque depois que eu sai de casa foi pra lá que eu fui, conheci muita gente, eu **adoro o IFFar, eu acho que é um dos melhores lugares pra se estudar aqui na região** que a gente mora. Tanto é que saí de um campus e fui pro outro.

É uma coisa muito boa, é um avanço muito bom, não tive problema nenhum, foi uma coisa excelente, não tem o que reclamar, não tem que misturar as coisas, o que veio acontecer com as cotas, foi perfeito, digamos foi uma coisa merecida, que pra **mim valeu a pena, to formado graças ao Sistema de Cotas**. Uma coisa que é importante é que **aproveitem isso aí**, **porque as pessoas as vezes iam pra lá pra fazer nada, reprovavam em tudo quanto é coisa, não iam na aula, sabe, eu digo no geral, mas tem que ir pra fazer acontecer, não tem que ir pra tirar vaga das pessoas, valorizar, porque isso foi uma luta muito grande pra conseguir. Valorizar e aproveitar o tempo, isso foi conquistado.**

APÊNDICE G – PRODUTO EDUCACIONAL

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
RESULTADOS
VAGAS RESERVADAS PARA AS COTAS NO IFFAR
PARTICIPANTES DA PESQUISA POR TIPO DE COTA
ACOLHIMENTO INICIAL
DIFICULDADES ENFRENTADAS
PERSISTÊNCIA PARA CONCLUIR O CURSO
OS AUXÍLIOS FINANCEIROS
APOIO DOS PROFESSORES
SENTIMENTO DE SATISFAÇÃO E ORGULHO
ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM PELAS COTAS
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ESTUDANTES TRABALHADORES
SOBRE PRECONCEITO COM OS DISCENTES COTISTAS
CRESCIMENTO PESSOAL
EXPECTATIVAS PÓS CONCLUSÃO DO CURSO

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
DIFICULDADES ENFRENTADAS
Com relação ao aspecto da permanência no curso, muitos relataram terem enfrentado algum tipo de dificuldade no transcorrer do itinerário acadêmico, a exemplo de: conciliar trabalho com estudo, estar longe da família, se adaptar à nova realidade e à moradia estudantil e superar dificuldades relacionadas às disciplinas. Dessa forma, o que se observou é que se trata de um problema social complexo, tendo em vista que muitos jovens precisam trabalhar para se manter ou para complementar a renda familiar. Entretanto, os Institutos Federais tem justamente esse papel de transformar as realidades locais e regionais, assim como expõe Pacheco (2012), por meio de uma educação não adestradora que tem o trabalho como princípio educativo, possibilitando o acesso a melhores oportunidades no mundo do trabalho que está em constante transformação.
Foi possível constatar também dificuldades de acompanhamento das disciplinas pelos egressos cotistas, o que não está relacionado ao índice de rendimento escolar, já que estes discentes demonstraram ter índices iguais ou até mais elevados que os não cotistas, nas pesquisas analisadas sobre o tema. Dessa forma, infere-se a necessidade de um trabalho pedagógico diferenciado, como prevê a Resolução ConsupIFFar nº 029/2019, que assegura o apoio acadêmico estruturado em ações de acompanhamento dos alunos que ingressaram pelas cotas, considerando que muitos possuem uma vida escolar marcada por lacunas quanto à formação nas matérias básicas, relacionadas à falta de estrutura e à qualidade do ensino das escolas das quais provêm. É salutar que essa questão seja considerada nos processos educativos a fim de refutar o senso comum generalizado que atribui uma excessiva importância aos pré-requisitos, à falta de "base" dos estudantes. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, e das demais analisadas, colaboram com a problematização da concepção propedêutica vigente na seara educacional.
Depreendeu-se que somente a positivação da obrigatoriedade da reserva de vagas não garante a materialização dessa ação afirmativa, assim como expõe Miranda (2017), tendo fundamental importância a Política de Assistência Estudantil em todo o itinerário acadêmico, desde a chegada na instituição.

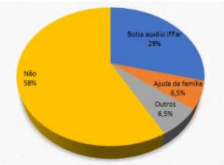

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
PERSISTÊNCIA PARA CONCLUIR O CURSO
A persistência para concluir está relacionado a diversos fatores, dentre eles o apoio da família e da instituição, em especial a preocupação dos professores com seus alunos, o acesso aos refeitórios e à moradia estudantil, os auxílios financeiros fornecidos e as bolsas de pesquisa. Embora algumas questões careçam de aprimoramentos, como mencionado acima, demonstram ter sido os principais motivadores para a permanência desses alunos, ingressantes pelas cotas, até o final do percurso acadêmico, o que confirma a importância das políticas de apoio à permanência para a democratização da educação, como destaca Zago (2006). No entanto, assim como apontam Dore e Lüscher (2011), novas pesquisas relacionadas ao tema da permanência e êxito dos discentes cotistas no âmbito da educação profissional são essenciais, para que se compreenda como se dá esse processo nessas instituições, tendo em vista a diversidade de situações que podem levar à evasão.

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
Esta realidade demonstra que estes alunos se mantinham por meios próprios, ou seja, provavelmente precisavam trabalhar para conseguir permanecer na instituição, trazendo à tona a questão da difícil rotina dos estudantes que são trabalhadores e dispõem de pouco tempo fora dos horários de aula para se dedicar aos estudos.
Nas entrevistas, os auxílios financeiros fornecidos pelo IFFar, a exemplo do auxílio permanência e auxílio transporte, assim como as bolsas de pesquisa demonstraram ter um papel relevante na formação como um todo e na permanência no curso. Os programas educacionais que integram as ações de formação inicial e continuada de professores, a exemplo do Pibid e da Residência Pedagógica, ambos programas externos financiados pela CAPES, foram mencionados como sendo um grande incentivo para iniciar o aluno na pesquisa.
APOIO DOS PROFESSORES
O apoio dos professores foi fundamental para que a caminhada dos participantes da pesquisa fosse concluída com sucesso no IFFar. Isso foi enfatizado em diversas declarações, e, assim como Silva e Pereira (2009), acredita-se que os professores são essenciais para o desempenho dos alunos cotistas, considerando que, ao incentivarem e depositarem expectativas positivas nestes discentes, acabam promovendo uma formação mais humana, onde estes se sintam aceitos e acolhidos, e dessa forma, contribuir para a sua permanência na instituição.
SENTIMENTO DE SATISFAÇÃO E ORGULHO
O sentimento de satisfação e orgulho de ter realizado o curso em uma Instituição Federal foi percebido nas falas dos entrevistados no contexto de expressões como: "incrível", "maravilhoso", "sonho", "oportunidade", "viagens", "conhecer pessoas", "experiência bem legal", "conviver com o outro", "conhecimento". Este cenário demonstrou que a passagem pelo IFFar deixou boas lembranças, por proporcionar conhecer novas pessoas, conviver com as diferenças e adquirir conhecimento, o que evidencia que a instituição possibilita crescimento pessoal e profissional, que faz parte de uma educação integral, que prepara para a vida.

OS AUXÍLIOS FINANCEIROS

Quanto ao recebimento de auxílio financeiro para permanência no curso, dentre eles: bolsa auxílio do IFFar, ajuda da família e outros, observou-se que a maioria dos respondentes não recebeu nenhum auxílio, no total de 58% (cinquenta e oito por cento). Entre os que receberam auxílio financeiro, a maioria informou ter recebido somente a bolsa auxílio do IFFar, e os demais, ajuda da família e outros auxílios (bolsas de iniciação científica, por exemplo), como pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Recebimento de auxílio financeiro durante o curso pelos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora conforme dados do questionário aplicado

ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM PELAS COTAS

A partir dos resultados, sugere-se a implantação de ações que visem o acompanhamento dos cotistas durante seu itinerário na instituição para incentivo à permanência e apoio acadêmico, assim como estabelece a Resolução ConsupIFFar nº 029/2019. Entende-se, deste modo, que ainda há um longo caminho a ser percorrido na questão da permanência, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos discentes cotistas e tornar o transcurso acadêmico mais leve.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS ESTUDANTES TRABALHADORES

Considerando as dificuldades enfrentadas pela difícil jornada de quem trabalha e estuda de forma concomitante, através das declarações dos entrevistados: "estude que você conseguirá", "não seja preguiçoso", "se esforce", observou-se evidências de uma lógica individualista, indicativas de meritocracia, já que estas expressões parecem atribuir o atingimento dos objetivos unicamente ao esforço pessoal, tendo em vista as limitações postas aos trabalhadores. No entanto, sabe-se que as políticas públicas potencializam o esforço individual, a fim de gerar uma igualdade material, tal como a Política de Cotas que possibilitou o acesso ao IFFar aos egressos entrevistados. Assim, o esforço individual pode não ser suficiente, durante o percurso acadêmico, para garantir a conclusão do curso, levando-se em conta todas dificuldades da dupla jornada de trabalho e estudo.

Sob outra perspectiva, essas declarações dos egressos cotistas podem estar evidenciando que os trabalhadores, quando beneficiados com uma política pública, aproveitam a oportunidade e se sentem desafiados a não desperdiçá-la. Entretanto, independente de qual foi o verdadeiro pano de fundo das declarações dos entrevistados, acredita-se que a criação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores que estudam, são de extrema relevância para possibilitar a permanência destes até o final do curso, sem tantas limitações.

SOBRE PRECONCEITO COM OS DISCENTES COTISTAS

No que concerne a possíveis situações de preconceito com os discentes cotistas, a partir das declarações, constatou-se que isso não ocorreu entre os entrevistados. Todavia, como já exposto, os resultados evidenciaram, entre os cotistas participantes da pesquisa como um todo, pouca representatividade na cota PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) e nenhuma na PcD (Pessoa com Deficiência), que são historicamente os grupos mais suscetíveis a sofrer preconceitos. Assim, como depreendeu-se em uma das falas, acredita-se que a discriminação é com a pessoa, por ela ser deficiente, negra, parda ou indígena e não em razão de ela ser cotista, ou seja, é um problema social que não surgiu com as cotas. Por conseguinte, a divulgação da Política de Cotas do IFFar mostra-se bastante relevante, a fim de tornar essa Ação Afirmativa mais efetiva.

CRESCIMENTO PESSOAL

Nos discursos também foi possível perceber a relevância dos fatores que favorecem o crescimento humano, tendo sido bastante salientada a perspectiva de crescimento pessoal que a formação no IFFar proporcionou, ao serem citados aspectos como responsabilidade, ser mais humano, ter mais atenção com o próximo, amadurecimento, mudança da visão de mundo, dentre outros. Diante disso, assim como Pacheco (2011), considera-se que a formação dos Institutos Federais por ser abrangente, abre infinitas possibilidades e qualifica para a leitura do mundo.

EXPECTATIVAS PÓS CONCLUSÃO DO CURSO

Observou-se que a maioria dos formandos cotistas dos Cursos Superiores pretende fazer uma pós-graduação, assim como os formandos cotistas do Curso Técnico em Agropecuária integrado com o Ensino Médio, ao manifestarem que objetivam ingressar em um curso superior. Isso evidencia que há interesse da maioria em buscar uma maior qualificação para de adentrar no mundo do trabalho ou, para aqueles que já estão trabalhando, conquistar melhores oportunidades.

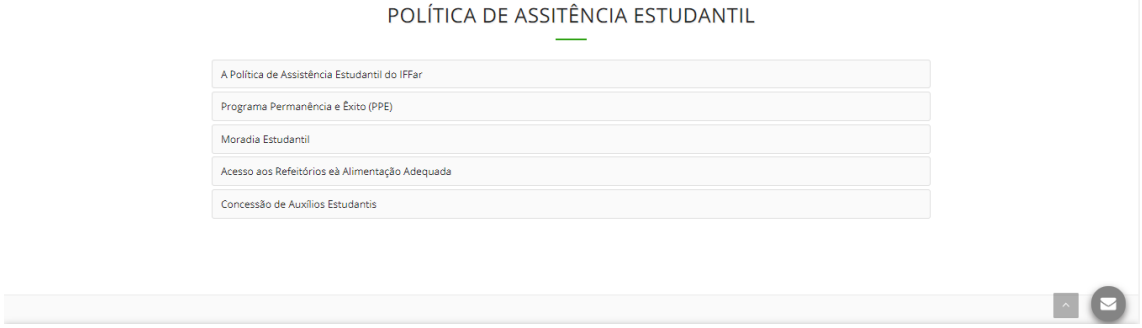
A qualificação conferida pelo IFFar é um meio de alcançar melhores oportunidades e ascender socialmente, a exemplo dos egressos do curso técnico integrado que já estão realizando uma graduação, da egressa do Curso de Licenciatura em Biologia que conseguiu ingressar em um Mestrado na UFSM, da egressa do Curso de Administração que abrirá sua própria empresa e dos demais que também buscam enriquecer sua qualificação para ingressar na sua área de formação.

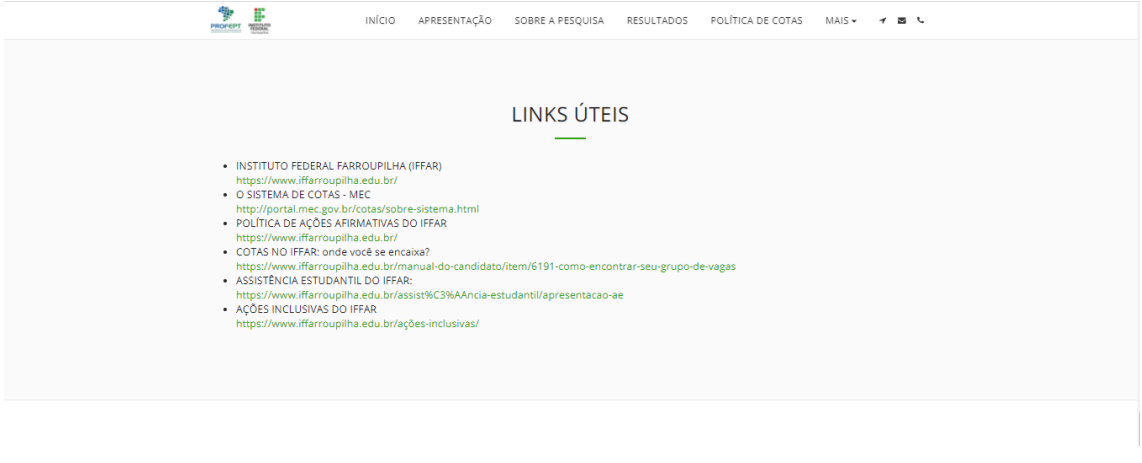
Considera-se que a conclusão do curso no IFFar permitirá aos formados cotistas o ingresso no mundo do trabalho já com uma ótima qualificação, ou, para aqueles que já estão trabalhando, a possibilidade de ascender em suas vidas profissionais. Além disso, a continuidade dos estudos, com o objetivo de evoluir no nível de qualificação é inclusive o foco da verticalização nos Institutos Federais, que, de acordo com Pacheco (2011), permite a construção de itinerários de formação dentro da própria instituição, por meio da qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação. Diante do exposto, percebe-se a importância da implementação de um acompanhamento dos egressos cotistas do IFFar, na caminhada pós conclusão de curso, a fim de apoiá-los na inserção no mundo do trabalho e/ou na continuidade da sua qualificação.

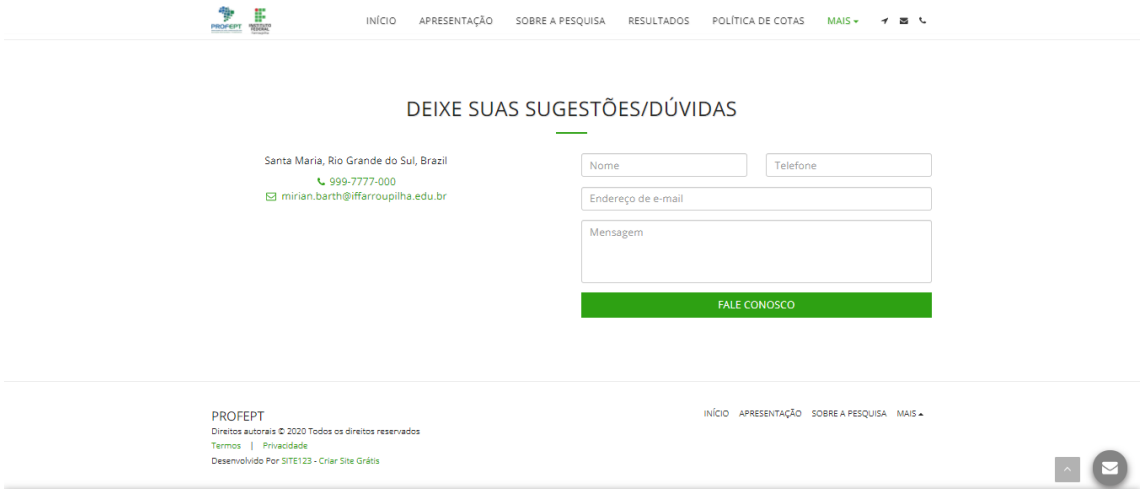
Direitos autorais © 2020 Todos os direitos reservados
Termos | Privacidade
Desenvolvido Por SITE123 - Criar Site Grátis

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
POLÍTICA DE COTAS
Fonte da Imagem: www.gov.br/mec
A Lei nº 12.711/2012, também chamada Lei das Cotas, trouxe significativas mudanças no cenário do acesso à educação pública de ensino técnico e superior no país, ao estabelecer que as Instituições de Ensino Superior e as Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio, vinculadas ao Ministério da Educação, reservem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para as cotas.
No Instituto Federal Farroupilha as Ações Afirmativas foram implementadas ainda antes do criação da Lei das Cotas, por meio da Resolução nº 005/2009 de 23 de novembro de 2009, que foi sucedida por outras resoluções que ampliaram o acesso aos cursos e o estímulo à permanência e êxito no percurso formativo, estando atualmente regulamentadas pela Resolução Consup nº 029/2019, de 07 de agosto de 2019.
Abaixo está o organograma utilizado para cálculo do número mínimo das vagas reservadas, de acordo com a Lei 12.711\2012:
Saiba mais sobre as cotas no processo seletivo do IFFar

INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS


POLÍTICA DE ASSITÊNCIA ESTUDANTIL
A Política de Assistência Estudantil do IFFar
Programa Permanência e Êxito (PPE)
Moradia Estudantil
Acesso aos Refeitórios eà Alimentação Adequada
Concessão de Auxílios Estudantis


INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
LINKS ÚTEIS
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR)
https://www.iffarroupilha.edu.br/
O SISTEMA DE COTAS - MEC
http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html
POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFFAR
https://www.iffarroupilha.edu.br/
COTAS NO IFFAR: onde você se encaixa?
https://www.iffarroupilha.edu.br/manual-do-candidato/item/6191-como-encontrar-seu-grupo-de-vagas
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFFAR:
https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%AAncia-estudantil/apresentacao-ae
AÇÕES INCLUSIVAS DO IFFAR
https://www.iffarroupilha.edu.br/ações-inclusivas/


INÍCIO
APRESENTAÇÃO
SOBRE A PESQUISA
RESULTADOS
POLÍTICA DE COTAS
MAIS
DEIXE SUAS SUGESTÕES/DÚVIDAS
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil
999-7777-000
mirian.barth@iffarroupilha.edu.br
Nome
Telefone
Endereço de e-mail
Mensagem
FALE CONOSCO
PROFEPT
Direitos autorais © 2020 Todos os direitos reservados
Termos | Privacidade
Desenvolvido Por SITE123 - Criar Site Grátis
INÍCIO APRESENTAÇÃO SOBRE A PESQUISA MAIS

ANEXOS

ANEXO 1: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A LEI 12.711/2012 E A POLÍTICA DE COTAS: TRAJETÓRIA E EXPECTATIVAS DE FORMANDOS COTISTAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Pesquisador: MIRIAN MARCIANE BARTH

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 25334619.7.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.777.370

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Devidamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI **CEP:** 97.110-767
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Devidamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI **CEP:** 97.110-767
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Continuação do Parecer: 3.777.370

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1467575.pdf	12/12/2019 15:55:24		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_cronogama_atualizado.pdf	12/12/2019 15:55:04	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis.pdf	12/12/2019 15:54:22	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_menores.pdf	12/12/2019 15:54:13	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_maiores.pdf	12/12/2019 15:54:01	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
Outros	Informacao.pdf	12/12/2019 15:52:29	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	08/11/2019 13:59:36	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito
Outros	Justificativa_nova_submissao.pdf	07/11/2019 15:49:13	MIRIAN MARCIANE BARTH	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SANTA MARIA, 17 de Dezembro de 2019

Assinado por:
GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI **CEP:** 97.110-767
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 **E-mail:** cep@iffarroupilha.edu.br

ANEXO 2: AVALIAÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL

PÚBLICO	**AVALIAÇÃO**
EXTERNO	*"Na minha análise, o site apresenta **uma boa estrutura e organização, algo que facilita a busca de informações** para aqueles estudantes e demais pessoas interessadas no programa de cotas. Assim, considero uma **boa ferramenta para promover a política institucional de cotas** do Instituto Federal Farroupilha." (A1)*
EXTERNO	*"Embora eu não saiba muito sobre cotas, **achei o site informativo e útil para quem quiser aprender sobre cotas.**" (A2)*
EXTERNO	*"**Site muito bom, com informações diretas e relev**antes, ótimo pra quem gostaria de saber mais sobre as cotas!" (A3)*
EXTERNO	*"O site apresenta **conteúdo informativo de forma clara e coesa, possibilitando maior visibilidade às políticas de inclusão** do Instituto Federal Farroupilha." (A4)*
EXTERNO	*"Achei o site **bem informativo** para quem está interessado em saber mais sobre o sistema de cotas." (A5)*
EXTERNO	*"**O site é bem pratico e de grande valia** para conhecer sobre a política de cotas do Instituto Federal Farroupilha, assim como desenvolvimento de seus formandos." (A6)*
EXTERNO	*"Uma **excelente ferramenta informacional** que apresenta para o usuário, de forma **bem intuitiva e facilitada**, **um exemplo dos resultados de uma grande conquista legislativa e social**. Além de sabermos a importância destas medidas estatais, é **importante também tomarmos o conhecimento de seus resultados e sua real eficácia social**, bem como criamos um pensamento crítico com o acréscimo destas informações." (A7)*
EXTERNO	*"**Excelente trabalho, material didático e com informações detalhadas** a respeito da Política de Cotas e a Política de Assistência Estudantil, considerando a importância destes auxílios educacionais para os alunos em todas as etapas do curso. Outro aspecto relevante **é levar estas informações para alunos ainda no ensino básico que pretendem ingressar ou ainda desconhecem o Instituto Federal Farroupilha e as diversas possibilidades que são ofertadas por meio destas políticas públicas."(**A8)*
INTERNO	*"Com certeza, uma bela contribuição de pesquisa e de produto! Minha única sugestão, caso vocês achem pertinente, poderia ser **incluir em algum espaço ou aba as reservas de vagas criadas pelo IFFar, além do solicitado pela legislação** (a Lei define 50% para escola pública, no mínimo e nós reservamos 60% no IFFar). Além disso, temos **a cota especial PcD sem vínculo com escola pública** nos cursos técnicos e superiores, aprovada pelo CONSUP em 2019. Temos também, **desde 2019, as vagas na Pós-Graduação**. Isso é sugestão, a título de curiosidade mesmo, pois não interfere nos dados da tua pesquisa, tampouco na composição geral do produto, que está muito bacana e bem construído). Para te auxiliar, envio **uma notícia com perguntas e respostas comuns sobre cotas.** Se quiseres, pode só colocar esse link no Produto, que já dá conta da sugestão." (A9)*
INTERNO	*"Gostaria de parabenizá-las pelo trabalho de pesquisa realizado e pelo presente produto. **O site apresenta navegação dinâmica, um layout visualmente atrativo, organizado e, principalmente, apresenta de maneira consistente** e com muita propriedade os resultados da pesquisa. Os resultados apresentados demonstram a **relevância do tema para ingressantes**, com a divulgação qualificada da política de Cotas e de Assistência Estudantil, e **para egressos, demonstrando a importância destas ações no percurso estudantil** no IFFar. **Desejo que o presente trabalho estimule futuras pesquisa**." (A10)*
INTERNO	*"Gostaria de registrar os parabéns para as pesquisadoras e idealizadoras deste website. Como servidora do IFFar e cidadã, **reconheço a importância de abordar este tema, desmistificando preconceitos sobre a política de cotas ao levar informações seguras e relevantes à comunidade**. Parabenizo pela organização do website ao*

	*abordar o tema de **forma clara e objetiva e ao fazer conexões, através de links, com outras fontes seguras** de informações, para que os usuários ampliem a compreensão do assunto." (A11)*
INTERNO	*"Parabéns! Pesquisa com **tema bem relevante e resultados interessantes, apresentados de forma simples e clara através do site,** que amplia a divulgação dos resultados." (A 12)*
INTERNO	*"Parabéns pelo projeto**, gostei bastante do que li.** Não tenho sugestões para acrescentar. Obrigada pelo convite para conhecer esta plataforma." (A 13)*
INTERNO	*"Olá, gostaria de parabenizar pelo site está muito **acessível e de fácil compreensão**. Os resultados estão muito interessantes, pois as cotas na minha opinião são muito importantes **para as pessoas de baixa renda por exemplo, para que consigam estudar e buscar novas oportunidades de emprego, assim como aconteceu comigo**!" (A14)*
INTERNO	*"O site ficou ótimo. Penso que **pode ser divulgado à comunidade acadêmica em geral,** pois muitos até sabem que existe essa política, outros não. Mas **até então, não tinha um lugar para se informar melhor sobre o assunto**. Além disso, penso que **pode ser divulgado junto com o processo seletivo**, para que os futuros alunos atentem para essa política de cotas. Parabéns!" (A15)*
INTERNO	*"Gostaria de antemão, parabenizar pelo desenvolvimento do site. **Uma ferramenta acessível, de fácil navegação**. Os itens ajudam muito na navegação possibilitando acessar os assuntos de interesse mais facilmente. Sobre a pesquisa, a pertinência da discussão do tema demonstra **a importância de se lançar um olhar mais crítico para o contexto dos alunos cotistas**. Digo isso tomada de identidade, uma vez que esse é meu lugar de fala, e**gressa do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas através da cota de aluno de escola pública** tive a oportunidade de concluir meu curso com a tranquilidade de que meu deslocamento da cidade onde residia até o campus São Vicente do Sul, estava salvaguardado **pelo benefício que o auxílio transporte me concedia**. Mais do que incentivo, tal auxilio foi determinante para minha permanência no curso do início até o final. Por hora, parabenizo pela pesquisa e pela excelente forma escolhida para levar tal discussão para toda a comunidade de egressos, através desse excelente meio de comunicação!" (A16)*